

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MARIAS DO SOCORRO

- MULHERES PRESAS, MULHERES TORTURADAS -

MARISE DA SILVEIRA VERÍSSIMO

FLORIANÓPOLIS, Julho de 1998

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MARIAS DO SOCORRO

- MULHERES PRESAS, MULHERES TORTURADAS -

MARISE DA SILVEIRA VERÍSSIMO

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Mestre em História.


FLORIANÓPOLIS, Julho de 1998

**MARIAS DO SOCORRO - MULHERES PRESAS,
MULHERES TORTURADAS**

MARISE DA SILVEIRA VERÍSSIMO

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do
título de MESTRE EM HISTÓRIA DO BRASIL

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa (Orientador)



Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Sabino Dias



Prof.^a Dr.^a Maria Bernardete Ramos Flores

Florianópolis, 01 de julho de 1998.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa, pela delicadeza e paciência que sempre manifestou comigo.

Às amigas Márcia e Ivonete, pelo chão onde escrevi os primeiros capítulos desta dissertação.

À Fátima, que simboliza para mim o afago da mão carinhosa, o respeito humano e profissional, a partilha de um sonho possível quando acreditamos na nossa ética, nos nossos valores.

À Ana, com carinho, que me possibilitou outros olhares para o meu texto através das correções do meu português confuso.

Ao Ciro, querido amigo, que dominou o monstro computador e botou uma roupa de passeio na apresentação desta pesquisa.

Aos professores de História do Colégio de Aplicação, Rodolfo, Ana Lice, Ivonete, Fátima, Cesinha, José Fernandes, pela confiança e apoio.

Aos amigos – os imprescindíveis – que sempre acreditaram no meu trabalho.

Aos meus familiares pelo apoio, paciência e expectativa da espera.

À Margarete, pela disponibilidade e conhecimento para lidar com as citações e demais fontes dessa pesquisa.

Ao Chico, o primeiro a decifrar meus escritos do papel para o computador.

Ao Chico, Júlia e João Francisco, pelo amor de podermos partilhar um projeto de vida em comum.

ABREVIATURAS

ALN	Aliança Libertadora Nacional
AP	Ação popular
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CBA	Comitê Brasileiro pela Anistia
CENIMAR	Centro de Informação da Marinha
CIE	Centro de Informação de Exército
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
GTA	Grupo de Trabalho Armado
IPM	Inquérito Policial Militar
JEC	Juventude Estudantil Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PC	Partido Comunista
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PO	Partido Operário
PO	Política Operária
POLOP	Organização Política Marxista – Política Operária
PT	Partido dos Trabalhadores
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNE	União Nacional de Estudantes
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	Folha
RESUMO.....	v
INTRODUÇÃO.....	vii
1. 1 A Tortura – A mulher.....	1
CAPÍTULO 1 SOBRE A TORTURA.....	10
CAPÍTULO 2 A MEMÓRIA : o processo de reconstrução das histórias de vida	25
CAPÍTULO 3 A HISTÓRIA NAS FALAS DE CLAIR, TERESA, JUDITE, DERLEI E MÁRCIA	32
3.1 Clair	51
3.2 Teresa	57
3.3 Judite.....	73
3.4 Derlei	89
3.5 Márcia.....	103
CAPÍTULO 4 UM OLHAR SOBRE AS NARRATIVAS	113
CONSIDERAÇÕES	123
FONTES	163
	169

VERÍSSIMO, Marise da Silveira. **Marias do Socorro**: mulheres presas, mulheres torturadas. Florianópolis, 1988. vii, 168 f. Dissertação (Mestrado em História) UFSC, Florianópolis, 1998.

Orientador: Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa

Defesa: 01.07.98

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a discutir a História do Brasil através de outros olhares que não o institucional, político-partidário ou econômico. Enfoco a história dos anos da ditadura militar, usando como referência a memória e as representações específicas de cinco mulheres que nesse período eram jovens militantes dos partidos ou organizações clandestinas de esquerda. Para tanto, utilizo da História Oral como fonte e como método, ao mesmo tempo que procuro fazer um trabalho de enfoque multidisciplinar ao discutir as narrativas dessas mulheres, que ao exporem suas memórias através das suas narrativas, tecem um fio que presentifica esta história dando-lhe uma continuidade no tempo.

Trabalhar essas histórias levou-me a refletir categorias como memória, identidade, representações, poderes, tortura, partindo de uma perspectiva da micro-história e refletindo a abertura do conhecimento histórico para permanente reflexão e construção.

INTRODUÇÃO

Ao pensar este projeto de pesquisa, é como se trouxesse para o presente uma parte bastante significativa da minha história de vida. Vejo-me criança, saindo para a adolescência, inconformada com a vida que levavam as “minhas mulheres”, aquelas que rodeavam meu cotidiano mais privado - a minha casa.

Lembro-me que perturbava-me vê-las tão sem perspectiva, com tão poucas emoções, envoltas com a manutenção da limpeza doméstica.

Mãe, tias, avó pareciam carregar um fardo cujo incômodo transparecia nas expressões mais banais; também carregavam uma culpa que eu não conseguia entender, e que me deixou marcas. Minhas impressões sobre esses sentimentos eram puramente sensoriais, visto que eu não tinha maturidade para expressá-las verbalmente. Mas de uma coisa eu estava certa e me permitia expressar em voz alta: “Não quero ser como minhas tias.”

A problemática da mulher, sua condição específica de submissão e prestadora de serviços domésticos, numa sociedade dominada pela cultura machista dos anos 50 e 60, despertou-me para um sentimento de rebeldia que se ajustava às possibilidades de extravasamento da época e que em mim se manifestou através da dedicação integral e apaixonada aos estudos, à formação acadêmica. Dessa maneira procurava mostrar a minha potencialidade como ser humano e “passava por cima de muito menino”, expressão comum na época. Este sentimento de profunda injustiça, resultante das relações desiguais entre homens e mulheres que me cercavam, reflexo de um comportamento mais geral da sociedade, de negação histórica da mulher como sujeito, interferiu na formação de minha identidade e contribuiu para a definição do objeto de pesquisa desta dissertação de mestrado.

Mais tarde, nas décadas de 70 e 80, através da militância, inicialmente nos movimentos pastorais da igreja católica, depois no movimento estudantil, Comissão de Justiça e Paz, Comitê Brasileiro pela Anistia e partido político, momento em que lutar por uma ideologia socialista significava assinar uma carta de compromisso com o decretado ‘inimigo número um do país dos militares - o comunismo, fez-se o momento histórico propício para que eu criasse uma série de definições políticas e éticas, de incorporar valores e

selar compromissos com a construção da cidadania, da liberdade e do respeito aos diferentes - ao ser plural.

A facilidade de contato com fontes alternativas de informação que se apoiavam em uma bibliografia considerada clandestina, com jornais da imprensa alternativa, boletins das mais diversas entidades, relatórios, projetos de educação e formação popular, a experiência de organização de base e, principalmente, a leitura das publicações do movimento feminista dos anos 70 e 80, puseram-me em contato com a realidade mais atroz pela qual passavam milhares de pessoas perseguidas, exiladas, presas e muitas assassinadas. Nesse contexto, a situação das mulheres era a que mais me envolvia e me apaixonava, operando aí como um catalisador da inconformidade sentida já na infância.

Hoje lanço-me como um desafio falar nessas mulheres, ou melhor, abrir um espaço para que elas falem de si, de suas experiências e de suas vidas.

Mulheres que se construíram como militantes políticas, rompendo a barreira do privado que lhes era pré-determinado, para adentrar na esfera do que é reconhecidamente público - a política, caráter, por excelência, do masculino. Citando Michelle Perrot, “... se elas não têm o poder, as mulheres têm, diz-se, poderes”, poderes que lançam suas bases e embrenham-se no múltiplo, no poder da subversão pelos “poderes”¹.

A inserção do movimento de mulheres na política impulsionada pelo movimento feminista, reivindicando uma história que mostrasse a atuação das mulheres e também trouxesse explicações sobre a opressão, no dizer de

¹ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história : operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988. P.167

Joan Scott², pode ser focalizado nos anos 60 , e é também nesse período e na década vindoura que focalizarei a vivência da mulher militante política no Brasil, nos duros anos da tomada do poder e fortalecimento da Ditadura Militar. No momento em que a mulher rompia o seu estado de reclusão ao privado e adentrava o mundo da esfera pública, ainda era pequeno o número das que ousavam, e as que o fizeram pagaram um preço: ou ficaram estigmatizadas como mulheres que transgrediram seu “papel natural”, ou passaram a ser olhadas com a seguinte expressão : “esta deveria ter nascido macho”.

Aquelas que adentraram a esfera pública pelos corredores dos DOI-CODIS - OBAN-CENIMAR e outros órgãos ligados à repressão do Regime militar brasileiro, tiveram sim que pagar um alto preço, e em parcelas bem dosadas para o resto das suas vidas.

Serão elas que falarão aqui, escancarando aos quatro ventos a dor advinda dos poderes, e entre eles, o poder de ter em suas mãos aquilo que os militares buscavam, a informação, ou aquilo que foi construído pelo imaginário militar a respeito da força dos seus “inimigos internos”.

Em 1993, quando iniciei o Mestrado, meu Projeto de Pesquisa era estudar as mulheres dentro do Partido dos Trabalhadores - PT, projeto que deixei para um futuro possível devido ao momento de vivência pessoal que não me deixou à vontade para prosseguir a proposta.

Definido o assunto e profundamente envolvida com minha nova temática as Mulheres Presas Políticas nos anos da Ditadura Militar no Brasil, passei a burilar a idéia e a delimitar o sujeito com o qual trabalharia ,bem como o período e a abrangência da pesquisa. Em princípio, o objetivo era registrar histórias através de depoimentos orais, envolvendo apenas mulheres

²SCOTT, Joana. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história : novas perspectivas.*

que passaram pela tortura física, centrando minhas reflexões sobre esta condição específica da presa política. Essa atitude, por sua vez, diluiria outras histórias de experiências tão ricas e correria o risco de, ao invés de trabalhar o múltiplo, o multifacetado, incorrer no afunilamento do sujeito a ser analisado. Neste processo, ficou definido também que não seriam colocados limites geográficos para delimitar as mulheres a serem contatadas, visto que não há nenhum interesse em fazer um trabalho por amostragem, que não tenho objetivo de estabelecer comparações, nem tampouco criar novas estatísticas, ou pré-determinar o comportamento feminino dentro de uma situação específica, mas ficar aberta às narrativas que elas mesmas nos darão de si e da história do seu tempo, através da construção das suas histórias e representações.

Definidos esses critérios parti de imediato para as entrevistas, sendo que por problemas diversos elas ocorreram, em espaço de tempo bastante grande: a primeira, em julho de 1995 (uma ex-militante de Santa Catarina); a segunda, em julho de 1996 (uma ex-militante de São Paulo); e as três últimas, em junho de 1997 (ex-militantes do Paraná).

Por tratar-se de uma situação-limite na qual essas mulheres viviam a relação conflitante entre vida e morte a cada momento, em que para muitas morrer biologicamente significava viver, ou viver biologicamente significava estabelecer acordos com a morte em vida³, colocava-se de imediato a necessidade de cuidados especiais em relação a possíveis traumas e seqüelas deixadas por essa condição. Relembrando Ecléa Bosi, que sabiamente nos adverte em seu **Memória de Velhos**: “Lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do

São Paulo : UNESP, 1992.

³ NAFFAH NETO, Alfredo. *Poder, vida e morte na situação de tortura*. São Paulo : HUCITEC, 1985.

passado”⁴, parti para a entrevista. Carregava comigo gravador, fitas-cassette, papel, caneta, ansiedade e cautela.

Até onde um profissional pode interferir na vida das pessoas - seus sujeitos de pesquisa - em nome da academia e da história? Onde se localiza a ética profissional quando se especulam as fragilidades e dores humanas?

Inicialmente mergulhei nas minhas próprias dores, para depois colocar-me frente a frente com o profissional. Era necessário fazer esta discussão preliminar com as entrevistadas, trazê-las à lucidez histórica nos momentos possíveis, mas respeitando suas reações, compreendendo seus silêncios e aprendendo também a trabalhar com as lacunas. Os silêncios dizem muita coisa quando historiador e entrevistado tecem uma entre-vista, aquela troca de olhares sobre uma história de vida.

Com todas as entrevistadas fiz um contato inicial por telefone, combinando os detalhes necessários para o encontro. Fui recebida de imediato com olhares que traduziam ansiedade, ou mesmo com uma certa desconfiança, ou com aquele olhar de quem se recolhe, nem que seja por pouco tempo, às suas reminiscências, que serão compartilhadas com uma estranha, na maioria dos casos. Das entrevistadas, eu só tinha um vínculo maior com uma delas, as outras eu não conhecia.

Coloquei-lhes, então, minha proposta de trabalho, minha compreensão da necessidade histórica de trazer à tona as suas histórias para que outros também as ouvissem. Começamos a trocar algumas idéias sobre o período pesquisado e a entrevista fluiu naturalmente.

A primeira entrevistada pediu que a conversa não fosse gravada, visto que a presença do gravador lhe causava um mal profundo, que estabelecia

⁴ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*: lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da USP, 1987.

uma relação com os interrogatórios e torturadores. Atendi seu desejo, anotando o possível, reconstruindo, posteriormente nossa conversa. Algumas questões foram respondidas por escrito.

Com as demais entrevistadas a presença do gravador não gerou nenhum problema de inibição.

A riqueza de relatos, de nuances, de construções, expressões são imensas e me possibilitaram o contato com a fantástica pluralidade do ser humano, sempre aberto para mais interpretações e compreensões, confirmando minha proposta de trabalhar com a história oral.

Minha proposta metodológica anterior para trabalhar esta dissertação, da qual já havia entregue um capítulo ao meu orientador, calcava-se numa metodologia mais tradicional: num primeiro momento abordaria a conjuntura política, econômica, cultural e social do período estudado, depois então traria a questão específica das presas políticas, quando suas falas serviriam mais como ilustração, escondendo, desta forma, a sua riqueza como fonte.

Imediatamente meu orientador questionou onde estavam as “minhas mulheres”. Isto levou-me a pensar toda a proposta de metodologia que estava usando, inclusive sobre a minha insatisfação em relação à maneira como vinha abordando o meu tema de pesquisa. Até redefinir minha metodologia, foi mais um mês de corridas a bibliotecas, aqui em Florianópolis e São Paulo, principalmente na UNICAMP, em Campinas. No Arquivo Edgard Lewenroth, tive contato com documentos, publicações e jornais dos anos 50, 60 e 70, ampliei minha bibliografia e trouxe mais publicações sobre a história oral. O contato com a tese de doutoramento da Professora Selva Guimarães Fonseca, e os textos da coletânea **Usos e Abusos da História Oral**, organizada pelas historiadoras, Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, da Fundação Getúlio Vargas, principalmente os textos de Henry Rousso, “A Memória não

é mais o que era”, e o de Alessandro Portelli, “O Massacre de Civitella Val Di Chiana (Toscana:29 de junho de 1944) : mito, política, luto e senso comum”, causaram-me forte impressão.

Essas leituras ajudaram-me a decidir pelos caminhos da História Oral como metodologia que estabelece e ordena procedimentos de trabalho, e se preocupa com os diversos tipos de entrevista, e em suas implicações; que possibilita diversidades no uso das transcrições dos depoimentos e os seus desdobramentos; que expressa as variadas formas de o historiador relacionar-se com o seu entrevistado e em que grau isso pode influenciar a sua pesquisa. Dessa forma, procura mostrar a riqueza da fonte oral, as suas dificuldades e seus desafios, procurando ainda demonstrar que o objeto histórico é sempre uma elaboração, que a história é sempre construção⁵.

A História Oral pode levantar questões, mas não oferece as respostas; elas devem ser buscadas na teoria da História e ainda na contribuição de outras disciplinas afins, como a filosofia, a sociologia a psicanálise e outras⁶.

Ao Definir a proposta metodológica, minha empatia foi tão grande que toda a leitura realizada anteriormente passou a fluir com maior leveza e o prazer da escrita, a sensibilidade com meu trabalho, tomaram conta de mim. Definia uma metodologia para minha pesquisa ao mesmo tempo em que vislumbrava um caminho diferente para meu trabalho profissional, como professora de primeiro e segundo graus, sentimento este reforçado com a leitura do livro de Paul Thompson *A voz do passado*⁷.

Concordo com Lozano quando em seu texto “Prática e Estilos de Pesquisa na História Oral Contemporânea” diz que a opção pela História Oral implica “numa renovação das concepções sobre o envolvimento do

⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro : Editora Getúlio Vargas, 1996.

⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs.), idem

historiador com seus sujeitos e problemas de pesquisa”⁸, e isto é um desafio. Procuro assim focalizar nesta pesquisa o político através das lentes da micro história, da memória, do processo de construção das identidades.

Dividi minha proposta de dissertação em três partes: no primeiro capítulo farei uma revisão historiográfica sobre a problemática da tortura; no segundo capítulo discutirei os pressupostos metodológicos que embasam a pesquisa, por que efetivamente a opção de trabalhar com a história oral, memória e representações; no terceiro capítulo discutirei os critérios usados para definir as mulheres a serem entrevistadas, refletirei sobre a ética, a política, apresentarei o processo de retorno das entrevistas para as narradoras, e as narrativas devidamente trabalhadas; e no quarto capítulo apresentarei uma reflexão, com base no recorte metodológico proposto, das falas das entrevistadas, da sua forma de narrativa, da construção de suas representações, das especificidades dessas mulheres que passaram por situações históricas semelhantes, mas que mantêm as suas características identitárias, contextualizando-as no período histórico definido para a pesquisa.

⁷ THOMPSON, Paul. *A voz do passado : história oral*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992.

⁸ LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. *Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea*. in FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs) op. cit.p24

Capítulo 1

SOBRE A TORTURA

Quando me refiro às mulheres presas políticas durante a ditadura instalada pelos militares em 1964, vem à baila, de imediato, a situação de tortura a que foram submetidas a maioria dessas mulheres. Nesta reflexão enfoco alguns aspectos acerca da tortura, procurando, através de alguns autores com os quais trabalhei, refletir sobre o seu significado, os seus desdobramentos políticos e consequências sobre o comportamento humano, bem como sobre as formas como as pessoas submetidas a esse tratamento construíram as suas representações, que tornaram possível o seu equilíbrio ou “quase equilíbrio” psicológico.

Nesta reflexão procuro pensar sobre como tem sido apresentada a situação da mulher, militante e presa política nos campos da história, da sociologia, da antropologia e da psicanálise. Meu objetivo não é tecer uma crítica à bibliografia pesquisada, antes perceber suas diferenças, suas abordagens, complementaridades e questões deixadas em aberto para outros estudos.

Há uma escassez de bibliografia e de reflexões sistematizadas sobre o tema específico, decorrente, ao meu ver, do comprometimento de autoridades

e personagens políticas da época ainda vivos - muitos ainda atuantes na sociedade brasileira - ou mesmo, de uma tentativa da historiografia de “enquadrar”¹ esses acontecimento dos anos da ditadura numa perspectiva da história crítica, mas sem abrir as suas particularidades e memórias ao público. Por outro lado, o fato de não se falar sobre o assunto revela um refúgio à dor de muitas ex-lideranças e ex-militantes sobreviventes. Há ainda o caso de muitos ex - militantes que hoje estão assumindo cargos de destaque político ou administrativo, numa visão de que seu envolvimento no passado fez parte de uma conjuntura distinta dentro da história brasileira e, conscientemente ou não, percebem o quanto a questão não foi resolvida pela história e nem apagada pelo Projeto de Anistia de 1979.

Há uma história com “vergonha” de ser contada? Há uma história para ser “descoberta”, no dizer de Hayden White ².

O Relatório do Colóquio Internacional sobre como Combater a Tortura, realizado em Genebra nos dias 28 e 29 de abril de 1983, define assim o significado de tortura: “Para os propósitos desta Convenção, tortura significa qualquer ato de dor severa, ou sofrimento, quer física, quer mental, e intencionalmente infligida a uma pessoa para propósitos tais como obter dela, ou de uma terceira pessoa, informação ou uma confissão, puni-la por um ato que ela, ou uma terceira pessoa cometeu ou é suspeita de ter cometido, ou para intimidá-la ou coagi-la, ou uma terceira pessoa, ou por qualquer razão

¹ POLLAK, Michel – “O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela História. Esse material pode, sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Ver: POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 9-10, 1989.

² Ver: WHITE, Hayden. A questão da narrativa na teoria contemporânea da história. *Revista de História*, São Paulo, n.2/3, p.49, 1991. “O conteúdo dos relatos históricos são acontecimentos reais, coisas que realmente ocorreram e não acontecimentos imaginários, inventados pelo narrador. O que implica em que a forma na qual os eventos históricos se apresentam a um narrador em potencial é antes descoberto do que construído”.

baseada na discriminação de qualquer espécie, quando tal dor ou sofrimento é infligida por ou sob a instigação ou com o consentimento ou aquiescência de um funcionário público ou outra pessoa agindo em capacidade oficial. Não se inclui a dor ou sofrimento resultante apenas, inerente a, ou incidental de sanções legais”³.

Esse Colóquio foi organizado pelo Comitê Suíço contra a Tortura e contou com a participação de 70 especialistas de 25 países, dentre eles o Brasil, e seu principal objetivo era encaminhar discussões no sentido de propor e viabilizar projetos e debates que pudessem inibir a prática da tortura no mundo.

O relato de um dos Grupos de Trabalho destaca a preocupação em trazer à reflexão maneiras de influenciar aqueles responsáveis pela tortura, especificando aqui os “governos e seus agentes” e, num plano mais direto, “militares e polícia”, sendo que outros setores são também apresentados com “responsabilidades indiretas” sobre a tortura, como “os que controlam o poder econômico, que podem apoiar regimes ditatoriais ou forçar governos a se tornarem mais agressivos”.

Fica clara a dificuldade existente em tratar este tema, que tem merecido discussões em torno de sua defesa e combate, associado à disputa e manutenção dos poderes dentro, ou entre os Estados. Concretamente usada como uma tática para conseguir certos objetivos, a prática de tortura tem recebido críticas e condenações de praticamente todos os governos que “aderiram aos instrumentos internacionais que banem a tortura, mas nada fizeram por sua implementação e chegaram mesmo a protegê-la como prática sistemática. Outros se mostraram relutantes em pressionar outros países a

³ COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GENEVRA. *Como combater a tortura* : relatório. Tradução de Eglê Malheiros. Florianópolis : Editora da UFSC : OAB/SC, 1986.

inibirem a tortura ou, fato importante, países com pouco ou nenhum registro de torturas tiveram uma responsabilidade direta no treinamento dos militares e da polícia de países onde a tortura era sistematicamente aplicada ou em fornecer tecnologia que servia para a repressão, inclusive à prática da tortura”⁴.

No que diz respeito à Anistia para os torturadores, o relatório apresenta uma situação polêmica ao questionar leis aprovadas por governos que anistiaram os seus torturadores, visto que tais leis são contrárias aos princípios básicos das leis dos direitos humanos, internacional e nacional. Propõe também que o governo sucessor tenha todo o poder de declarar tal lei nula e inútil e que a mesma só deveria ser aprovada por um legislativo democraticamente eleito, após consulta aos eleitores.

Tais considerações estão pressupondo países onde não haja regimes militares, pois segundo os participantes do Colóquio, representantes de países sob esse regime no ocidente, “treinar os militares em direitos humanos, seria impossível no presente em seus próprios países, onde a tortura não é um elemento marginal, mas sim central na estratégia das Forças Armadas. Cursos de direitos humanos, se fossem para ser dados aos militares nesses países, poderiam mesmo ser usados para fortalecer a ideologia da segurança nacional ou guerra interna”⁵.

O discurso de Thomas Hammarberg, Secretário Geral da Amnisty Internacional, traz para reflexão os argumentos usados por muitos governos que atribuem a prática da tortura à “tradição”, ao “temperamento violento” e destaca também o que chamou de “hipocrisia oficial no campo da tortura”, salientando que não existe correlação entre os votos nos países representados nas Nações Unidas e o “comportamento em casa”.

⁴ COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GENEVRA, *idem*, p. 40-41

⁵ COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GENEVRA, *op. cit.*, p. 47

Harmmarberg denuncia que a censura sobre as informações nos governos ditatoriais não é apenas interna, mas principalmente externa, com objetivo de impedir o vazamento de denúncias sobre a prática da tortura em seus países.

O Historiador Edward Peters, em sua obra **Tortura**, apresenta uma definição de tortura usando as palavras de John Heatth, historiador jurídico do nosso século, que entende por tortura “a aplicação do sofrimento físico ou a ameaça de aplicá-lo imediatamente como propósito de se obterem, ou como decorrência de medidas adotadas para se obterem informações secretas ou provas forenses de interesse militar, civil ou eclesiástico”⁶.

Essa definição, segundo o autor, procura ater-se às circunstâncias históricas do reaparecimento da tortura num período mais recente.

Peters remonta ao século XVIII, quando a definição puramente legal da tortura foi sendo substituída por uma definição carregada de princípios morais, e ao século XIX em diante, quando este caráter moral foi sendo suplantado por uma compreensão impregnada de sentimentos de pesar “até que o termo passou a significar, ou seja, tornou-se um tema moral-sentimental que designa o ato de causar sofrimento de qualquer tipo em qualquer pessoa, para qualquer propósito - ou mesmo sem propósito”⁷.

Retirada do direito penal comum, a tortura reaparece em final do século XIX, em partes da Europa e suas colônias, sendo que se verifica um acentuado crescimento da sua prática no século XX, quando se observa uma mudança na conceituação de crime político, que passa a se referir não ao atentado contra a vida do governante e seus assessores, mas ao próprio Estado-nação. Nesse sentido Peters levanta questões pertinentes a esse novo Estado que se estabelece no século XX, com imensa habilidade para levantar

⁶ PETERS, Edward. **Tortura**. São Paulo : Ática, 1989.

recursos e com força de coerção; no entanto, paradoxalmente, boa parte da sua política tem-se “baseado no conceito de vulnerabilidade estatal frente a inimigos, sejam eles externos ou internos”⁸.

Esta neurose da ambigüidade, segundo as palavras de Peters, dá aos governos do século XX uma característica insólita no que se refere ao tratamento dado aos direitos humanos e aos seus próprios desejos ou necessidades, termos usados pelos governos ao empregarem “procedimentos, que em outras circunstâncias jamais sonhariam”⁹. Esta paradoxo também caracteriza medidas de proteção em situações, muitas vezes constatadas posteriormente, puramente frutos de uma imaginação neurótica.

Historicizando essas transformações dentro do Estado, Peters nos remete ao final do século XIX e início do XX, chamando nossa atenção para a difusão do sentimento nacionalista e para as mobilizações feitas pelos direitos de voto e propaganda. Nesse cenário o “criminoso político” não é mais um reformador idealista; ele é olhado como um traidor da unidade nacional, e de um povo, que está agora genuinamente representado no Estado.

Diferencia-se, aqui, a compreensão de Estado: no século XVIII e XIX, é o Estado abstrato, iluminista; no século XV, o Estado é identificado com a comunidade étnica nacional; e no século XX, representa e personifica o povo, os interesses do povo. Assim, se esse Estado é operado de acordo com o desejo do povo, numa transposição direta, os seus adversários opõem-se, também, aos desejos mais fiéis do povo.

Após 1917, com a vitória da Revolução Russa e da ideologia marxista revolucionária, esses estados passaram a defender os objetivos de uma filosofia internacional, levando os Estados Nacionais a não apenas

⁷ PETERS, Edward, *idem*, p. 9

⁸ PETERS, Edward, *op. cit.*, p. 14

⁹ PETERS, Edward, *op. cit.*, p. 14

empreenderem a defesa interna do povo, mas a defenderem-se dos Estados Nacionais inimigos e dos movimentos revolucionários internacionais, os quais rotularam os Estados Étnicos como não revolucionários ou contra-revolucionários.

Alterava-se, conseqüentemente, a imagem de crime político.

Segundo Peters, “os Estados que não passaram por revoluções criaram categorias de crime político a partir de sua experiência de intensificada dissensão política interna e intensificada oposição externa, tanto de potências rivais , como de movimentos revolucionários. Por outro lado, os Estados revolucionários possuíam suas próprias análises racionais para revisar o direito e redefinir o crime político”¹⁰.

Revisitando as práticas de tortura atestadas no nazismo e fascismo, e mesmo as adotadas pela França na Indochina e Argélia, na segunda metade do século XX, período da descolonização, muitas teorias procuraram racionalizar os porquês dessa prática intensa da tortura, apelando em geral para explicações que inocentavam os países nos quais elas foram detectadas, indo desde justificativas, como as de serem práticas de governos desordenados e psicóticos, fragilidades das ideologias revolucionárias, importação de povos bárbaros não-europeus, infiltração de agentes com instruções ideológicas adversas.

Agora no século XX, a tecnologia da tortura sofisticou-se, procura não só arrancar a informação, mas derrotar a vítima, ou reduzi-la à incapacidade¹¹.

Também é nesse sentido que Foucault orienta a sua obra, **Vigiar e punir** cujo título bastante significativo deixa antever uma outra compreensão sobre a maneira de impor penalidades aos que violaram as leis dos Estados.

¹⁰PETERS, Edward, op. cit., p. 143

¹¹ PETERS, Edward, op. cit., p. 190

Segundo Foucault, o castigo como espetáculo público, que norteou boa parte das penas até o século XIX, no decorrer deste assume outra conotação: é o momento em que, perante o grande público, o carrasco assemelha-se ao criminoso; invertem-se os papéis, agora o supliciado passa a ser objeto de piedade e admiração, ou não, (dependendo de seu comportamento ao enfrentar a execução). No final do século XIX, esse momento do castigo constituía-se na parte mais velada do processo.

Dessa forma vai também mudando a percepção da penalidade, “sua eficácia é atribuída à sua fatalidade, não à sua intensidade visível”¹². Seu objetivo é operar no nível da consciência abstrata, como um alerta ao possível violador das leis.

Passando pelas “mil mortes”¹³ impetradas ao corpo do supliciado à execução capital (aos poucos, no decorrer do século XVIII e XIX, vai perdendo o seu caráter de espetáculo público), até à proibição de assistência às penas capitais, essas determinações trazem consigo um outro significado: aplica-se a lei agora não significativamente a um corpo em dor, mas a um sujeito jurídico que, dentre outros direitos, possui o de existir.

As penalidades vão alterando o seu objetivo, agora não mais punir o corpo, mas a alma, estabelecendo com o culpado uma outra relação; o objetivo é aplicar um “castigo que atue profundamente sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições”¹⁴.

¹² FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir** : história da violência nas prisões. Petrópolis : Vozes, 1987. P. 15

¹³ FOUCAULT faz referências as diversas inferências punitivas feitas aos corpos dos supliciados, que vigoravam no século XVIII, e serviam de espetáculo público como - “não mais aqueles supícios em que o condenado era arrastado sobre uma grade para evitar que a cabeça arrebentasse contra o pavimento, seu ventre aberto, as entranhas arrancadas as pressas, para que eles tivesse tempo de as ver com seus próprios olhos serem lançadas ao fogo; em que era decapitado enfim e seu corpo dividido em postas”.

¹⁴ FOUCAULT, Michel, *idem*, p. 21

É nessa “alma”¹⁵ que se tecem um poder e um saber que se imbricam numa articulação na qual um dará reforço e recriará o outro a cada instante em seus códigos e efeitos. E será nessa circunstância que serão formulados vários conceitos e campos de análise, como psiquê, subjetividade, personalidade e consciência, abrindo-se para um novo poder de julgar que emana desta relação poder- saber e que assume, através dos castigos e das penas, uma tática política construída sobre técnicas e discursos científicos.

Foucault traz uma reflexão sobre as especificidades do suplício e da tortura no século XVIII , que é importante ser destacada: “O suplício repousa na arte quantitativa do sofrimento”¹⁶; através da sua aplicação, portanto, deve ser possível medir, quantificar, hierarquizar a profundidade e a quantidade da dor. Seu uso deverá ser medido pelo discernimento entre o tipo de ferimento, a qualidade, a intensidade, o tempo do sofrimento, a gravidade do crime e a pessoa do criminoso.

Esses suplícios seriam aplicados para castigar o transgressor da lei pelo seu ato, não traduzindo no contexto do século XVIII qualquer tipo de “...exasperação de uma Justiça que, esquecendo seus princípios perdesse todo o controle, mas sim uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune”¹⁷.

No entanto, para que seja justa a punição para aqueles que cometeram faltas, a maneira através da qual a verdade exerce o seu poder, é necessário que o criminoso assuma o crime como algo seu ,e ele mesmo assine aquilo que foi construído no processo inquisitorial. Aí a verdade estará selada.

¹⁵ FOUCAULT enfoca esta “Realidade histórica dessa alma, que diferentemente da alma representada pela teologia cristã, não nasce faltosa e merecedora de castigos mas nasce antes, de procedimentos de punição, de vigilância, de castigo e de coação”.

¹⁶ FOUCAULT, Michel, op. cit., p. 34

¹⁷ FOUCAULT, Michel, op. cit., p. 35

Apesar de que a confissão escrita necessite ser acompanhada de outras provas, ela passa a ser encarada como a maior das provas.

Esse ato coloca para a Justiça a ambigüidade da confissão que, para ser conseguida, se utiliza de dois procedimentos: o juramento antes do interrogatório e a tortura (violência física para se obter uma verdade). Mas no período clássico abordado por Foucault, a tortura fazia parte do processo inquisitorial dentro de um complexo mecanismo penal, em que um dos objetivos era fazer com que o acusado desempenhasse (mesmo que fosse através de técnicas violentas) o papel de “parceiro voluntário”.

Já aí se questionava a lisura do processo de obtenção da verdade através da tortura, visto que pelo grau das dores e suplícios muitos assumiam o que não haviam cometido, e outros que conseguiam controlar a dor num grau maior, escapavam ilesos dos crimes cometidos.

No entanto, é sobre o corpo que se aplicarão os castigos do suplício e é dele que se tirará a verdade. Assim esse corpo, na obra de Foucault, passa a ser o centro da atenção punitiva e coercitiva: “o corpo manipulável”, “o corpo dócil”. O controle do corpo, o poder de dispor sobre o corpo. É uma nova disciplina que se impõe, uma verdadeira “anatomia política”, uma “mecânica do poder” que define as maneiras de se ter poder sobre o corpo do outro, de forma que esse corpo faça o que se quer e como se quer.

Esse mesmo corpo, supliciado nas salas de tortura, apalpado e profanado, atesta algo mais além da presença visível de instrumentos e técnicas eficazes e racionalizadas; ele nos incita a procurar “compreender a tortura do seu próprio interior, enquanto o fenômeno humano, protagonizado por vários sujeitos e articulado por relações particulares, onde o poder de

subjugar o outro parece ser o motivo principal e onde vida e morte se debatem num jogo incessante de características existenciais muito próprias”¹⁸.

É desta forma que o psicólogo, psicodramaticista, Alfredo Naffah Neto, reflete a questão enquanto ser no terror, a partir da situação de tortura, e da situação de poder por ela criada, procurando focalizar as significações que vida e morte assumem neste contexto.

Na sua tese de doutoramento, Naffah Neto trabalha com quatro ex-presos políticos, sendo que faz seu psicodrama apenas com um preso, os outros permanecem no estágio da entrevista.

O psicodrama aqui é usado pelo psicólogo como uma estratégia em que a (o) ex-presos políticos vivência as situações de terror pelas quais passou na condição de torturado, quebrando, dessa maneira, os bloqueios que impedem o seu livre acesso à lembrança dessa memória escondida. Conforme o autor, “...se nos lembramos de quão traumática é a situação de tortura e que os sujeitos humanos tendem a recalcar lembranças traumáticas ou de intenso desprazer - e aí nosso recurso é Freud - teremos que supor que a memória dessas situações deve ser, provavelmente, feita de lacunas e hiatos dificilmente reconstituídos pela intenção consciente. Isto nos aponta a necessidade de aceder a essa memória, não através de um esforço de evocação consciente por parte dos sujeitos implicados, mas de criar condições para que essa memória se presentifique enquanto vivência atual, ganhando o espaço da percepção-ação – portanto, podendo diferenciar o seu estado heterogêneo em imagens, ações e palavras - ao mesmo tempo em que se faz necessário um trabalho que possa dissolver as defesas que impeçam o acesso de lembranças recalçadas a fim de reconstituir as lacunas dessa memória”¹⁹.

¹⁸ NAFFAH NETO, Alfredo, op.cit.

¹⁹ NAFFAH NETO, Alfredo, op.cit., p. 74-75

A tarefa do historiador não se confunde com a do psicanalista, não estamos procurando preencher as lacunas, ou responder aos hiatos, mas trabalhar com eles, com o papel que desempenham na forma de narrar estas histórias de vida e com os seus significados atribuídos pelos sujeitos que vivenciaram estas experiências históricas, . Ao mesmo tempo, poderemos fazer uso do resultado do trabalho do psicodrama desenvolvido pelo psicólogo, para nos ajudar a compreender melhor as informações que colhermos através das entrevistas orais e que mergulham, em muitos momentos, num silêncio ou num “esquecimento” temporário.

Na conclusão de sua pesquisa e trabalho psicodramático, Naffah Neto chega a importantes reflexões: “o poder cria os seus próprios mitos e é como que obrigado a criá-los para poder refletir-se e sustentar o seu”²⁰. Nessa compreensão, destaca a característica teatral que assume uma sala de tortura, montada como espaço especial para o desempenho de papéis necessários à manutenção daquela história - cena, papéis que são nutridos por definições de funções, estratégias de avanços e recuos para se chegar onde se quer - a informação. Nem que para isso este “palco” se torne um depósito de “sangue, fezes, gritos, choros e vozes repetitivas: Pontos! Aparelhos! Pontos! Aparelhos!”²¹

Naffah Neto, no entanto, aponta como nesse espaço, o prisioneiro, dentro das artimanhas de poder que aí se articulam, fruto da convivência com aqueles homens, com as máquinas, desenvolve, com o tempo, uma espécie de “saber” que chega a transformar em determinados momentos a tragédia em comédia. Como exemplo, cita o de um ex-presos que passou informações erradas sobre a cobertura de um “ponto” e, apesar da reação violenta dos

²⁰ NAFFAH NETO, Alfredo, op.cit., p. 218

²¹ NAFFAH NETO, Alfredo, op.cit., p. 218

policiais ao descobrirem a informação falsa, sentiu-se vitorioso por havê-los enganado, entrando, assim, no mundo do jogo do aparato repressivo.

Para Elucidar esse exemplo, Naffah Neto faz referência a Sartre quando este diz que o “poder absoluto dos torturadores, mais do que uma realidade em si, é apenas algo de que eles procuram convencer a si próprios e ao prisioneiro. No fundo, bem lá no fundo, eles sabem que tudo não passa de uma grande impostura e é justamente por isso que têm que simular, simular...Caso contrário, não conseguiriam se manter em pé. Pois quando se lhes rasga a fantasia, aparecem despidos de toda a onipotência que representam. A sua força não é uma força interior, mas aquela que lhes é outorgada pela maquinaria institucional, através das suas simulações, embustes, camuflagens. Poder que é pois poder imaginário”²².

Segundo o psicodramatista, é a partir dessa noção de poder que se consegue “dobrar” os prisioneiros, revolvendo e concretizando fantasias infantis, trazendo à situação da prisão a representação de símbolos que povoam nosso inconsciente, manipulando e controlando os nossos medos diversos, da culpa, da transgressão do pecado, do castigo, operando como uma “Lei Divina”.

Este estar-à-mercê de uma força desconhecida, de uma estrutura de poder que decide sobre o rumo que sua vida pode tomar, além da perda do controle sobre si próprio e da autonomia na tomada de decisões, faz do prisioneiro um ser profundamente só; o que lhe resta é procurar manter a dignidade, preservando-se da desintegração total, o que nem sempre é possível. Nessa vivência de confinamento e solidão, presentificam-se a vida e a morte como significações fundamentais na situação da tortura.

²² NAFFAH NETO, Alfredo, op.cit., p. 221

Analisando **Malleus Maleficarum - o Martelo das Feiticeiras**, escrito em 1484, a bíblia do inquisidor por três séculos na Idade Média, e o documento produzido pelo Ministério do Exército em 1971, intitulado “Interrogatório”, uma “tradução adaptada de documentação sigilosa de país amigo”²³, (hoje sabemos, por declaração do próprio exército, que foi elaborado nos EUA), pode-se perceber que, apesar de um hiato de cinco séculos entre ambos, é a busca da confissão e a delação - de outros - que os norteia definindo métodos de tortura específicos para determinados tipos de presos, e procedimentos corretos para o comportamento dos interrogadores e torturadores.

Não se quer reduzir a comparação dos documentos à tábula rasa, em relação as suas verdades, mas ambos revelam grupos e instituições que fazem uso da prática da tortura como uma forma de extermínio e exclusão dos “diferentes” e como estratégia para se manterem no poder, perpetuando sua visão de mundo. Essas obras utilizam-se de ensinamentos e elementos de doutrinação que serão responsáveis pela aplicação eficaz de técnicas de tortura e perspicácia psicológica, para desmontarem a integridade mental do prisioneiro. Esse, a priori, é considerado culpado; o que se busca é que ele assine o que confessou nas sessões de tortura e entregue outros “culpados”.

Com esse fim, ambos os documentos revelam a utilização de um conhecimento específico, próprio de cada tempo, como arcabouço para o aprimoramento da tecnologia do terror. Entende-se aqui por aprimoramento tecnológico, aquele que passa pelo uso do “ferro em brasa”, da “cadeira do dragão”, da “coroa de cristo” ou “pau de arara”, entre infindáveis e sofisticadas opções, seja numa época ou noutra.

²³ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. **Confidencial** : documento. [S. l.] : SNI, 1971.

No período brasileiro pós golpe militar, o sujeito histórico que se constitui nessa situação de extrema debilidade jurídica e audaciosa prática repressiva passa por um alheamento sistemático no seu processo identitário, vivendo, segundo Pollak, situações profundamente desestabilizantes no espaço da tortura, seja física ou psicológica. O fator definidor da resistência às torturas e da estabilidade psico-emocional, após a prisão, está na história de vida, no psiquismo, na carga emocional, no envolvimento de maior ou menor compromisso com determinada ideologia política de cada preso político.

Na situação de ex-presos políticos, abriam-se para o militante poucas opções: abandonar por completo as atividades de militância, voltar à militância na clandestinidade ou sair do Brasil na condição de exilado político. As três possibilidades se colocavam como situações extremadas, a perspectiva era de enfrentamento com o desconhecido.

1.1. A TORTURA – A MULHER

A tortura, a desestabilização psicológica, a debilidade física, a resistência, pautaram a vivência de prisão e clandestinidade enfrentada por essas mulheres.

Estas situações de clandestinidade, tortura e prisão são aspectos abordados por Elizabeth Fernandes Xavier Ferreira, em seu livro **Mulheres, militância e memória**. Através de uma análise antropológica das entrevistas de treze ex-presas políticas, a autora aborda os pontos acima referidos apontando para a diversidade das experiências vividas por essas mulheres apesar de elas manterem, devido ao tempo vivido em conjunto na prisão, lembranças coletivas a respeito de passagens comuns no embate com a repressão e para a diversidade dos projetos políticos acalentados pelas diversas organizações que, mantidas as suas estratégias específicas, almejavam um Brasil mais justo, livre e igualitário.

No entanto, ao entrar no campo das representações elaboradas nesses anos pós-prisão, - apesar de se encontrarem todas elas no mesmo contexto, durante o período da ditadura militar - “as respostas às solicitações e imposições que a realidade lhes apresentava ficavam atadas às injunções entre suas histórias de vida e sua estrutura psíquica”²⁴.

A clandestinidade traz para a mulher presa política uma necessidade premente de abnegação e desprendimento da vida anterior, passando pela troca do nome e pela incorporação de uma outra identidade social, com todas as conseqüências daí advindas.

²⁴ FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro : Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

São todas situações em que o fator “estado de isolamento” é palpável, seja pelo afastamento dos amigos e familiares, como da própria organização, ou pela necessidade de rápida adaptação às situações adversas e desconhecidas.

No entanto, impossível se tornaria a “adaptação” às condições de vivência impostas pela tortura. Conforme afirma Elizabeth Ferreira, a existência da tortura “é uma ameaça ao pacto social, sobretudo quando é perpetrada pelos órgãos do Estado. Esta esfera, que deveria ser o locus da efetiva realização e garantia desse pacto, torna-se, nesse caso, sua antítese, o centro privilegiado do arbítrio”²⁵. Sobre as experiências vividas nas sessões de tortura, diz que a “qualidade do sofrimento, portanto, pode estar ligada aos desdobramentos que a tortura pode ter atingido não mais somente o corpo, quer se trate de homens ou de mulheres. É o que atestam os suicídios cometidos por militantes, ou muitas vezes, por ex- militantes... além do suicídio, há outra ameaça, a loucura”.() Elizabeth ilustra esta situação com a história de “Ana”, que “descreve seu medo de se desestruturar psiquicamente, como um fantasma constante, fato que é explorado pelos torturadores ao lhe oferecerem uma arma durante uma sessão para suicidar-se”²⁶.

Há de se lembrar as torturas praticadas contra presos dos quais não se teve nenhum registro, destacando o caso de presos no meio rural, camponeses que permanecem incógnitos e os que morreram, sem que houvesse maiores informações ou registro. Eles fazem parte de um segmento sobre o qual não se construiu a memória.

Saindo dos espaços dos DOI-CODIS, que significavam a não oficialização da reclusão e da tortura, a prisão, efetivamente, com registro e inquérito aberto, passa a significar para os presos o afastamento da

²⁵ FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier, *idem*, p. 144

²⁶ FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier, *op. cit.*, p. 154

possibilidade da morte iminente, para uma situação mais reconfortante. Apesar de não estarem livres, pelo menos havia mais condições de visitas e era menor a possibilidade da tortura física ou psicológica.

No entanto, a relação com a prisão também ocorre de forma bastante variada, dependendo de ela ser em grupo numa mesma cela, ou com isolamento. As reações das presas são determinadas pela sua subjetividade, pela relação do seu psiquismo com as novas situações.

Vivenciando situações de convivência ou de disputas internas no grupo, a sensação de apartamento com o mundo que corre do lado de fora pode ser a sensação mais mortificante, mais alienante, principalmente quando a imagem que fica no lado de fora da prisão sobre as presas políticas é aquela montada pelos próprios órgãos de repressão²⁷. Sobre esse tema, Ana Maria Colling reproduz em sua dissertação de mestrado trechos de uma entrevista com uma ex-presa política: “A marca principal, a marca registrada era de desmoralizar a gente, sempre nestes dois parâmetros que eles sabiam que tocava mais fundo: ou a gente estava na luta para conseguir homem ou a gente estava na luta porque não era uma mulher. Inconcebível que uma mulher normal, bem amada, fosse se meter naquele tipo de coisas”²⁸

Não é homogênea essa imagem sobre a presa política em toda a sociedade, mas podemos acrescentar, também, que a propaganda veiculada pelo regime militar sobre seu próprio governo jamais abriria espaço para que essas informações fossem confirmadas ou atestadas como mentirosas.

Ainda no texto já citado, Ana Maria Collings, ao trabalhar as imagens construídas pela ditadura sobre as mulheres militantes, cita trechos de entrevistas que são elucidativos no sentido de percebermos a construção de

²⁷ COLLINGS, Ana Maria. **Choram Marias e Clarices** : uma questão de gênero no regime militar brasileiro. Porto Alegre, 1994. Dissertação (Mestrado em História) UFRGS, Porto Alegre, 1994.

²⁸ COLLINGS, Ana Maria, *idem*, p. 91

uma memória das mulheres pelos órgãos de repressão “...eles usavam uma expressão que é constante, eles não usam teu nome, eles usam ‘puta comunista’, sempre puta comunista. Naturalmente eles não entendem que possa ser comunista sem ser puta. A prostituição parece que é um conceito do qual eles precisam para poder te colocar na imaginação deles”²⁹.

Essa visão narrada por mulheres que passaram pela tortura sustenta uma outra que preencheu o imaginário da repressão: o de que as mulheres vinham para o trabalho militante em busca ou de maridos, namorados, companheiros, ou mesmo para ter um espaço liberado para fazer sexo; e uma outra opção, era por ser homossexual “mulher macho”, na palavra dos torturadores³⁰.

Pode-se perceber com clareza os dois princípios morais que essas mulheres questionaram através da sua prática muitas sem o perceber, que são a moral convencional sobre o comportamento feminino da mulher casta e virgem, cujo objetivo supremo seria o casamento, e a quebra de tabus dessas mulheres ao adentrarem o espaço público - espaço masculino por excelência, assumindo papéis e intervindo politicamente.

Essa seria a presa política entregue às mãos dos torturadores cujos imaginários estavam povoados pela visão machista da sociedade brasileira, e pelo sonho anti-comunista propalado por todos os órgãos do governo e da imprensa. Treinados ideologicamente para tratar como “mereciam” os subversivos, eram esses os torturadores exímios na arte de impor a dor.

O que os órgãos repressivos buscavam era “demonstrar que a mulher militante política, era uma mulher desviante, porque poder e política rima com masculinidade, com virilidade e não com feminilidade”³¹.

²⁹ Depoimento colhido por COLLINGS, Ana Maria, op.cit., p. 121

³⁰ COLLINGS, Ana Maria, op. cit., p. 91

³¹ COLLINGS, Ana Maria, op. cit., p. 120

No uso do rótulo de desviante, é importante perceber quem o aplica e com que interesse. Elizabeth Ferreira³², em obra já citada, usa os argumentos de Howard Becker, que afirma não haver “indivíduos desviantes em si mesmos”, e sim seres excluídos por transgredirem o que determinado grupo social estabeleceu como regras e princípios. Assim, uma definição construída a respeito de alguém ou de um grupo social vem atender à defesa de interesses de um campo específico da sociedade.

No entanto, essas mulheres relacionaram-se com essas situações-limites da maneira mais diferenciada, algumas raciocinando e pesando com muita lucidez a experiência carcerária, e outras ainda sem conseguir superar os traumas deixados pelas torturas que sofreram, submetendo-se até hoje a sessões de terapia e assistência psiquiátrica. Como nos dizia Pollak, a capacidade de lidar com situações de profunda dor e desestruturação emocional passa pelo psiquismo de cada um, por sua história de vida e seu equilíbrio.

Memórias das mulheres no exílio, que compõe o projeto “Memórias do Exílio”, dirigido e editado por Albertina de Oliveira, Maria Tereza Porciúncula Moraes, Norma Marzola e Valentina da Rocha Lima, visa trazer as representações específicas das mulheres brasileiras exiladas, sejam elas ex-militantes, acompanhantes dos maridos, companheiros, pais, filhos, ou mesmo numa situação de exílio voluntário em função das poucas condições profissionais, perseguições políticas ou impossibilidades outras de se manterem produzindo e vivendo no Brasil das décadas de 60 e 70.

O texto é uma coletânea rica em documentos primários, construídos por essas mulheres através das suas narrativas sobre suas experiências na situação de exiladas. São depoimentos obtidos através de cartas e entrevistas,

³² FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier, op. cit., p. 62

que primam pela subjetividade, nos quais as mulheres falam de si mesmas, da situação que toda a pessoa exilada passa. São representações construídas a partir da luta do dia-a-dia, da cultura de um outro país, da família, dos filhos, das relações afetivas, da solidão, indo além das experiências políticas, ampliando-as. O objetivo das autoras é enfocar o “eu individual, o único e singular, plenamente consciente da importância da autobiografia na reconstrução histórica. [chegar] a um grande nós anônimo, que contém cada um de nós e ultrapassa a todas, que não se confunde com nenhuma e está presente em todos nós”³³.

A tentativa de rompimento com uma situação de silêncio imposta pelas duras regras dos governos militares no Brasil é o mote da dissertação de mestrado da Professora Áurea Oliveira Silva³⁴, qual seja a necessidade momentânea de ter que aprender a calar, como uma pausa enquanto se busca outra forma de resistência.

Abordando essa situação a que chama de “exílio interno” vivenciada com intensidade por aqueles perseguidos políticos que não saíram do Brasil, que tiveram que viver aqui dentro na “sombra”, como diz a autora, é uma outra faceta da experiência das militantes. Elas tiveram que, dentro de seu próprio país, alterar sua identidade, mudando nome, status social, relações afetivas, mudar efetivamente de lugar, passar a viver a terrível situação da clandestinidade, uma situação de “meio-viver”, re-elaborar seu passado, sua história para poder fugir à perseguição dos órgãos de segurança.

O caminho percorrido para chegar até aqui deixa um lastro de muitos questionamentos e uma certeza - a paixão pela pluralidade da história. Embrenhando-me neste plural que pressupõe singularidades tão díspares que

³³ OLIVEIRA, Albertina Costa de *et al.* **Memórias das mulheres no exílio**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980.

³⁴ SILVA, Áurea Oliveira. **Aprender a calar, aprender a resistir : a pedagogia do silêncio em Santa Catarina**. Florianópolis, 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) UFSC, Florianópolis, 1993.

convivem, ora harmoniosamente, ora em total desarmonia, delineio o sujeito histórico escolhido para esta pesquisa e palmilho o seu trajeto entrecortado por “danças” e por “lobos”, por sonhos e feras que não se excluem, mas co-habitam na história das mulheres militantes, guerreiras.

O fio que procurei traçar através das reflexões sobre a prática da tortura, os muitos olhares sobre a sua utilização, os significados assumidos pelo seu uso na manutenção e no alargamento dos muitos sentidos de novos “saberes” e novos “poderes” passam concretamente pela tradução do sentido da tortura no torturado, e me levam à história das mulheres presas políticas na ditadura militar de 1964.

Essa história, apesar da sua importância e significado, é ainda muito pouco discutida e analisada, carecendo de obras reflexivas, o que vem, inclusive, expor mais a minha pesquisa ao questionamento.

No entanto, para não correr o risco de mitificação de sujeitos históricos, nem tampouco de criar as verdades históricas cristalizadas “dos de baixo”, erigidas romanticamente para contrapô-las à história oficial, decidi trabalhar com a história oral, intenção já manifestada na parte introdutória deste trabalho. Deixo, assim, que nas narrativas expressas pelas mulheres com as quais conversei apareçam as nuances, as diferenças, as contradições de suas histórias vividas na militância no período da ditadura de 1964, e através das suas memórias, passados hoje 33 anos, procurarei refletir sobre a construção das suas representações, das suas memórias .

Não significa que reconstruirei aqui o que aconteceu nos anos da ditadura militar com essas mulheres, mas como elas representam e reconstroem, hoje, as suas experiências de vida, através da maturidade dos anos e das palavras.

Capítulo 2

MEMÓRIA - PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO DAS HISTÓRIAS DE VIDA

Trabalhar com a memória marginalizada é estar em conflito constante com o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, é estar atento para perceber até que ponto o presente colore o passado, em que medida o momento de emergência de certas lembranças faz com que a ênfase seja dada a este ou aquele aspecto. O vivido e o aprendido, o vivido e o dividido, o vivido e o transmitido são questões que se interagem e colocam em evidência características específicas deste trabalho com esse tipo de memória¹.

Num movimento similar, o sujeito entrevistado procura a todo momento, num “esforço psicológico,” controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais, “ao mesmo tempo que contando a sua história de vida ele está num processo de reconstrução da sua identidade e não apenas fazendo um relato factual”².

Nessa perspectiva, a vivência num trabalho que envolve muita dor e angústia exige um esforço dobrado do pesquisador - o de estar “inteiro” para

¹ POLLAK, Michel, op. cit.

² POLLAK, Michel, op. cit., p. 13

poder proceder o afastamento no momento necessário, sem perder a dimensão humana que o seu trabalho lhe confere, nem jogá-lo numa pseudo-neutralidade acadêmica.

Nesse sentido, por que escrever este trabalho de história sobre a vivência de ex-presas políticas que passaram pela condição da tortura nos anos da ditadura militar?

Meu objetivo é trazer um universo muito individual nas suas representações, sem tirar a característica de uma vivência coletiva dessas mulheres, para um espaço de evidência histórica; é poder trabalhar com o indizível, no dizer de Pollak, fazer dessa experiência rica de vida um referencial para que se questione o saneamento da história oficial, que franze a testa à menção da palavra tortura, que homogeneiza as nuances das vivências e as pasteuriza com o mesmo invólucro rotulado de preso político, comunista e terrorista e, finalmente, questionar a construção de mitos e vítimas construídos por um tipo de historiografia “oficial” da esquerda.

Quero trazer, através dos relatos de experiências dessas vidas, as especificidades, as representações, as contradições, as dores de militantes que, antes de serem militantes, são mulheres - seres humanos trazendo consigo, na sua condição de mulher, e em sua grande maioria muito jovens, um mundo de representações que as envolve na ebulição dos anos 60 e 70, os anos “dourados”.

Algumas questões específicas aparecem ao trabalhar este tema: Quem eram essas mulheres? O que representavam? Como era construído o mundo da militância? Quais eram as relações vividas? E o mundo da prisão? As suas dores? A sua criatividade? E o novo sujeito forjado nos porões da tortura? Como suas memórias se cumpliciariam com a construção das suas identidades?

Os relatos acerca da vida dessas mulheres militantes são variados, refletem a heterogeneidade da sua formação, as suas distintas origens, as motivações que as levaram ao trabalho político da militância, a sua maturidade política, intelectual e, principalmente, o grau de definição ideológica que as levou a se definirem por um grupo de esquerda específico e não outro qualquer, bem como a sua sujeição à disciplina partidária e ao centralismo democrático assumido pela grande maioria dos grupos organizados da esquerda clandestina.

A sensibilidade dessas mulheres, acerca das transformações culturais do momento, e seu grau de paixão e envolvimento com o perfil de uma nova mulher que surgia nos anos 60 e 70, davam um tom especial no enfrentamento com as forças conservadoras da sociedade e com os projetos de transformação então postos pelos novos grupos no poder.

Essas mulheres estavam rompendo não apenas o seu casulo, mas principalmente o fio que tece e segura a sociedade “equilibrada”, que é o fio da moral, do respeito, da lógica burguesa e do equilíbrio social - os princípios e os bons costumes da família da classe média conservadora.

Estas questões levaram-me a traçar um recorte teórico-metodológico que dará sustentação à análise que procederei nos próximos capítulos. Sendo assim, procurei definir, aqui, alguns referenciais de análise buscando apoio nos estudos de Michel Pollak, Alessandro Portelli, Ecléa Bosi, Maurice Halbwachs, Henry Rousso e Selva Guimarães, para a abordagem pelo viés da memória e das representações, e nos autores Paul Thompson, Sebe Bom Meihy, Alistair Thomson e Dante Marcelo Gallian, como suporte para enveredar pelos caminhos da História Oral.

Memória... que grande excitação nos provoca ! Um turbilhão de imagens, de sentidos, contra-sensos, desejos, medos, vergonhas, auto-estima,

dor, frenesi, tudo em pequeníssimas frações de tempo se mistura em nosso consciente quando mencionamos essa palavra seguida por reticências... Sentimos que nesse pequeno espaço de tempo somos profundamente plurais e autênticos. Em seguida, perfilamos esses sentimentos e sensações por ordem de prioridades, eleitas em função das respostas que deverão ser dadas às questões jogadas no mar de tantas turbulências da nossa memória.

Michel Pollak, no já citado **Memória, esquecimento, silêncio**, traz-nos um estudo bastante perspicaz em relação à memória e às suas diversas maneiras de manifestação ou silêncio: sobre a compreensão da “memória proibida” ou “clandestina,” que permanece muitas vezes largos espaços de tempo sem poder ser pública, atuando como uma forma de resistência ao excesso de discursos oficiais; sobre a “memória envergonhada” e a “memória subterrânea”, que denotam a dimensão bastante ampla entre o “dizível” e o “indizível”, a fronteira que pode suscitar o caráter subjetivo, principalmente em se tratando de situações-limite de resistência³, como no caso das mulheres presas políticas, cujos depoimentos até hoje são filtrados em função de a própria esquerda tentar enquadrar a sua história dentro do que é possível ser dito.

Nessa perspectiva Pollak, ao trabalhar a definição de memória “enquadrada”, nos remete ao imenso trabalho de historiadores oficiais ou de historiadores de esquerda de promoverem e selecionarem o que pode ser público ou não. Diferentes podem ser os motivos que os guiam, mas seus objetivos passam pela manutenção da “coesão de seus grupos e instituições” e nos chama a atenção que, assim “como uma memória enquadrada, uma história de vida colhida por meio da entrevista oral é suscetível de ser apresentada de inúmeras maneiras, em função do contexto na qual é relatada. Mas assim como no caso de uma memória coletiva, essas variações

de uma história de vida são limitadas. Tanto no nível individual como no nível do grupo, tudo se passa como se coerência e continuidade fossem comumente admitidas como os sinais distintivos de uma memória e de um sentido de identidades asseguradas”⁴.

Ecléa Bosi em sua obra **Memórias de Velhos**, usando palavras de Bartlett diz que “a matéria prima da recordação não aflora em estado puro na linguagem do falante que lembra, ela é tratada, às vezes estilizada, pelo ponto de vista cultural e ideológico do grupo em que o sujeito está situado”⁵. Citando Halbwachs, a autora acrescenta que “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado...A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual”⁶.

À cada reflexão que se faz sobre a memória, pode-se perceber o quão fluida e versátil pode ser nossa fonte e sua importância para pesquisas que buscam o olhar do outro, fora do institucional e, nesse sentido, poder ver que esse outro, no nosso caso as ex-presas políticas, ao narrarem suas experiências trazem momentos de muita dor, “porque as experiências são incontáveis, mas devem ser contadas, que os narradores são apoiados pelas estruturas mediadoras da linguagem, da narrativa, do ambiente social, da religião e da política”. Com esta compreensão, “as narrativas resultantes - não a dor que elas descrevem, mas as palavras e ideologias pelas quais são representadas - não só podem como devem ser entendidas criticamente”⁷.

³ POLLAK, Michel, op. cit., p. 9

⁴ POLLAK, Michael, op. cit., p. 13

⁵ BOSI, Ecléa, op. cit., p. 25

⁶ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo : Vértice : Revista dos Tribunais, 1990.

⁷ PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho : algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História** : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 15, p. 108, abr. 1997.

É, no dizer de Portelli, o momento necessário que o historiador deve dar a si próprio para se refortalecer da dor trocada com o narrador, se distanciar criticamente das malhas da trama que ouve, e poder proceder a sua análise, como profissional pesquisador da história.

Neste emaranhado estão postas as subjetividades, as relações sociais, os interesses dos grupos, as trajetórias escolhidas por cada indivíduo ao retomar a sua vida. Num processo de “memória individual, ele grava, recalca, exclui, relembra, num verdadeiro trabalho de organização”, como diz Pollak⁸; e nas palavras de Henry, Rousso a memória “...é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente”⁹.

Neste sentido retomo as palavras de Pollak em seu trabalho **Memória, Esquecimento, Silêncio**, ao chamar atenção para uma forma de narrativa nas histórias de vida, em que “coerência e continuidade” são assimiladas pelos narradores como uma forma de dotar sua memória de credibilidade ao mesmo tempo que reforça sua identidade.

Assim, no momento em que o pesquisador se coloca como em escuta para as histórias de um outro, principalmente neste caso específico, em que a dor, a angústia, as incertezas se fazem sempre presentes, em que estas experiências de vida foram marcadas pelas torturas físicas e psicológicas profundamente desestabilizadoras, este processo narrativo serve de espaço para reafirmação e contínua reconstrução dessas identidades”¹⁰. Principalmente ao se entender identidade como “a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela

⁸ POLLAK, Michael - Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 204, 1992.

⁹ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs.), op.cit., p. 94

¹⁰ POLLAK, Michel, op. cit., p. 12-13

constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros”¹¹.

A antropóloga Silvia Novaes, em seu livro **Jogo de Espelhos - Imagens da Representação de Si, através dos Outros**, enfoca as imagens que uma sociedade de um grupo específico constrói de si próprio nas diferentes relações estabelecidas com outros grupos ou outras sociedades, falando especificamente no caso dos índios Bororó, que são os sujeitos da sua pesquisa. No entanto, é possível trazer algumas reflexões para este trabalho quando focamos essas mulheres, ex-presas políticas, na perspectiva de um agrupamento político-social que se definiu como grupo, com objetivos e princípios específicos que influenciaram o seu comportamento, e com formas de ação, definindo códigos, ética, princípios de conduta e valores, que se traduzem em ações históricas de intervenção e transformação social.

Assim é possível nos perguntarmos: Como essas mulheres se vêem hoje? Como imaginam que são vistas? Como vêem os outros? Que fatores foram e são determinantes nas suas condutas posteriores ao período da ditadura militar e lhes impuseram silêncio sobre suas histórias pessoais ou de seus grupos e organizações, definiram seu maior ou menor engajamento em lutas políticas e sociais, influenciaram mudanças radicais em seus projetos de vida, alteraram sua interferência junto a outros grupos e segmentos sociais, modificaram a sua compreensão e relação com a vida, determinaram a reconstrução de suas identidades?

Esta é uma proposta de trabalho com História Oral, envolvendo laços de afetividades dentro de uma memória coletiva, mas de forma que cada indivíduo a represente de acordo com a sua subjetividade, com a sua rede de

¹¹ POLLAK, Michel, op. cit., p. 204

relações com seu grupo social, aí incluindo a família, amigos, trabalho, militância, organização política, e destacando, especificamente nessa situação, a sua posição dentro do seu grupo político de referência, o que lhe dará um significado diferente com as companheiras no espaço da prisão e na sua relação com os órgãos de repressão.

Muitos são os questionamentos que nos suscita nessa proposta de pesquisa, que envolve um sujeito e uma situação vivida nos liames entre vida e morte e loucura. Acreditando nas reflexões de Halbwacks quando postula que “...se é possível evocar de modo tão direto algumas lembranças, não o é em distinguir os casos em que procedemos assim, e aqueles onde imaginamos o que tenha acontecido. Podemos então chamar de lembranças muitas representações que repousam, pelo menos em parte, em depoimentos e racionalização”¹².

Por tratar-se de um período de nossa história cujos personagens envolvidos diretamente ainda ocupam cargos e poder dentro do Estado ou das instituições públicas e militares, torna-se difícil haver a contrapartida no que se refere aos depoimentos das presas políticas. A exceção é o trabalho publicado pela Fundação Getúlio Vargas, **Visões do Golpe**, de Maria Celina D’Áraújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, que traz depoimentos orais de militares graduados envolvidos com o Golpe de 64 e os seus desdobramentos, ou eventualmente o aparecimento de algum depoimento de militares ou civis, destes muito raramente, sobre o seu envolvimento mais direto com a repressão a presos políticos.

Por outro lado, há as denúncias daqueles que sofreram no próprio corpo os efeitos dos aparelhos de tortura.

¹² HALBWACKS, Maurice, idem, p. 71-72

Posteriormente à anistia em 1979, que atingiu todos os envolvidos, as vítimas, os mandantes e torturadores, criou-se “para o bem da história” uma situação de esquecimento, como se a anistia viesse contemporizar todas as perdas, jogando no subterrâneo da história as responsabilidades políticas e humana dos grupos militares e civis que estavam no poder. Ao mesmo tempo criou-se uma situação de pseudo-clandestinidade para aqueles ex-mandantes e torturadores que agora viam invertido o seu papel como seres históricos dentro de uma conjuntura específica. Criou-se um hiato na história brasileira pós anistia.

Assim, procurar trazer à luz da história a memória de uma parte dos envolvidos nesses fatos é de fundamental importância, para que se abram brechas e apartes no que parece sedimentado e para que outras aberturas se oportunizem aos sujeitos envolvidos nesta trama.

A História Oral, segundo Bom Meihy, preocupada com a vida contemporânea, oportuniza a “inclusão de histórias e versões silenciadas por segmentos populacionais antes silenciados, por diversos motivos, ou que tinham interpretações próprias, variadas e não oficiais, de acontecimentos que se manifestam na sociedade contemporânea” e que “têm encontrado espaço para abrigar palavras dos excluídos, dando sentido social às experiências vividas sob diferentes circunstâncias”¹³.

Assim os trabalhos com História Oral se tornam um espaço para que as interpretações da história quando feitas com base em documentos escritos e cartoriais, possam ser questionadas na forma única de explicar a história¹⁴, fazendo emergir as falhas da memória, o esquecimento, que deixam de ser um problema e passam a ter um significado, na compreensão de Alessandro Portelli, quando nos coloca que “o realmente importante é não ser a memória

¹³ BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de história oral**. São Paulo : Loyola, 1996. P. 9

¹⁴ BOM MEIHY, José Carlos Sebe, *idem*, p. 10

apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações”. O autor abre, dessa forma, um olhar mais humano para a história, pois “a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória”¹⁵.

Esta perspectiva oportuniza espaço para que se possa refletir o tratamento dado à história, fugindo do parecer monolítico para a pluralidade, seja no que diz respeito ao foco nos mais diversos sujeitos históricos, ou às representações possíveis arquitetadas nas suas subjetividades.

Tendo em vista o modo como vem sendo trabalhada hoje, pode-se dividir a História Oral em três modalidades: História Oral de Vida, História Oral Temática e Tradição Oral, segundo Bom Meihy.

A História Oral de Vida apresenta um perfil mais subjetivo de narrativa da história de vida de uma pessoa ou um conjunto delas. “As narrativas orais não são apenas fontes de informação para o esclarecimento de problemas do passado, ou um recurso para preencher lacunas da documentação escrita. Aqui ganha relevância as vivências e as representações individuais. As experiências dos homens, constitutivas de suas trajetórias são recomendadas, reconstruídas e registradas a partir do encontro de dois sujeitos: narrador e pesquisador”¹⁶.

Segundo Ecléa Bosi, “a veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros são menos graves em suas conseqüências que as omissões da história oficial. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida”¹⁷.

¹⁵ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 14, p. 33, 1997.

¹⁶ FONSECA, Selva Guimarães. *Ser professor de história : vidas de mestres brasileiros*. São Paulo, 1997. P. 35. Tese (Doutorado em História) USP, São Paulo, 1997.

¹⁷ BOSI, Ecléa, op. cit., p. 1

A questão da verdade está nas mãos do narrador. Não se busca um confronto com outras verdades mas aquela que apresenta o narrador na entrevista e que resume a sua representação, a sua avaliação e introspecção da sua realidade levada a efeito na sua trajetória de vida.

As variações da história oral de vida passam pela narrativa biográfica. Nesse tipo de narrativa a atenção maior do profissional da história oral se concentra no roteiro cronológico e factual das pessoas que, juntamente com informações mais particularizadas, remete a fatos acontecidos, julgados importantes, ao longo da vida da pessoa. A reconstrução biográfica, como outra variante da história oral, prima pelo uso da técnica da “aquisição vocabular” e exige uma presença mais incisiva do entrevistador. O uso de palavras consideradas estratégicas pode suscitar lembranças e acontecimentos que localizam as etapas na vida da pessoa. A História Oral de Família tem sido um ramo destacado dentro da história oral de vida. Preocupada com a definição de um projeto familiar, leva o entrevistador a pesquisar em duas ou três gerações e assim poder perceber, através da transformação do processo histórico, aspectos que se alteraram e outros que resistiram no tempo, sendo considerado este o núcleo da entrevista. Segundo Bom Meihy, é importante perceber que a história oral de vida abre possibilidades de pesquisa não apenas entre pessoas idosas, pois muitos seriam os sujeitos com a possibilidade de narrar¹⁸.

A Tradição Oral, ainda segundo Bom Meihy, tem como preocupação trabalhar com comunidades cujos valores são filtrados por “estruturas mentais asseguradas em referências do passado remoto”¹⁹, preocupando-se, portanto, com os mitos, os valores que passam de uma geração para outra. As explicações de mundo, as festas, os ritos, os costumes, os hábitos domésticos

¹⁸ BOM MEIHY, José Carlos Sebe, op. cit., p. 35-49

¹⁹ BOM MEIHY, José Carlos Sebe, op. cit., p. 47

integram este conjunto de tradições que é transmitida pela história oral. Isto exige do pesquisador uma maior participação e observação da vida do grupo.

20

A história oral temática privilegia a busca de olhares específicos sobre determinada questão que a história oficial monopolizou ou homogeneizou, abrindo assim para uma concepção mais plural sobre o ponto focado, ao mesmo tempo que envolve outros sujeitos históricos, na sua maioria, até então anônimos.

É através dessa abordagem que mais se evidenciam as histórias subterrâneas, as histórias proibidas, as histórias divididas, no dizer de Michael Pollak²¹ e Alessandro Portelli²², e é por excelência o momento em que se degladiam as memórias na disputa pelo seu significado, pela sua coerência e sua permanência; abre-se para o historiador oralista a necessidade de situar estes depoimentos no contexto histórico que os envolve, não se preocupando em checar verdades e daí eleger a sua, mas antes sensibilizar-se com as representações construídas e estar sensível também à percepção de que “aquilo que se viveu e experimentou no passado é recriado no presente, assumindo uma nova feição”²³.

Como o silêncio é o maior colaborador para que se ocultem as histórias, é necessário falar, e são estas falas que serão privilegiadas pela história oral, desnudando e ocultando outros tantos perfis da história, mas com certeza conferindo-lhe um caráter mais humanizado e plural.

Selecionei três trabalhos, em história oral, como referências preferenciais à minha pesquisa, sendo que, além de trabalharem com sujeitos

²⁰ BOM MEIHY, José Carlos Sebe, op. cit..

²¹ POLLAK, Michel, op. cit.

²² PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val Di Chiana. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina (orgs.), op. cit.

diversos, abordam, de maneira inequívoca, especificidades bastante ricas que ajudaram sobremaneira a discutir e aprofundar minhas reflexões ao mesmo tempo que mostraram as diversidades possíveis da história oral.

O trabalho do professor Alessandro Portelli **O Massacre de Clvitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944) mito e política, luto e senso comum**²⁴, escrito com base nos trabalhos e entrevistas apresentadas na Conferência de Arezzo, na Itália, traz para nós com extrema sensibilidade e perspicácia uma análise de como uma comunidade chamada Civitella, localizada na região pobre de Toscana, ao sul da Itália, processou e representou a sua memória sobre o massacre de 105 habitantes do local no ano de 1944, entendido como uma retaliação dos soldados alemães contra o assassinato de três de seus homens pelas forças da resistência - os chamados *partesans* - na praça da comunidade. Portelli trabalha com o conceito de memória coletiva a partir de estudos de Halbwachs, mas amplia esse conceito empregando o termo “memória dividida” entre a memória oficial e a memória criada e preservada pelos habitantes, sendo que, inclusive, esses blocos de memórias também se subdividem e se pluralizam, apresentando suas brechas, seus silêncios, suas representações, misturando os sentimentos, as dores, as ideologias, os interesses.

O grande problema gerador das diferentes reconstruções da memória dos habitantes de Civitella deve-se já a questões anteriores à Segunda Guerra. O imaginário que os habitantes têm sobre os moradores do campo, que são na maioria membros da Resistência, é repleto de preconceitos de inferioridade; eram os “nascidos em berço de ouro contra os camponeses, os artesãos e os

²³ GALLIAN, Dante Marcelo. A memória do exílio : reflexão sobre interpretação de documentação oral. In: BOM MEIHY, José Carlos Sebe, op. cit., p. 149

²⁴ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val Di Chiana. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs.), op. cit.

trabalhadores”²⁵. Portelli salienta também a postura da comunidade de Civitella, durante o período da Segunda Guerra Mundial, de não haver-se manifestado favoravelmente, seja aos alemães, ou aos fascistas e nem aos membros da Resistência, procurando manter-se à parte. A comunidade culpa, então, os membros da Resistência por haverem provocado os alemães, que imediatamente responderam com a chacina da grande maioria dos homens da cidade.

Cinquenta anos depois, para combater, inclusive, a imagem de valentia dos membros da Resistência, os habitantes do povoado constroem na sua memória um referencial que lhes é próprio, misturando política e religião, ao reverenciarem as suas “vítimas” que “morreram inocentes”, o que torna ainda mais difícil entender tal realidade.

Com o passar do tempo, passou-se a se organizar anualmente uma cerimônia de reverência aos mortos, incluindo representações teatrais, celebrações. Nessa homenagem os representantes do povoado designam os responsáveis, os narradores mais hábeis, para fazer os relatos da sua história, uma história “enquadrada” segundo os desejos de perpetuação da versão dos fatos construídos pela comunidade. E dessa forma os moradores se opõem às celebrações oficiais realizadas em nome da Resistência.

Nesse processo, Portelli desnuda as diferentes representações, seja da oficialidade (com a derrota do eixo na Segunda Guerra, muitos membros da Resistência passam a ocupar cargos no novo governo) ou da comunidade de Civitella, que montou sua memória, selecionou, silenciou e criou mitos que deram vida e vazão a sua dor e ao seu inconformismo histórico. No entanto, o autor não demonstra preocupação em seu trabalho de construir ou destruir uma memória, seja ela “oficial ideológica” ou “comunitária e pura”, e depois

²⁵ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val Di Chiana. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina (orgs.), op. cit., p. 117

defender uma das versões; preocupa-se, antes, em evidenciar as formas de controle social sobre como se contam os acontecimentos, os deslocamentos temporais e espaciais construídos pelas representações sobre marcantes fatos históricos, a criação e manutenção de mitos que estruturam uma memória coletiva sobre acontecimentos históricos. Enfim, Portelli mostra com força e sensibilidade as possibilidades de trabalho com a história oral e a riqueza e humanização que ela propicia aos oralistas, aos narradores e aos leitores, evidenciando novos sujeitos e ampliando as possibilidades de temas a serem abordados.

Nas palavras de Portelli, a Conferência realizada na cidade de Arezzo, tendo como tema central o massacre de Civitella, “foi importante porque deu atenção a algumas dessas outras memórias, respeitou e entabulou diálogo com seus portadores, e situou os eventos de Civitella no contexto de uma história que envolve todo um continente. Seria um erro, porém, considerar as memórias de Civitella um núcleo sólido, impenetrável do pensamento, imune à história e à política, inacessível à análise crítica. Confrontar as memórias de outros e ser modificado nesse encontro, é diálogo; desistir das nossas, sem pensar, é capitulação”.²⁶

Difere dessa abordagem de história oral a obra de Ecléa Bosi, **Memória e sociedade**, e o trabalho de Selva Guimarães Fonseca, **História oral e vidas de professores de história**. Ambas optam pelo trabalho com história oral de vida, elencando como narradores, no primeiro, idosos com idade superior a 70 anos, os quais tivessem vivido a maior parte de suas vidas na cidade de São Paulo; a segunda definiu como critérios já ter sido professor de História ou ainda sê-lo, em final de carreira, em diferentes cidades e

²⁶ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val Di Chiana. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina (orgs.), op. cit., p. 129-130

regiões do país, de capitais e do interior, e ter atuado em escolas públicas, privadas, com experiência em diferentes graus de ensino.

O trabalho da Professora Ecléa Bosi²⁷ é de sensibilidade e poesia, mescla lucidez com perspicácia literária. Através da história oral de vida de oito idosos, apreende nas narrativas, que são o corpo do seu livro, a vivência humana e a recomposição política e social do mundo do trabalho e das relações travadas pelos narradores durante suas vidas.

Trabalha essas representações apoiando-se nos ensinamentos de Halbwachs sobre a memória, em cujo campo Ecléa tece a sua compreensão de pesquisadora e amiga confidente.

Ecléa elege três aspectos: “A substância Social da Memória”, “Os espaços da Memória” e “Memória e Trabalho”. Nesses três grandes movimentos desnuda, através da memória dos narradores, seus mundos individuais, que descortinam uma coletividade de vivências e reconstroem fragmentos da história do Brasil. É um momento de perfeita harmonia com alguns princípios que, ao meu ver, são basilares da história oral; sujeitos excluídos das narrativas oficiais da história tornam-se sujeitos de uma história profundamente humana, aquela que está nas entrelinhas das grandes discussões entre o capital e o trabalho, mas que as nossas teorias acadêmicas não dão conta.

Em outro aspecto, encara a importância e necessidade de lançarmos nossos olhos para a história com o brilho da pluralidade e, conseqüentemente, tomarmos conta do quanto perdemos quando tornamos a história uma única verdade, elegemos os heróis, os mártires, as vítimas, os bandidos, os excluídos, e assim contamos a história perdendo quantos “heróis”, quantas “vítimas”, quantos “mártires”, quantos “bandidos” e quantos “excluídos”.

²⁷ BOSI, Ecléa, op. cit.

Não seria essa postura uma transparência, às vezes tênue, às vezes límpida, de uma relação que nós, como sujeitos históricos, travamos com a vida e com a própria história?

Marilena Chauí, na apresentação que faz a essa obra, diz “...e, no que lembra, e no como lembra, faz com que fique o que signifique”²⁸.

Não é à toa!

O trabalho da Professora Selva Guimarães Fonseca²⁹ descortina, através da história oral de vida, fragmentos de vida de professores de História.

Abrange um grupo de pessoas homogêneo como referência profissional, mas bastante diversificado quanto às especificidades e nuances próprios. Em sua “colônia” de narradores, Selva selecionou desde professores formados pela academia, com livros publicados, até o autodidata, que persegue, com sua própria formação, a carreira de professor.

Mostra mulheres professoras divididas entre a profissão e a família, casos em que a mulher se vê obrigada a abandonar o trabalho no início de sua vida profissional para se dedicar à vida familiar, ou aquela que, junto com o marido, levanta-se, toma o café da manhã e vai de charrete para o trabalho, dividindo assim todas as tarefas diárias, até a doença do companheiro. Nesse momento a professora sente ruir o projeto conjunto de vida profissional e o seu equilíbrio emocional, o que a leva a um licenciamento precedido de pedido de aposentadoria.

Há o caso da “professora menina”, que sofre o preconceito da descendência judaica no jardim de infância e carrega vida afora a marca da exclusão e o desejo, quase instintivo, de barrar as injustiças; ou do professor

²⁸ CHAUI, Marilena. Introdução. In: BOSI, Ecléa, op. cit., p. XXX.

²⁹ FONSECA, Selva Guimarães, op. cit.

preso e torturado pela ditadura militar em 1964, que quando retorna ao trabalho encontra sua sala repleta de rosas - o carinho silencioso e o apoio firme de colegas e direção da escola.

A situação a que ficaram submetidos muito professores de História nesse período vai desde a perspectiva de desemprego até a demissão sumária, do terrorismo desenvolvido pela censura ideológica dentro das salas de aula até a intimidação direta de profissionais, o que levou, em muitos casos, a pedido de “demissão voluntária”.

É possível desvendar no âmbito das subjetividades, desejos e sonhos, o que as reformas na educação provocaram, seja nos professores de História, como nos alunos. Atos como aqueles da Ditadura militar sobre a educação, educadores e educandos, como o ato 477, a cassação e expurgo de professores e cientistas das universidades, a prisão de estudantes, a censura nas publicações e produções teóricas, são muitas vezes apresentadas de maneira generalizada e pasteurizada. Através da história oral é possível esmiuçar essa realidade, atingindo os espaços das práticas, das vivências quotidianas, tornando transparente as conseqüências e seqüelas dos atos políticos autoritários e castradores.

Analisando as narrativas: “O espaço, o tempo e as mudanças” , “Formação, carreira e práticas de ensino”, e “A pessoa - professor e a Reflexão sobre a prática”, Selva, no seu passeio em pé de valsa sobre as histórias de vida de professores de História, descortina também os aspectos relacionais entre estes profissionais e as salas de aula quando nos coloca que “as narrativas revelam que a prática pedagógica dos Professores de História está intimamente ligada às concepções de história, de mundo, de educação, de

escola, que foram sendo construídas e cristalizadas ao longo de suas histórias, os diferentes momentos e espaços”³⁰.

Revela-se assim o quanto são multifacetadas as relações dentro da sala de aula e o papel de improvisador do professor, nesse espaço e nessa relação. Abre-se aqui também um espaço de trabalho permeado pelas relações de afeto e desafeto, que vai gerar verdades, conselhos, experiências, questionamentos e rupturas, mas deixa entrever, principalmente, que é um espaço e uma relação em constante transformação e de grandes desafios.

Finalizando esta reflexão teórico-metodológica, reporto-me ao meu trabalho de pesquisa e suas especificidades.

Preocupe-me sempre em fugir das abordagens sobre as mulheres e, especificamente, sobre as presas políticas, em que suas falas surgem como reforço às reflexões desenvolvidas, ocupando, assim, uma função estática de ilustração ou comprovação empírica. Com esta preocupação, volto a reforçar, optei pela abordagem do tema através da História Oral, seguindo uma metodologia que lhe é peculiar e que me levou a tecer, com o meu objeto de estudo, uma outra relação, como diz Henry Rousso.

Assim desloquei o meu eixo de análise das experiências concretas dessas mulheres na prisão sob a repressão, centrando-o na maneira como essas mulheres constroem, hoje, as suas representações das vivências como ex-presas políticas, através do processo seletivo das suas memórias.

Agora o importante é o que elas falam, e como falam.

³⁰FONSECA, Selva Guimarães, op. cit., p. 289

Capítulo 3

A HISTÓRIA NAS FALAS DE CLAIR, TERESA, JUDITE, MÁRCIA E DERLEI

A preocupação em fazer um trabalho de pesquisa no âmbito da história oral envolveu muitas facetas e no caminho da sua reflexão, outras vieram juntar-se àquelas que, de antemão, já se colocavam no cerne dessas questões, como “o respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo”¹, com a compreensão de que cada pessoa é um grande manancial de histórias possíveis, e que carrega particularidades, que a faz única, num emaranhado de pretensos iguais.

Sensibilizar-se para as especificidades e aprender a reverter o que, em princípio, poderia ser identificado como “furo” em nossas programações de pesquisa, é uma tarefa do historiador oral. Abrir-se para os silêncios e as vontades do narrador, muitas vezes faz prevalecer a sua necessidade e opção de falar não exatamente o que pretendíamos ouvir, fato em geral que enriquece o trabalho se não nos perdermos na tradicional visão do trabalho de campo, que exige neutralidade e imparcialidade do pesquisador.

Compartilho nesse sentido, da preocupação e reflexão de Portelli, quando nos fala: “no que me diz respeito, não revelaria quase nada de importante sobre

¹ PORTELLI, Alessandro, op. cit., p. 17

minha vida, a alguém que, ao conversar comigo, assumisse uma atitude neutra, impessoal, distante”².

No entanto, o inverso de tal atitude não implica num falso “estar à vontade”, ou “deixar à vontade”, em que a concordância em tudo com o narrador se torna condição para um resultado positivo, na coleta de informações. A conversa natural, questionamentos e discordâncias oportunas são fundamentais e muitas vezes podem levar a reflexões mais profundas e informações mais consistentes para a pesquisa.

Levanto também uma questão já referida na introdução deste trabalho, que é o respeito ao indivíduo que está narrando em relação aos seus sentimentos, às suas dores, àquilo que ele considera indevassável. O limite, numa conversa assim, existe e quem tem de colocá-lo é o narrador, mas o historiador oral deve propiciar-lhe a liberdade de colocar os seus próprios limites³, respeitando esta particularidade e trabalhando com ela.

A relação que se estabelece entre ambos, narrador e historiador, é permeada por contínuas observações e análises que provêm de ambas as partes, e é a naturalidade e o profissionalismo que vão propiciar graus variados de confiança, espontaneidade, profundidade e cumplicidade, em relação ao tema conversado.

Pode-se, inclusive, chegar à uma relação de afeto e troca, tendo como fundamento a conquista da confiança e a credibilidade profissional na importância da pesquisa.

“A História Oral não mais trata de fatos que transcendem a interferência da subjetividade: a História Oral trata da subjetividade, memória, discurso e diálogo”⁴. Nessa perspectiva, muda-se o pêndulo da história: impossibilita-se a busca de uma história estática, verdadeira na sua essência, repleta de definições

² PORTELLI, Alessandro, op. cit., p. 22

³ PORTELLI, Alessandro, op. cit.

acabadas, personalidades consagradas e abre-se o caminho para o plural. Nesse movimento constata-se o monolitismo do poder, do controle da informação e da documentação.

Sujeitos, muitos sujeitos possíveis, ajudam a construir uma história que, por definição, trabalha com o multifacetado, escancara identidades e relações sociais turbulentas, conflitantes. No entanto, não se pauta pela fragmentação da história, mas por uma história mais democrática, que prima pela abertura a outras interpretações.

Partindo do pressuposto que ao fazermos uma entrevista, estamos invadindo a privacidade de alguém, tomando seu tempo e impondo-lhe uma situação que muitas vezes pode ser de desconforto, é mister que o historiador oral se paute, acima de tudo, pela boa educação e sensibilidade.

Ao iniciar meu projeto de pesquisa, sabia que teria um caminho desconhecido para percorrer. Sendo esta a primeira experiência no trabalho com história oral, busquei apoio em bibliografias que incluíam manuais, com conselhos técnicos e teóricos, mas, se houvesse dispensado a sensibilidade humana e a troca de opiniões, nem sempre convergentes, seria muito provável, que minha pesquisa tomasse outros rumos.

Outro fator importante foi uma certa cumplicidade política com as entrevistadas, o que as deixou muito mais à vontade, e fez com que a conversa fluísse com mais facilidade. O que ajuda a refletir que, para o historiador oral, é importante estar sintonizado com o seu entrevistado e estar ciente de que seu comportamento se alterará em relação a este, sem contudo abrir mão do respeito e do profissionalismo. Como exemplo, se em vez de entrevistar uma mulher que foi torturada no DOPS, entrevistasse o seu torturador, o grau de cumplicidade e referências que manteria com este seria bastante distinto, mas nem por isso deixaria de me comportar com respeito, como profissional.

⁴ PORTELLI, Alessandro, op. cit., p. 26

Com as cinco mulheres, as conversas foram precedidas por contatos telefônicos e aconteceram em suas casas, com algumas particularidades; com uma delas, a entrevista foi dividida entre seu escritório de advocacia, que partilha com outros colegas, e sua casa.

A primeira entrevista não foi gravada, a pedido da entrevistada, o que respeitei integralmente, mesmo sabendo que teria mais trabalho e que, provavelmente, perderia dados que minha memória não conseguiria reter. Encontrei minha entrevistada envolvida com o grupo de familiares de ex-presos políticos mortos e desaparecidos, que lutavam para que o estado reconhecesse a sua responsabilidade perante tal situação e a conseqüente indenização. A conversa envolveu, por um período, outra pessoa, filha de um desaparecido assassinado, sobre quem não farei referência. O restante da conversa deu-se entre momentos muito fortes de dor, nos quais ficou claro que trabalhar com essa memória abre feridas não cicatrizadas. Folheamos documentos, cadernos e jornais que a entrevistada mantém guardados, com muito zelo, diria até, zelo de militante, e também assistimos em vídeo a uma curta metragem que mostra a descoberta de ossadas de desaparecidos políticos, no cemitério de Perus, em São Paulo.

No outro dia de manhã cedo, quando voltava de ônibus para casa, procurei anotar todas as informações recebidas e impressões que me marcaram, e que eu avaliava serem importantes para a pesquisa.

Complementei alguns dados dessa entrevista com alguns questionamentos, posteriormente, através de carta.

A Segunda entrevista ocorreu numa casa vazia, visto que a entrevistada estava de mudança marcada para outro Estado. Significativo este fato, marcando uma outra etapa na sua vida, ou melhor, na sua proposta de vida. Ela veio para Florianópolis pouco tempo depois, quando retornou do exílio. Significativa também a nossa presença naquele espaço “vazio”, sentadas perto de janelas

através das quais se vislumbrava uma visão bonita de uma lagoa, muitas árvores e flores. Para mim, e para ela - a única entrevistada com a qual já tinha uma relação anterior de amizade - era um momento bastante significativo. As lembranças vinham à tona, marcadas com muita força, em momentos que mesclavam nostalgia, entusiasmo, esperança, dor, certezas e dúvidas.

As três últimas entrevistas, realizadas no mesmo dia, também tiveram, cada uma delas, especificidades muito próprias. Na primeira, a casa da entrevistada abrigava residência e trabalho. Dona de uma tranquilidade muito grande essa mulher aliou a sua vivência cotidiana a um trabalho “alternativo”, de comunicação jornalística, voltada especialmente para as questões do meio-ambiente, trabalho que realiza juntamente com os filhos. Entrecortada por algumas interrupções, seja pelo telefone ou correio, a conversa foi regada a cafezinho, e teve uma acolhida bastante agradável de todos que estavam na casa. Uma preocupação pautou a narrativa, que era fazê-la com seriedade.

A conversa com a segunda entrevistada do dia iniciou-se no seu escritório de advocacia e terminou em sua casa. Aparentando um distanciamento maior da emoção, ao relatar os fatos, essa mulher, que foi membro da direção nacional da sua organização, ainda trazia estampada a face da disciplina. Em sua casa saboreamos um caldo quente na noite fria, fechamos a conversa brindando com um cálice de vinho. Seu companheiro, que fora também companheiro de militância política, nos anos da ditadura, levou-me até a casa da última entrevistada. Interessante observar que há alguns anos não se viam, aproveitaram então esse momento para se “cobrarem” o distanciamento.

Dona de um entusiasmo bastante grande, essa professora de história em final de tese de doutoramento fez uma narrativa num clima bastante festivo. Pude perceber, no decorrer da entrevista, que ela deixava transparecer a especificidade da sua militância estudantil e a condição da sua prisão. Suas lembranças eram permeadas por um sentimento que beirava à saudade do

período estudantil, e conseguiam transformar o quase terror em aprendizado positivo.

Ao concluirmos a entrevista, tarde da noite, levou-me até a rodoviária, onde eu pegaria o ônibus.

Minha cabeça parecia um turbilhão, procurando processar o dia bastante cansativo e profundamente rico. Refletia que três entrevistas dessa natureza, em apenas um dia, não seria mais possível fazer.

Foram cinco entrevistas profundamente reveladoras, e cada uma delas com características e detalhes que deixavam transparecer identidades construídas e personalidades forjadas no embate com uma opção de vida, cujas representações, elaboradas ao longo das suas vidas, refletiam, claramente, na relação com os espaços do cotidiano.

Precisei de alguns dias, para amadurecer algumas idéias e retomar o trabalho, o qual começou com a transcrição das fitas e só foi concluído quatro meses mais tarde.

O trabalho exaustivo da transcrição das fitas foi feito direto no computador, adotando a proposta de transcrever tudo, no primeiro momento, respeitando espaços de tempo usados pelas narradoras quando ficavam pensando, os risos, as emoções, as expressões, os recursos lingüísticos.

O segundo passo foi transformar as transcrições em narrativas mais apropriadas para a leitura. Para tanto, retirei do texto as repetições, alguns recursos lingüísticos que não alteravam a compreensão do texto, juntei alguns parágrafos que continham uma reflexão comum, e que se tornariam vagos e repetitivos se deixados de forma isolada.

Minha primeira preocupação foi cuidar para que nada fosse alterado, ou desvirtuado, da informação transmitida pelas narradoras.

“Limpos” os textos, mandei-os de volta às mulheres entrevistadas, informando-as sobre os passos que eu havia dado, por que procedera daquela maneira e solicitando esclarecimentos de algumas dúvidas. Duas delas fizeram alterações bastante significativas no seu texto, cortando, assim, algumas informações que pressentiram não ser convenientes no momento, ou que deixavam transparecer um estado de espírito no momento da entrevista, mais sensível, mais frágil ou mais radical, provocado pelas lembranças em cascata.

Para uma dessas mulheres uso um nome fictício, visto que a mesma se sentiu bastante vulnerável através das suas próprias palavras e a sua narrativa está entrecortada por pontilhados que simbolizam os cortes. Para as outras mulheres entrevistadas uso seus próprios nomes, seguindo seus desejos.

Os relatos são o que seguem. São dessas falas, cheias das mais variadas emoções e representações, que faço da minha pesquisa porta - voz.. Sei que no trabalho de transcrição muito se perde para que se tenha a dimensão exata do que o trabalho de campo revela. Mas esta pesquisa é uma contribuição aberta a muitas outras interpretações, e espero que sua leitura contribua para aprofundar a vontade e o desejo de conhecer a nossa história.

3.1. CLAIR

Começamos nossa ação política no movimento estudantil. Vim para Curitiba cursar a Universidade, eu fazia Direito e Letras, e neste período, mais ou menos por volta de 1966, começamos uma participação mais ativa no

movimento estudantil .Nessa oportunidade eu me engajei num partido político que era a Ação Popular e, em função dessa organização partidária, ampliamos nossa atuação para outros setores, como o movimento operário, o movimento bancário, ou então ajudando a organizar os movimentos populares, mas até 1968 predominava o trabalho no movimento estudantil.

Com a expedição do Ato Institucional nº 5, a situação ficou bem difícil e bastante complicada, porque a ditadura foi crescendo e cada vez mais perseguindo pessoas. Em função dessa conjuntura, eu me desloquei para São Paulo.

Mas, militância legal no movimento estudantil deu-se mais em Curitiba, na organização dos estudantes, nas manifestações contra a política educacional do governo que era seletiva, enquanto brigávamos por uma universidade mais aberta e democrática, nas lutas contra a ditadura , contra a forma de governo.

Em 1969 fui para São Paulo, sob orientação da própria organização e participando agora da direção do partido, subdividindo com outros companheiros da Direção a atuação em diversos setores considerados importantes na sociedade. Fui encaminhada para o movimento operário, outros companheiros para o movimento dos bancários , estudantil e outros .

Com intervenção a nível nacional, o partido tinha uma atuação não só na cidade mas também no campo, objetivando organizar os trabalhadores e a população contra a ditadura , por uma sociedade mais justa, mais democrática e com mais participação econômica da população na história, situação que perdura até hoje , que é a concentração da renda nas mãos de poucos. A linha da Ação Popular (AP) era organizar os trabalhadores para eles tomarem o poder , na cidade, em conjunto com os trabalhadores do campo. Inicialmente a gente não tinha muita clareza, quanto à adoção da marxista-leninista, a gente se espelhava muito no Mao Tse Tung, na época, no exemplo da China. Para tanto existiam militantes no campo e, inclusive, em algumas atividades já preparando

para uma organização, um levante armado. Mas nossa política não era foquista, procurava sim fazer uma conscientização e organização mais ampla das massas, o que tornava o processo bastante difícil, porque a repressão começou a ficar cada vez mais séria. Você saía nas ruas em São Paulo e era revistado a toda hora, se você não tivesse documento, poderia ser preso a qualquer momento, era uma situação muito difícil, quase todos os militantes já eram procurados pela repressão. Já nesse período a gente vivia na clandestinidade.

Em 1971, um companheiro da organização tinha sido preso, e como eu tinha um encontro marcado com ele, nesse encontro ele já levou o famoso Fleury, que era bem conhecido na época. O Fleury em pessoa na minha presença, junto com outros policiais armados de metralhadora, no Largo do Arouche, bem no centro de São Paulo ... No ato da prisão nós fomos sendo espancados, eu e outro companheiro que estava comigo e que hoje é meu marido. Fomos levados para o DOPS em São Paulo, e como nosso companheiro preso “abriu” muita coisa da nossa organização e “dedurou” muitos outros companheiros, foi uma prisão praticamente em massa, foram muitos militantes presos na oportunidade e eu, como era da direção, fui uma das pessoas mais violentadas. Essa pessoa que tinha sido presa e “dedurou” todos os outros companheiros também era parte da direção seccional de São Paulo. Éramos três: ele, que praticamente conhecia toda a cidade, eu e uma terceira pessoa que não foi presa. Os demais (presos) eram militantes de base, então claro que a repressão se concentrou sobre mim. A gente sofreu todos os tipos de tortura, choque elétrico, pau-de-arara, manipulação da repressão nos órgãos sexuais, espancamento, enfim, todos os tipos de tortura. Eu fiquei, na oportunidade, quarenta dias na cela isolada, no que eles chamavam lá no DOPS de “fundão”, só depois de quarenta dias é que eu passei para outra cela.

Nesse processo ficaram claras duas formas de tortura que a repressão se utilizava para conseguir as informações nossas; uma era essa, a violência, o

interrogatório e também o isolamento, quando não davam comida por alguns dias, como outra forma de pressão; outra maneira de conseguirem as informações era num sentido mais psicológico, o que não era feito pelo DOPS, pela equipe do Fleury, mas pelo CENIMAR, o órgão de inteligência da repressão.

Então nós fomos interrogados pela Polícia Federal do Paraná, que foi para São Paulo com esse objetivo, já que havia alguns processos correndo, aqui, de alguns companheiros que foram presos no Paraná. Esse interrogatório foi feito pelo CENIMAR, por uma pessoa que era chamada de Dr. Cláudio, não sei exatamente o nome dele todo até hoje, mas ele era a inteligência da repressão, ele conhecia toda a nossa organização como se fosse um militante, um membro da direção. Conhecia nomes, pessoas, tinha todo um cadastro, ele tinha um conhecimento maior que o meu sobre a Organização. E ele fazia um interrogatório mais psicológico, mesmo que tu não “abrisse”, ele dava dados pra dizer que ele já sabia de tudo aquilo. Ele não usava de força, o outro lado já fazia isso, ele se colocava como alguém que não ia bater, não ia torturar, era o lado “bonzinho” do interrogatório. Bonzinho entre aspas, era claro, um dos interrogatórios, uma das polícias mais inteligentes, que mais daria frutos na conquista de dados e informações. E ele tinha um conhecimento psicológico da mente humana, ele sabia se tu estavas mentindo ou não. Então, se você respondesse qualquer coisa que não fosse verdade, você sabia perfeitamente que ele sabia que você estava mentindo.

Então nesse processo de prisão, eu fiquei algum tempo sem poder falar absolutamente nada, só meu nome nos primeiros dias, porque não tinha saído a notícia, meu colega já tinha aberto tudo... e ele não foi torturado... quando ele foi preso, já estava em discussão a expulsão dele, ele foi preso nesse processo, foi bastante difícil. Eu fiquei numa situação, porque as “bases” que estavam sendo presas davam as informações. O cidadão que havia sido preso

anteriormente já tinha passado todo o quadro e eu fiquei sem condições de dizer até onde eu morava, e também por que na casa onde eu morava tinha material, então a história que eu contei é que eu morava em Curitiba e tinha ido naquele dia pra São Paulo, e fiquei mantendo essa posição até uns quinze dias. Eles já tinham conhecimento de tudo, mas naquele momento eu não tinha condições de abrir tudo porque as pessoas tinham que se preparar para saber que eu tava presa, tinham que ter tempo pra se organizar, mudar de local, não ir nos “pontos”. Então a raiva deles era muito maior, porque sabiam que eu estava mentindo. Fiquei fisicamente com muitos problemas, quebrei uma vértebra, enfim, teve alguns dias em que eu não consegui nem me levantar, pelo excesso de torturas.

Há uma diferença em relação à tortura nas mulheres; acho que os homens eles não abusavam sexualmente, mas na mulher eles colocavam os dedos na vagina, nos seios, por exemplo, você tava nua, torturada, esse tipo de violência eles faziam, não fizeram outras coisas. Eu não ouvi nenhuma relato de homens pra saber se houve ou não abusos desse tipo, pode ser até que tenha havido.

Eu fiquei presa algum tempo no DOPS e depois fui para uma prisão em São Paulo, mas como tinha um processo também no Paraná, eu fui trazida de São Paulo pra cá num camburãozinho, junto com dois médicos, também presos. Viemos para uma audiência, numa situação que hoje seria bem surrealista. A gente parou em Registro, em São Paulo, para ir ao banheiro, e a população toda ficava olhando, porque saímos do camburão algemados. Hoje se você vê a polícia com metralhadora, foge do normal, agora na época isso era comum, se você viajasse de ônibus de São Paulo para Curitiba, havia vistoria de todos os passageiros pela polícia, porque houve aquela guerrilha do Lamarca nessa região. Todos os carros eram parados, e carros e pessoas eram revistados com as metralhadoras. Os direitos individuais não eram respeitados ...

Na tortura eu tinha até medo de falar, para assim poder ganhar um pouco de descanso. Eu estava no pau-de-arara, não aguentando mais, quando me perguntaram de um fulano, onde morava, qual rua, então inventei um bairro do qual eles falavam, o nome de uma rua, então eles me tiraram do pau-de-arara, mas antes que eles fossem eu disse que era mentira, porque eu tinha medo, pois a polícia invadia as casas independente de as pessoas estarem ou não comprometidas. Eles abusavam, podiam torturar, maltratar, e se eles descobrissem que eu havia mentido, ou se fossem em outra rua e encontrassem o número que eu tinha dado por acaso, poderiam invadir a casa e fazer alguma coisa com as pessoas, porque eles prendiam sem que as pessoas pudessem fazer alguma coisa pra se defenderem, até matavam e torturavam. Realmente acho que a população toda tinha medo e nós tínhamos consciência do que a repressão podia fazer.

Noutro aspecto, eu senti na prisão que a gente lá estava completamente isolada, eles podiam fazer o que bem quisessem e o Brasil não tomaria conhecimento, na oportunidade; poderia até tomar conhecimento anos depois ou meses depois, sendo denunciada aquela arbitrariedade a nível internacional, mas a gente ficava completamente à disposição deles. A gente ficava completamente submetida, não tinha contatos, ninguém podia saber onde você estava, a repressão não comunicava, a prisão era arbitrária, as famílias, o partido não podiam fazer absolutamente nada, era uma situação bem drástica, quem era preso naquela oportunidade, não tinha saída, você podia morrer. Eu acredito que eu não morri porque eu tinha uma estrutura física boa, mas nessa prisão nós tivemos muitas pessoas que foram torturadas e um companheiro nosso morreu em função de espancamentos nos rins, ele não agüentou.

Não havia sequer uma sensação de poder do meu lado, “caí” numa circunstância em que tudo tava aberto, quer dizer, as informações que eu tinha eles já dominavam, eles só queriam que eu falasse. Agora, durante a tortura,

nesse processo de prisão, eu tinha uma certeza que era a seguinte: a gente tava preso e sujeito à morte. A morte estava sempre presente, mas tinha também o outro lado, eu sempre pensava, era melhor morrer que ser uma traidora, porque eu via essa questão, como você ia encarar os amigos, a família, os companheiros, você sendo uma traidora? A tortura praticamente obriga você a falar, mas se você cair do outro lado e ser uma traidora, a sua personalidade acaba. O que é melhor? Isso também passa pela cabeça dos presos, passou pela minha. O que é melhor, você morrer ou ser uma traidora?

Essa situação seria pior que a morte, não seria mais você, seria uma outra pessoa, você não teria dignidade como pessoa.

Algumas organizações determinavam que a pessoa teria que aguentar determinado número de dias e depois estaria liberada para falar dos companheiros, porque sabia que determinado tempo a pessoa aguentaria. Mas a nossa organização tinha a concepção de que a pessoa não podia falar. Nada. Então isso estava arraigado entre nós. Pra se ter uma idéia, tem uma circunstância muito interessante, uma família de camponeses simpatizantes e militantes do Partido vinha do campo pra trabalhar na cidade. Hoje um dos filhos é Deputado do PT em São Paulo, mas a irmã dele foi presa na época junto com mais uma irmã e um irmão. No interrogatório a repressão mostrou as fotografias, inclusive a do irmão, perguntando se ela conhecia, a menina respondeu que não conhecia o irmão. Pra você ter uma idéia da concepção que o Partido tinha da prisão, você não conhecia ninguém e nem podia falar nada. A menina não reconheceu o próprio irmão, e os caras sabiam que era irmão. Mas se ela falasse seria considerada uma traidora. Então foi um processo bem difícil, depois, claro, amadureceu um pouco mas a concepção permaneceu essa, você poderia até confirmar alguma coisa, mas não “abrir”, não “delatar”, não entregar as pessoas, porque realmente era uma coisa muito complicada, pois você

colocava a pessoa em risco. Se bem que o pessoal não tinha tanto conhecimento assim, de casa nem de nada, nós tínhamos um esquema de segurança.

Até hoje nós consideramos que aqueles companheiros realmente eram companheiros e permanecem companheiros. Há dois anos atrás fizemos um reencontro da militância em São Paulo, acho que foram cerca de mil pessoas. Fizemos um almoço de confraternização e estamos pretendendo reencontrar novamente o pessoal esse ano.

Na prisão convivemos com outros agrupamentos, uns mais revolucionários, outros mais pró luta armada, outros não, outros mais foquistas, outros na linha de massa, mas todos tinham um objetivo comum, que era a luta contra a ditadura e isso unificava todos. Eu convivi pouco tempo com esses grupos, eu fiquei muito tempo isolada e daí fui transferida para Curitiba. Fiquei seis meses presa.. Em Curitiba fiquei presa no Quartel do Exército e no dia seguinte ao que cheguei foi a audiência. Como eu não tinha a prisão preventiva decretada, nessa audiência de auditoria tinha um juiz auditor, que era dos mais liberais, Dr. Lamiro Mot, ligou para São Paulo para ver se já tinha prisão decretada, e como não tinha, porque era tudo ilegal e arbitrário, ele me falou que eu caísse fora, que nem pegasse minhas roupas. Fugi imediatamente e em seguida tive minha prisão decretada, fiquei foragida um período longo em Porto Alegre. Lá não conhecia praticamente ninguém, não tinha como tirar documentação, meus documentos estavam presos. Trabalhei na empresa de um amigo como chefe de departamento de pessoal de uma fábrica, ficando quase um ano em Porto Alegre. Esse empresário sabia quem eu era, ele me deu esse emprego porque sabia da minha situação política, mas as outras pessoas não tinham conhecimento nenhum.

Foi um período muito difícil esse em que fiquei foragida. Você saía na rua com dificuldade, porque você podia ser presa, esta tensão ficou presente nesse período.

Todos ficaram presos em São Paulo, inclusive o meu companheiro. Quando nos encontramos eu já estava liberta há um tempo e já não estava com aquele terror que a prisão nos dá, como o medo de a qualquer hora você ser chamado para a tortura. Quando o meu marido saiu, ele estava com esse temor e o medo de sair na rua e ser reconhecido, ser seguido. Eu já havia superado isso porque já tinha entrado numa vida “normal”, de trabalho, mas ele tinha ficado em São Paulo e São Paulo era realmente o centro da tortura, São Paulo, Rio, Bahia. Quem estava na prisão lá, ficava atemorizado. Depois o meu marido não conseguiu emprego.

Foi um ano de muitas dificuldades, acho que foram anos de mais dificuldades que o período anterior à prisão, porque daí você tinha dificuldade de encontrar emprego, a gente não podia retomar a militância e nem queria, porque naquele momento retomar a militância tinha uma série de implicações, você era procurado e já estava com prisão preventiva, o quadro já estava acirrado. Se a gente fosse preso de novo, com certeza seria a morte, então era buscar a morte, aí a gente se retraiu um pouco da militância.

Fiquei o tempo todo em Porto Alegre, passando um período na Bahia e depois vim para Curitiba. Eu entendia que aqui a gente tinha condição mais favorável em termos profissionais, mas passamos muitas dificuldades profissionalmente. Só fui retomar minha atividade profissional, que é a advocacia, a partir de 1979. Antes eu fiquei fazendo curso de pós-graduação em Florianópolis, dei aulas em Colégios, na Faculdade, foram épocas duras, foram épocas duras... Começamos a ter filhos e o espaço profissional não estava conquistado, muitas dificuldades, e o pessoal ainda tinha muito medo.

Comecei a dar aulas em Criciúma, na faculdade. Quando entrei lá, o pessoal já sabia que eu era ex-presa política, foi um período em que a gente foi estigmatizada pela sociedade. Passei num concurso público aqui no Ministério do Trabalho, mas tinha que ter os Atestados de Antecedentes, mas a gente não

conseguia e a justiça naquela época estava completamente subserviente ao governo militar; então era difícil conseguir um atestado na justiça ou evitar a necessidade de apresentar um atestado ideológico. Apesar de ter passado no concurso, não consegui assumir . É um preço bastante alto porque a gente colocou a vida praticamente em risco, mas foi uma experiência bastante importante, só me acrescentou.

Nesse período eu fui uma vítima da repressão, fui uma vítima ... acho que poderíamos participar desse movimento todo sem esses dramas que ocorreram, sem as tais torturas e tudo o mais , porque isso foge completamente ao normal, mas acho que foi todo um processo de aprendizagem que hoje nos faz ter uma visão melhor do mundo, ter uma experiência acumulada que faz com que você fuja um pouco do senso comum dos outros cidadãos . Toda essa aprendizagem, essa organização, a sensibilidade, o contato que a gente teve com os operários, com a realidade, não só naquela época, mas também quando a gente retomou as atividades políticas, esse acúmulo dá a você condições de travar uma luta contra todo o sistema, porque apesar de naquela época nós termos um objetivo principal, que era a luta contra a ditadura , hoje a situação permanece, porque hoje a luta é muito maior contra a globalização perversa da economia, contra o neoliberalismo, contra o entreguismo nacional. O inimigo é muito mais amplo, tá muito presente e espalhado internacionalmente.

A luta é mais difícil, primeiro porque os meios de comunicação evoluíram muito, segundo porque o poder das armas é uma coisa inusitada, que a gente não consegue saber o alcance. Lutar contra tudo isso é uma tarefa gigantesca. Mas sempre tem os dois lados, um lado das contradições que a gente procura sempre analisar... se por um lado também há uma concentração de poder nas mãos de poucos, e isso é generalizado a nível internacional, os povos internacionalmente vão ter que se unir contra esse inimigo comum e acho que isso já tá começando... já há sinais de que o pessoal já tá começando algumas mudanças,

na Inglaterra, na França ... uma compreensão do que significa isso, esse sistema de dominação ainda haverá milhões de desempregados, de excluídos, mas eu ainda acredito que nós temos condições de sair desse sistema, porque não podemos compactuar.

Mas a nossa legislação é muito, muito burguesa, seja do ponto de vista urbano ou rural; ela protege muito a propriedade, sem valorizar o social, então nesse momento o que a gente tá assistindo é uma quebra desses valores, porque acho que a mudança da lei começa com um questionamento, por exemplo, a importância da terra, qual o uso da terra, qual a função social da terra. Tudo isso está sendo questionado. Então a tendência, em função desses movimentos sociais, é uma alteração na legislação, começam assim as alterações. Do ponto de vista urbano, a gente observou muitas invasões também, o pessoal acaba tendo que se colocar em movimentos “ilegais” para poder aí alterar o legal.

Acho que estamos assistindo isso neste momento, este país inteiro cheio de terra de norte a sul, são terras que estão aí só pra enfeite de mercado , do lucro. Nesse período que a gente esteve na militância eu não tinha presenciado nesse nível a importância desses aspectos. Agora estão acentuados , a questão da terra urbana e rural, da propriedade. Aqui cabe um questionamento muito grande...

Voltando a minha militância, quando eu cheguei aqui retornei à atividade política, na época era do PMDB, participei ainda da campanha pela Anistia, da campanha pelas eleições Diretas, fui candidata à Deputada estadual. Sempre estive nos movimentos de organização de bairros, na formação de sindicatos , tenho uma atuação junto aos advogados , fui presidente do Sindicato dos Advogados, da Associação dos Advogados Trabalhistas, Conselheira da Ordem dos Advogados , atuando na categoria profissional também e hoje eu estou no PT, uma participação pequena, mas no movimento social eu sempre procuro estar presente. Coordenei o Movimento Contra a Privatização da Vale,

movimento importante, fundamentalmente importante, a gente mobilizou setores fundamentais. Sempre que tem algum acontecimento sobre o qual nós tenhamos que nos posicionar, nós temos nos posicionado e tentado agrupar pessoas, esse papel nós temos feito. Eu não tenho muitas seqüelas daquele período... eu consigo encarar normalmente. Isso foi uma fase que passou da minha vida, faz parte da história da minha vida, faz parte da minha história...

Mas esse movimento pela não privatização da Vale do Rio Doce foi bastante engraçado porque um Coronel que estava participando do Movimento, que era um dos mais falantes contra o governo, dizia que podia até ser preso, mas que ninguém o impediria de falar. Então eu lhe disse que teria imenso prazer se ele fosse preso, eu lhe levaria umas bolachinhas. Imagine eu, uma empresa política, levando bolachinha para um Coronel do Exército! Que situação surrealista, um comandante do Exército e eu... dá pra escrever um romance, é bastante engraçado. Mas depois desse processo da ditadura militar, as alterações no regime provocaram coisas engraçadas, teve um período aí, foi há alguns anos atrás, eu ajudei a organizar o Sindicato dos Motoristas autônomos. Teve uma greve dos motoristas autônomos, uma greve nacional, saiu em todos os jornais, televisões e eu fui acompanhar um advogado que havia chegado de São Paulo e acabei me comprometendo em ajudar o pessoal e assessorar os motoristas. Houve quebra-pau com a polícia e muito mais porque o pessoal impedia o trânsito nas estradas e o governo mandava desimpedi-las, mas o pessoal estava naquela luta para conseguir seus objetivos. Mas depois que terminou a greve, o Ministro dos Transportes, era o Afonso Camargo, veio para uma reunião que foi feita aqui em casa, veio o Ministro, o Comandante da Polícia Militar do Estado, os ajudantes, coadjuvantes de todo aquele processo e as lideranças dos caminhoneiros. Rádio, televisão e tudo o mais. Nós estávamos discutindo as reivindicações e formando o sindicato, e o pessoal da Polícia Militar se comprometeu a deixar nos seus postos as fichinhas para filiar os caminhoneiros, porque é difícil filiar esse pessoal, eles estão na estrada, então os policiais se

prontificaram a levar as fichinhas e ajudar a preencher para filiar os caminhoneiros no sindicato que a gente estava fundando.

Uma amiga minha, que era advogada em Santa Catarina, chegou nesse momento. Ela também tinha sido uma perseguida política, ela escutava e dizia que aquilo era muito surrealista, que nunca podia imaginar que a polícia militar ia ajudar a fazer fichinha para formar sindicato... como as coisas mudam ... é o momento histórico, a participação do pessoal que era praticamente inimigo, que era contrário a qualquer organização sindical, hoje tem uma visão, que tem que organizar os sindicatos , que os trabalhadores têm esse direito de organização sindical, uma participação .

Como na história , dois e dois não são quatro, há dias que significam anos e anos que significam dias, daí de uma hora para outra a situação muda completamente, como mudou recentemente a situação do país, quer dizer, o Fernando Henrique lá em cima sem nenhuma contrariedade, de uma hora para outra houve mais informação da população e ela já não é essa unanimidade toda em favor do Fernando Henrique.

Eu acho que é isso aí, é complicado , faz parte da história mesmo, que aspectos seriam mais importantes também ressaltar? A gente passou um período difícil na nossa organização, talvez a Derlei (outra presa política de Santa Catarina, entrevistada também nessa pesquisa) tenha comentado isso. A nossa organização teve uma política de voltar o trabalho que a gente tinha no setor pequeno-burguês para o movimento operário, então nessa inversão , por exemplo, a nossa política era integração no movimento operário e camponês, então todos os pequenos-burgueses, por exemplo, que nós éramos , largamos essa situação e fomos nos dedicar ao movimento operário e camponês. O pessoal passou muita dificuldade nesse período, porque não tinha direito como sobreviver, não tinha uma política de finanças, nem se podia trabalhar concretamente porque muita gente não tinha documentos por ser perseguido

político. Depois essa situação era drástica, você deixa toda uma situação de comodidade pra viver numa casinha bem simples, sem dinheiro nem pra transporte, no mesmo nível que os operários. Esse período foi uma época muito difícil. Muitas pessoas se desestruturaram porque foi uma mudança muito radical...

A gente adotava o princípio do centralismo democrático, quer dizer, discutia-se nas bases, passava na direção, a maioria decidia e ... fazia valer...

Na nossa organização não havia uma distinção entre homens e mulheres. É claro, por exemplo, que as mulheres que eram casadas tinham muito mais dificuldades que as outras solteiras, ou os homens mesmo, porque havia o problema dos filhos. Naquela situação de repressão, sem comida, sem possibilidade de ter mesmo um trabalho, uma vida que era toda montada, não era uma vida real, você não tinha... o nome era "frio", não podia dizer o nome, nem onde trabalhava, nem onde morava ... ficava difícil. Deveria ser feito uma pesquisa com essas mulheres que eram mães na época, na época eu não tinha filhos... mas foram dramas terríveis... dramas terríveis de crianças que foram presas junto, aí está essa problemática da mulher, da mulher militante, mãe e militante, mãe e militante presa com o filho, com tudo ... já pensou se visse uma criança ser torturada, ou se você fosse presa com uma criança... seria completamente diferente... Não sei até onde você aguentaria as torturas, resistiria às torturas... ou os filhos que viam a mãe ser torturada e vice-versa. Seria muito interessante...

Era uma mentira, a vida era uma mentira enorme... depois como é que a pessoa vai construir a sua identidade? O papel não é uma coisa fundamental, mas no nosso país sem a tua identidade tu não existes. Tem o caso de uma amiga minha que adotava um outro nome, fez um curso superior com outro nome, e hoje ela ainda está com aquele outro nome, quer dizer que ficou complicada a mudança, é outra personalidade. Aqui mesmo ela já estava com outro nome e

quando voltou à vida normal, ela já estava com o nome frio. Tudo isso faz parte...

Mas como eu falei, realmente eu sofri um bloqueio da memória, então muita coisa eu não lembro, ou alguém me contou e eu já não guardo aquele fato. Mas as mulheres... os casais enfrentaram uma série de problemas nesse processo de integração na nossa organização, porque na nossa organização, naquela teoria marxista-leninista-maoista, em que se abandona a casa, a família, a universidade, a profissão e vai se integrar na revolução, esse espírito bem revolucionário, o Partido é que faz uma avaliação dos lugares, onde havia necessidade de pessoas, ele deslocava os maridos para um lugar e a mulher para outro; então as mulheres também sentiam bastante dificuldade nesse processo. Alguns não foram e até saíram do partido, mas muita gente foi, o marido para um lugar e a mulher para outro. Isso influenciou a vida dessas pessoas e dos filhos. Mesmo se era namorado, se estava apaixonado por uma pessoa, vai um pro norte e outro pro sul, foi um processo bem complicado.

Em nome da causa, o nosso pessoal... acho que era religioso até, era religioso, quer dizer, jovens... tinham essa esperança, acreditavam nisso...

Quando o Partido adotou essa política, o pessoal que tinha bens vendeu praticamente tudo, vendeu casa, vendeu apartamento, vendeu fazendas, vendeu tudo, livros. Nós vendemos roupas, livros, tudo, como se fosse assim uma missão, despojamento, eu não tinha praticamente nada, tinha livros, roupas, vendi. Esse dinheiro era para os deslocamentos para o movimento operário e camponês. ...

Acho que foi importante também, teve esse lado negativo que foi toda a desestruturação das pessoas, quer dizer, tiravam um cara que era uma liderança num lugar, punham num outro onde não era nem conhecido, e daí tinha que começar tudo do zero; havia esses aspectos que eram negativos, mas também tinha o outro lado, as pessoas não iam conseguir ficar no seu local porque a

repressão ia prender, o cara não ia conseguir fazer nada, só se ficasse na ilegalidade mesmo, não fizesse mais nada. Esse acirramento fez com que o pessoal fosse jogado para um lugar distante onde o cara não era ninguém, entendeu? Não tinha uma personalidade, era uma outra pessoa com documento frio, tinha que começar tudo de novo.

Vê essa questão da personalidade, foi bastante difícil também pras pessoas compreenderem esse aspecto, a maioria se desestruturou, porque você é conhecido num lugar, é uma liderança, tem um lar, familiares, amigos. Daí chega num outro lugar onde você não é nada nem ninguém... uma outra pessoa, com outro nome... realmente é uma outra personalidade.

Tinha que começar do zero, todo mundo foi pra começar do zero, se integrar, se integrar no movimento, no bairro, na escola, no movimento bancário...

Eu acho que a gente tinha uma visão um pouco idealista, de que a gente ia conseguir derrotar a ditadura de uma forma mais imediata. A gente tinha uma visão idealista, mas tinha uma visão correta que só seria possível com uma aliança operária e camponesa. Essa consciência nós tínhamos e como na época a gente tinha um trabalho basicamente pequeno-burguês, que era o movimento estudantil, e o movimento estudantil estava no auge em 1968, então a gente entendia que tinha que voltar o Partido para as bases, que eram realmente prioritárias. Nisso o Partido tinha uma visão clara, agora, deslocar pequenos-burgueses para uma área e num período bastante difícil... foi muito complicado.

Tu podes ter uma inserção no movimento operário e camponês, sem ser um operário ou camponês. Se você é advogado, médico, professor, você pode ter uma inserção nesse nível ... agora nós queríamos realmente nos transformar num deles. Aí vem o lado do romantismo, da coisa apaixonada, do romantismo e de um certo endeusamento da classe operária e camponesa. Sabe o que a gente não tinha? Consciência na época. O pessoal dava a vida pela causa, a própria vida

mesmo. Talvez a gente não faça uma avaliação correta, é que quando os setores operário e camponês vão à luta, eles não têm outra saída, por exemplo, os Sem Terra, se eles não lutarem, se eles não colocarem a vida em risco, eles não vão ter outra saída, e não é isso o que ocorre com a gente, porque nós temos outras saídas. Tu tens família diferente. Se você tiver um grande envolvimento revolucionário, você até pode, mas isso são poucas pessoas que fazem, não um partido inteiro.

Quem Lutava naquele momento só podia ser apaixonado por uma causa, e o pessoal era apaixonado, porque era a própria vida que estava em jogo.

3.2. TERESA

Comecei a militar aqui em Curitiba, muito jovem; com dezessete anos já militava na Juventude Universitária Católica - JUC, da JUC fui para a Ação Popular - AP, da AP eu passei pra dissidência do Partido Comunista - PC, era dissidente sem ser do partido, e daí eu fui pra Política Operária - PO; no começo não falava POLOP ainda, era Política Operária, e depois passou a ser a OCMPO - Organização de Combate Marxista Leninista Política Operária. Fui presa como militante da POLOP em 1970; eu já havia sido presa antes, mas pelo movimento estudantil, algo sem maiores consequências.

O fato de nossa organização não ser militarizada desconcertou um pouco o aparato militar. No começo eles não conseguiam compreender muito bem o que a gente era, mas nós éramos leninistas, a organização da classe operária. E isso era muito engraçado em 1970, porque a vanguarda queria mais era derrubar

o regime pela via armada, inclusive o grande esforço nos nossos interrogatórios era para perceber quem éramos e o que estávamos escondendo, pois alguma coisa devíamos estar escondendo, não poderíamos ser apenas isso. O Fleury veio para cá para descobrir de qual ramo da esquerda nós éramos.

Acho que fomos um dos primeiros grupos da POLOP a “cair”, não tinha outro registro de prisão, se houvesse era alguma coisa esparsa, então exigia um esforço de exegese deles para perceber qual era o processo. Na época eles falaram para o meu pai (que foi uma pessoa que batalhou muito) e meu pai pedia que dessem um bom motivo para terem prendido “aquela gurizada”, afinal, por que estávamos presos? o que havíamos feito? Na verdade nós não tínhamos ação, tínhamos uma porção de propostas teóricas, o resto era uma experiência muito insignificante. Até o momento eu tinha ido morar no interior tentando ser bóia-fria, e o que fazíamos era explicar aos trabalhadores que eles tinham que se organizar e tomar o poder.

Mas um Capitão ou Coronel, não me lembro muito bem, respondendo à pergunta que meu pai lhe fizera, afirmou que “nós não fizéramos, mas podíamos fazer”. Portanto, era uma prisão preventiva. Aí eu fiquei um mês presa e nesse período eu fui muito interrogada, havia um interrogatório constante. Fiquei presa num quartel aqui em Curitiba durante o dia e à noite ia para o Hospital Militar. Nos primeiros dias o interrogatório foi feito pelo pessoal daqui, embora houvesse um sargento que devia ser do Serviço de Inteligência mais especializado. Era um cara mais informado, mais culto, mais cheio de coisa. Tinha os brutamontes de sempre, aquelas pessoas mais violentas, mais ameaçadoras. Nos primeiros dias a ameaça que eles me faziam era de pegar meu filho, que tinha apenas três meses. Quando me levaram presa, deixaram ele sozinho com uma menina... eles ligavam para minha mãe dizendo que eu estava pedindo que ela levasse meu filho lá; ainda bem que ela teve bom senso de não acreditar.

Durante muitos, muitos anos eu tive o mesmo pesadelo, durante uns quinze anos (eu parei com isso faz pouco tempo), que um dos caras que mais me interrogava (não me torturou mas torturou diversas pessoas, era uma pessoa muito violenta), eu tive o mesmo sonho, que ele apertava a moleira do meu filho com o polegar, ele tinha uma mão muito grande. Acho que esta foi a minha maior lesão. Isso não parava durante muito tempo e eu tinha um pavor disso, um pavor que eles pegassem, que eles levassem meu filho.

Nos primeiros dia de prisão, então, era um interrogatório muito nessa base, muito na pressão, e a idéia adotada na época era resistir ao máximo, era enrolar para dar tempo para os outros escaparem.

Eu não tava legal, e teve um episódio também muito triste, que havia morrido um amigo nosso num acidente dois dias antes de eu ser presa e eu estava num estado de tristeza muito grande. Eu soube da tentativa de suicídio do meu marido, só que não podia vê-lo. Essas circunstâncias, mais o fato de não ter acusação nenhuma contra a gente, fizeram com que eles lidassem conosco de uma forma... meio preventiva, de evitar que façam...

Mas quando o Fleury chegou e trouxe mais um interrogador (eles sempre faziam a dupla do mal e do bonzinho, eles tinham o cara que dava conselhos e o que dava porradas), aqui desapareceu o contexto regional, era de fato uma outra linguagem, com certeza uma outra história. Eu queria até chamar atenção para uma coisa: mesmo tendo um cara que era completamente alucinado, como o Sargento Babinot, com quem eu sonhava que apertava a moleira do meu filho, havia um contexto no qual de alguma maneira te preservavam.

Mas o quartel era um ambiente muito adverso para a mulher. Eu me lembro que um dia eu resolvi, por alguma razão, botar uma saia, honestamente eu não sei por que, e eu vinha sempre atrás em um camburão, do hospital para o quartel, nesse dia me botaram num caminhão e um monte de soldado em volta. Quando eu cheguei no quartel alguém me empurrou, eu caí e me machuquei

bastante. Eu sempre atribuí esse empurrão a uma situação de tratamento a uma prostituta, como se trataria uma prostituta.

No quartel a mulher é uma coisa muito estranha, mulher metida com revolução, comunista, só pode ser puta. Você sente esse tipo de comportamento. Mas com quem eu estava me relacionando? Com soldadinhos que vinham do interior, que eram aterrorizados por aqueles que ficavam dizendo que nós éramos uns bichos papões, eles tinham medo. A história de que mulher que está metida nisso não é coisa boa, não é séria. Mas a história de os caras me empurrarem do caminhão me marcou pesado, porque não era nenhum cara envolvido na cultura da repressão, foi um soldado. Eu pensei muito no porquê ele havia feito aquilo, muito mais do que nos meus machucados.

A forma como o Fleury agia era assim, a primeira coisa que ele disse quando chegou na sala foi me chamar de puta. Ele pôs as coisas no seu lugar e durante todo o interrogatório foi o tratamento que ele usou. Conversei com outras mulheres que foram interrogadas por ele e era a mesma coisa. Tratando como puta ele já estava delimitando o território, já nos colocava no lugar que gostaria que estivéssemos; a segunda coisa, que não aconteceu comigo mas que ele normalmente fazia, era mandar tirar a roupa... daí a mulher ficava numa condição absurda, arrasadora. Então ele me batia e me xingava, não era só comunista, era puta e vagabunda mesmo.

Curioso é que eu procurava me concentrar e tentar entender qual era a jogada daquele cara, o que ele pretendia, e eu acho que no fundo ele pretendia deixar a gente na posição que ele achava que a gente ocupava, ou que seria interessante nos deixar... ou que nos tornássemos... Na cabeça dele, bater numa puta era justificado, talvez na cabeça dele fosse uma coisa tão ofensiva me xingar de puta, mas na minha não era. Já o companheiro do Fleury me tratava como coitadinha, falava do meu “filhinho”.

Eu sempre achei que a tortura pode chegar a um grau de violência que destrua a vontade do torturado, mas ela é um grande espetáculo, uma encenação. Uma encenação para desmoralizar, que precedia a violência. Só não aconteceu uma violência maior porque outras pessoas acabaram falando tudo o que eles queriam. Mas era um espetáculo, uma encenação na qual ele era um ator perfeito.

O Fleury me pendurou pelos cabelos, eu perdi quase todos os cabelos de um lado da cabeça; mais do que tudo, isso é uma humilhação. Não dói a ponto de te tirar do sério, mas é profundamente humilhante, ali, pendurada pelos cabelos. É uma coisa de encenar, uma situação que te reduz à nada.

Meu convívio com a violência física acabou aí. Eu não me sentia muito poderosa, talvez porque não tivesse o que eles desejavam, mas a imagem que me vem é de que era uma grande bobagem o que eles faziam. A palavra que mais pesa aqui é de espanto... espanto, porque era um aparato de violência tão despropositado com as nossas forças... eu me lembro de ter tido essa sensação de espanto, de ridículo, espalhafato, palavras desse tipo.

Eu ficava presa, no hospital, numa cela que era muito alta, com um pé direito enorme, que só tinha uma gradezinha, até tinha vontade de voltar lá para ver se era tão alto quanto eu achava. Era uma sala para loucos, só com uma cama, que não tinha o trinco pra dentro, a porta só podia ser fechada pelo lado de fora. No mesmo corredor dos loucos tinha um militar que pirou na ação contra a Guerrilha e passava a noite gritando pra mim, perguntando onde estava o Lamarca, isso me lembro bem... Ele parecia uma vítima, era um pobre coitado que pirou num processo do qual provavelmente ele não entendia a metade.

Se eu somar as sensações que eu tinha (eu estou procurando reproduzir as sensações, não estou procurando interpretar as coisas), parecia tudo uma inutilidade, uma bobagem, um exagero, uma pirotecnia, a sensação de que eles não imaginavam que a gente não tinha “nada”, porque éramos uma meia dúzia

de malucos querendo virar o mundo do avesso, e eles faziam todo aquele aparato de chegar com milhões de carros, jipes, tanque sei lá o que, era tão idiota! E aquele louco gritando onde estava o Lamarca. Ele gritava para mim, que era a única interlocutora do pobre coitado.

Nesse período a convicção que eu tinha era essa sensação de ridículo, de espalhafato. Por outro lado, como a condição feminina é uma vulnerabilidade em si! O fato de ser mulher, de ter um filho, ou só por ser mulher mesmo, num ambiente masculino que era o quartel, é uma coisa muito louca. Os mecanismos eram muito mais familiares para os homens, até porque eles devem tratar as mulheres deles mais ou menos assim. Não acredito que o cara que te espanque trate a mulher dele diferente. Ele não vai chegar carinhosos dizendo que havia espancado uma comunista.

Bom, eu acabei saindo da cadeia em 1970, no fim do ano eu fui pro Chile onde fiquei até começo de 1973; a gente decidiu voltar, eu tinha sido condenada a dois anos, no processo que começou em 1970, e a convicção do advogado era de que eu fora condenada porque não estava aqui, se estivéssemos aqui, provavelmente não teria sido condenada. A situação no Chile era muito pesada, ela nos colocava diante de um dilema muito mais concreto do que tudo que a gente tinha feito aqui no Brasil. No Brasil eu acho que a gente fez um exercício de voluntarismo, que não tem nada de errado, mas que era uma limitação atroz, a gente pretendia, com poucas forças, sem nenhuma base social, derrubar a ditadura. Era uma pretensão de juventude, se bem que ao mesmo tempo acho que a história se faz assim, dessas convicções apaixonadas. Era como se pegássemos o cenário internacional na Europa com as grandes mobilizações que tinham mais poder, muito mais força que as nossas. O Brasil é um país muito atrasado e continua sendo. A gente não tinha interlocutor, nós queríamos organizar a classe operária, mobilizar, e era muito difícil. Aqui no Paraná nós falávamos com um proletariado incipiente. Eu fui tentar ser bóia-fria, organizar

o inorganizável, que não fica em lugar nenhum, era muito difícil formar uma base aqui, tinha que catar feijão não sei onde.

Mas na época nós acreditávamos extremamente que era possível, fazíamos um esforço danado, encontrávamos de vez em quando dois ou três trabalhadores dispostos a ouvir, era um trabalho de formiga, nós tínhamos que demorar muito tempo pra conseguir essa visão.

Na época, até um momento, a gente tinha a convicção de que ia conseguir, estava nos manuais, estava nos livros, em outros lugares deu certo... mas eu me lembro que, mesmo antes de ser presa, em alguns momentos eu tinha a sensação de que a gente estava numa ratoeira. Entendi que a gente tinha se enredado numa armadilha e que “cair” era inevitável. Eu pensava muito nisso, “cair” era inevitável, se o ser preso era uma circunstância, a tal ponto que você treinava, você sabia o que ia dizer ao ser preso. Apesar de você ter certeza de que era inevitável ser preso, isso nunca nos deu a dimensão real das coisas. O que nós estamos fazendo aqui? Era meio que uma sina, uma ratoeira, como eu falei antes, não era uma coisa que você dizia que não podia acontecer.

Para mim, de um certo momento em diante, era só questão de tempo. Em conversa com pessoas na época, isso estava na cabeça de todo mundo.

Ao mesmo tempo em que tinha esse voluntarismo, essa convicção de juventude, tinha também uma coisa que era meio cristã, eu acho, de ir para o matadouro. E isso influi na forma como você vê a “abertura”, esse é um caminho perigoso. E o cordeiro é vítima Aí esse raciocínio fecha com o raciocínio da indenização hoje, que parece uma compensação, e é isso que eu critico. Isso é o que nós éramos.

No Chile a coisa era outra, um poderoso movimento de massas, uma revolução em andamento no poder e se fazendo nos bastidores, porque você tinha o compromisso de consolidação da Unidade Popular. Isso começou a ficar claro para mim, que se fosse pra ficar, era pra fazer a revolução, e aí nós saíamos

da nossa proposta de organizar a classe operária, para entrar na luta armada, que era o caminho para o qual as coisas se encaminhavam no Chile, com toda a clareza. Então, a decisão foi voltar para o Brasil. Nosso Grupo nos criticou, pois pretendia continuar lá. Decidimos vir, eu já tinha dois filhos e decidi priorizá-los. Mas a crítica foi quanto à decisão de voltar.

Nós tentamos sair do Chile por terra uma vez e fomos presos pelo exército argentino. Foi uma situação muito confusa porque estávamos numa condição de asilados no Chile, e então criou-se um incidente diplomático em relações que já eram um pouco complicadas, e eles acabaram nos devolvendo para o Chile. Ficamos presos uns quatro ou cinco dias na fronteira, depois fomos devolvidos. Mas nos jornais brasileiros saíram notícias de “Terroristas presos na fronteira” e não sei mais o quê.

Assim, quando voltamos para o Brasil, nós ficamos em Curitiba, num período muito curto, sob custódia de uma Delegacia de Polícia do interior. Foi um acerto com a auditoria militar, que tinha um auditor excepcional na época, uma pessoa absolutamente fora do padrão, o Dr. Lamiro Mot, uma pessoa de extrema coragem, ele salvou a vida de um bocado de gente, uma figura excepcional. Estava envolvido nesse processo deliberadamente para ajudar alguns.

Ele garantiu os direitos básicos das pessoas aqui, e quem estava sob risco de vida ele dava um jeito de livrar e acabou sendo penalizado. Foi transferido para um lugar barra pesada, uma região de fronteira. Encontrei-o no Rio, mais tarde, e ele já era uma pessoa bem entristecida, bem amargurada. Eu soube que ele morreu anos depois, embora ainda fosse uma pessoa bem jovem.

Esse auditor fez um acordo com um delegado de que nós ficaríamos sob sua guarda, mas tendo que manter endereço fixo e podendo trabalhar, até porque não havia, em tudo o que eles apuraram no processo contra mim, nada que indicasse qualquer risco de ameaça ao sistema, à estabilidade do sistema. No

entanto, aconteceu algo que eu nunca soube muito bem, o delegado informou ao promotor da Justiça Militar sobre esse acordo, que não era um acordo muito explícito, soubemos depois, e o promotor nos mandou prender. Você não imagina o que foi. Eles mandaram um contingente militar gigantesco, parecia que éramos os piores bandidos. Depois soubemos que o promotor soubera da nossa tentativa de fuga do Chile há um tempo atrás e ele se valeu dessa informação e não do que estava no processo e montaram uma operação de guerra para nos prender... extremamente violenta.

E aqui eu quero falar das mulheres. Bem ou mal, nós éramos as moças da classe média, até quando o Fleury chamava a gente de putinha, ele estava querendo causar um baque, porque afinal de contas nós eramos moças de boa família. Eu fui presa e levada para a Delegacia de Vigilância e Capturas, que é o local onde os presos ficam antes de serem levados para a penitenciária. Nessa delegacia havia umas celas onde eram colocadas as mulheres capturadas, 99% eram prostitutas que foram presas durante a noite, vinte ou trinta mulheres. Quando entrei, todas estavam nuas, eu não entendia por que, eu não sabia se elas eram obrigadas a tirar a roupa ou o que era, mas eu descobri logo o porquê. De tempos em tempos elas começavam a lutar e a esbravejar, porque não havia uma boa razão para elas estarem presas, então eles pegavam uma mangueira com um jato enorme de água, com uma violência incrível, e mangueiravam as mulheres. Era inacreditável, de uma brutalidade e uma boçalidade inacreditáveis. Eu vi aquelas mulheres trocando uma menina, que era bem juvenzinha, quase uma criança, por comida, dentro da própria cadeia.

Isso consolidou uma coisa na minha cabeça; por mais chocante que tenha sido a violência a que as mulheres da esquerda tenham sido submetidas, nada se compara ao cotidiano dessas mulheres, porque é o cotidiano delas; esse dia-a-dia é de uma brutalidade, de uma violência e exploração policiais muito assustadoras. Aí você vê a vulnerabilidade das mulheres. Com certeza essa

violência não foi usada somente contra as mulheres, mas as mulheres foram especialmente violentadas. Aquela cena era dantesca, no centro de Curitiba, na Rua Barão do Rio Branco, você tinha celas onde as mulheres eram açoitadas com água, xingadas e humilhadas, numa cena de pavor e essa era a luta delas de todos os dias, não era um “caso de exceção”, não era uma quebra do “estado de direito”. Não ofendia a opinião pública mundial o fato de aquelas mulheres estarem naquela cela...

Eu lembrava do Fleury nos chamando de “putas”, era assim que eles tratavam a gente.

De lá eu fui para a prisão feminina, um lugar muito ruim, muito tenebroso. Fiquei numa cela pequena e individual, tive muito medo; talvez de todos os lugares nos quais fiquei presa, foi lá onde eu tive mais medo. Era muito retirado e durante a noite entrava bicho, besouro, mariposas enormes, coisas feias, era apenas uma grade na janela e a luz ficava sempre acesa, um lugar muito pequeno onde só cabia a cama e um vaso, mal dava pra se virar e entravam aqueles bichos horrorosos... Ali era um lugar onde se podia perceber a condição feminina em tempo real, eu diria assim.

Não sei se quando as mulheres transgridem a lei, elas transgridem mais absolutamente, não sei, não arriscaria a dar minha opinião, mas a prisão feminina era um lugar terrível. Lembro que na primeira e na segunda noite eu acordei com os gritos das mulheres, elas estavam discutindo a posse de uma terceira mulher e eu demorei para ver que a terceira mulher era eu, era a “branca”. Eram “bichos” brabos aquelas mulheres, as presas comuns.

Eu sempre estive sozinha, durante todo o tempo em que estive na cadeia eu nunca tive companheiras, isto foi uma coisa bem dura. Eu tinha que tomar banho com escolta, não podia sair, não podia ficar solta no meio daquele mulhério, porque era muito brabo, tinha mulheres muito violentas. Nunca estive numa prisão masculina para sentir isso, mas ali era brabo. Ao mesmo tempo era

uma contradição, porque eram mulheres que tinham filhos e que contavam histórias muito tristes de suas famílias, era um drama atrás do outro, uma acumulação de dor, de sofrimento, uma frustração de violência... a prisão feminina era uma coisa muito triste. Era um processo de desagregação. É como se você tivesse na sociedade algumas normas que retinham as mulheres dentro de certos limites, tem a maternidade, a relação com os filhos, certos predicados são considerados, a delicadeza, a dedicação, a mulher sempre acaba sendo associada de alguma maneira como a mais delicada, sentimentos mais delicados e isso desaparece na cadeia. Na cadeia são outras as escalas de valores e isso é um pouco desconcertante, porque é um jogo bruto executado por mulheres, jogado por mulheres e misturado com os dramas, as histórias. Eram mulheres capazes de barbaridades. Tinha uma mulher que havia matado não sei quantos motoristas de táxi, uma figura, e ao mesmo tempo ela era capaz de falar de um bebezinho que havia deixado. Era uma coisa muito estranha, muito fora do padrão.

Conheci uma sexualidade muito enlouquecida dessas mulheres, que disputavam entre si a posse de outras. Mas era engraçado, talvez por eu ter vindo de uma família de descendência polonesa, católica, onde as discussões a respeito de costumes sexuais nunca foi uma coisa aberta, era muito engraçado para mim assistir à discussão que aquelas mulheres tinham sobre as suas práticas sexuais. Elas berravam de uma cela para outra, tudo se fazia muito gritado, tudo se fazia numa comunicação coletiva, coisas muito íntimas, em todos os campos, do sexual ao afetivo, do maternal ao filial. Era um coral cotidiano, diuturno, de conversa que rolava noite a dentro o dia inteiro, desfilando um mundo que eu não conhecia, com valores muito alterados. Aprendi um bocado de coisas ali, só que começou a ficar muito pesado porque eu não saía, não pegava sol, não me comunicava com ninguém, passava dia e noite sem me comunicar com ninguém, então eu percebi que eu queria ir embora, tinha que sair de lá se não eu ia enlouquecer... não conseguia comer, era

impossível comer aquela comida. Isso deve ter durado um mês, mais ou menos, então decidi fazer greve de fome e parei de comer. Acho que fiquei uns sete dias sem comer, então me tiraram de lá e me levaram para um convento...

A história mais engraçada é que quando eu saí da cadeia eu estava muito mal, meio apagada, meio desligada, muito ruim e eu não sabia para onde eu ia. Quando abri o olho, acordei, ainda mal-acordada, num lugar muito branco, muito branco mesmo, um cortinado branco e uma freira bem branca com uma bandeja na mão, com um guardanapo e um suco de laranja. A primeira vez que eu vi pensei que tinha morrido e que o diabo do céu existia mesmo e era todo branco.

Saio daquele inferno para um convento. Tinha sido feito um acordo entre o arcebispo daqui, D. Pedro Fedalto, e a 5ª Região Militar, e eles concordaram que eu ficasse detida na Casa Central das Irmãs de Caridade São Vicente de Paula, sob a guarda das Irmãs de Caridade. Vivi com as freiras quase um ano e meio, eu tinha dois anos de pena, mas saí um pouco antes porque houve umas reduções. Mas nessa época eu estava muito doente, minha filha tinha nascido em agosto e eu tive uma hemorragia direto, isso também ajudou na decisão de me tirar da prisão feminina, eu precisava de cuidados médicos e era atendida nesse hospital.

O convento das irmãs também era um pensionato, então saio de um lugar de miséria absoluta para um convento onde as meninas do interior vêm para estudar na capital. A condição era de que ninguém soubesse o porquê de eu estar lá, então inventei uma história de que eu tinha vindo me tratar e que morava no interior. Nessa situação eu via muito pouco minhas crianças, ficava muito complicado, minha filha já tinha quase três anos quando fui conviver com ela.

Continuava uma coisa solitária, mas afinal de contas tinha gente em volta com quem podia conversar. No começo tinha sempre dois policiais vigiando o convento, o dia inteiro, depois relaxou, mas eu não saía, ficava ali, era uma

coisa dramática, porque eu estava a seis quadras da casa da minha mãe, naquela situação absurda.

Eu cumpri a pena, saí e aí começa a ser complicado. Esse período é de muita exceção. Saí, acho, no finalzinho de 1974... eu passei o natal de 74 em casa... eu fui presa em dezembro de 1972, fui presa, não, eu cheguei no Brasil em dezembro de 1972, aí teve aquele período do “acordo”... fiquei presa mesmo de janeiro, fevereiro de 73 ao finalzinho de 74. Quando você sai é que a proporção das coisas começa a ser real. De 1970 a 1974 minha vida foi um tumulto, fiquei presa, fui para o exílio, voltei, fui para a cadeia, não se tem nenhum parâmetro, não se compara nada com nada, é uma surpresa atrás da outra. Aí saí e como é que uma mulher, ex-presa política, jornalista, jornalista de diploma, vai arranjar trabalho? Já começou assim, muita discriminação. Era muito difícil trabalhar, eu não conseguia nem falar com os chefes de redação porque era uma coisa inaceitável. Eu não conseguia nem registro profissional, que era expedido pelo Ministério do Trabalho, numa verdadeira distorção já que não tinha nenhum órgão de classe dos jornalistas que cumprisse esse papel.

Ainda para conseguir registro era necessário um atestado de boa conduta e eu não tinha. Solicitei então um atestado de conduta, não queria de boa ou má, queria apenas que eles me dessem um documento no qual constasse o que eles tinham contra mim, então veio uma lista enorme e eu tive que entrar na justiça para conseguir ter o registro profissional. Eu acabei obtendo o registro, mas durante muito tempo eu não tive credencial para cobrir visitas oficiais.

Nesse período eu morava um pouco com a minha mãe e um pouco com minha sogra, era um caos, a gente não tinha dinheiro. Na verdade eu nunca tinha vivido em família; quando fui presa, meu filho tinha três meses, não tínhamos uma estrutura familiar. Então eu consegui um emprego numa revista por alguns meses, com um amigo que era editor da revista, mas fomos demitidos, pouco depois a revista fechou. Depois consegui um bom abrigo no

Jornal A Voz do Paraná, era um jornal da Igreja. Depois fui diretamente para a Veja e entrei no circuito da grande imprensa, trabalhei no Jornal O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil e na Agência Estado.

E essa marca fica. Durante algum tempo o Comando de Caça aos Comunistas - CCC - andou mandando cartas com ameaças. Durante toda a ditadura não podia cobrir visita presidencial, porque eles não me davam credencial, portanto era um constante lembrar. Mas o interessante é que eu consegui, apesar disso, trabalhar tranquilamente, nunca parei de trabalhar. Acho que o pessoal da imprensa conseguiu se virar bem nessa história, pois teve profissional que em determinado momento esteve impedido de exercer a profissão, mas felizmente prevaleceram outros critérios e eu consegui. Trabalhei muito tempo no Estadão, até 1991, e eu acho que me tornei um bom profissional. Eu gosto muito da minha profissão.

Agora eu trabalho sozinha. Distribuo um boletim semanal por fax para rádio, jornal, televisão contendo informações sobre meio-ambiente. Há outros projetos também sobre meio-ambiente.

Acho que o tempo em que fui jornalista, fui repórter, sempre me resguardei, me coloquei na posição de repórter para não me envolver diretamente com nada. Eu mantinha uma postura muito rígida nessa coisa de ser um bom repórter, talvez até porque eu sempre trabalhava em situações complicadas, uma ex-presa política trabalhando no Estadão, então eu sempre fiz questão de deixar as coisas bem separadas. Não me envolvi mais em questões partidárias, sempre fiz a minha parte como jornalista, como profissional, no movimento sindical com os jornalistas. Não havia nada mais que me seduzisse. Uma das marcas que ficou foi um certo ceticismo em relação ao que você pode mudar e ao que você não pode... talvez você domestique as paixões, e para fazer política você tem que ser apaixonado, e no período em que eu trabalhei como jornalista, a minha convicção era de que eu não poderia me envolver com outras

coisas, enquanto eu quisesse ser repórter, eu achava que era importante ser um bom profissional.

Hoje eu sou uma pessoa que tenho me exposto mais, tenho uma opinião pública clara, crítica, na defesa da questão ambiental, é coisa que durante muito tempo eu não tinha. Sistemáticamente eu tenho me exposto como pessoa, isso sempre esteve muito associado à condição profissional.

Mas o que aconteceu depois na minha volta é que boa parte das pessoas que eram da minha geração, ou estavam no exílio, ou estavam presas, ou tinham ido embora daqui. Então para disputar o trabalho seis, sete anos depois da minha geração, o pessoal com quem eu tinha contato nas redações era sempre muito mais jovem, sobrou muito pouca coisa, como se eu tivesse voltado depois de uma guerra, era muito solitária, muito solitária, daí a família, o núcleo familiar mais próximo acaba tendo uma importância muito grande no sentido de amparar um pouquinho, porque amigos ficam poucos, grande parte das pessoas evitam o contato. Tinha uma discriminação grande, era a comunista, a presa etc. fica marcado, fica mesmo pesado. Eu tenho vizinhos que até hoje não me cumprimentam, tem gente que guardou distância.

Meu pai teve um papel importante no sentido de me dar muita força. Minha mãe sempre manteve uma posição mais crítica, embora na hora em que foi importante ela entrar em cena como mãe, ela nunca se negou, mas ela sempre mantinha mais distância.

No dia em que eu saí da cadeia, meu pai me levou numa relojoaria para comprar um relógio, não era uma coisa qualquer, era um relógio, ele me botou na real. Intuitivamente ou não, ele sabia muito bem o que estava fazendo. Como se me dissesse que eu estava caindo na vida e que a vida aqui fora se marca por horas.

Foi um período bastante complicado, de muita solidão, que depois fui reconstruindo. Os contatos eram muito engraçados, eu acabava me relacionando

com uma gurizada na redação. Um dia eu estava falando de “release”, porque o maldito hábito da informação pronta começa nesse período, e eu falava que em 1966 fulano de tal fez não sei o quê, e tinha uma menina que olhou para mim e disse que tinha nascido em 1966. O pessoal era muito jovem, a diferença de idade era muito grande, principalmente porque você acabava ficando sem trocas, os amigos começaram a voltar para o Brasil apenas em 1980.

Voltavam numa outra situação, bem diferente. Voltavam como heróis, isso faz uma diferença. A visão que eu tinha do Brasil era muito diferente da visão que eles tinham. O pessoal chegou acolhido com festa, com alegria, eu carregava uma história muito pesada, havia sido cinco anos bem pesados. Eu tinha convivido com discriminação, uma puta dificuldade de conseguir emprego, o CCC no pé, mandando cartas. Uma vez meu filho abriu a carta e me disse que os piratas estavam mandando cartão para mim, por causa da caveira.

Quem estava no exílio e voltou para cá construiu uma outra história, voltou para cá com outro tratamento. Eu não me arrependi em nada por ter voltado antes, aprendi um monte sobre este país real. O exílio é uma coisa terrível. No exílio você fantasia muito, tem uma dificuldade muito grande de se relacionar com o real, você se relaciona com hipóteses, com propostas. Lembro-me que quando o pessoal voltava, voltava com um Brasil idealizado, voltava se sentindo abrigado. Eu nunca tive essa sensação de abrigo com relação ao país e confesso que até hoje eu não tenho. Ainda tenho muita dificuldade de sentir que aqui é minha pátria, que aqui é meu lugar, meu lar social, coletivo. Ainda hoje, apesar de tudo, tenho um pouco a sensação de ser um corpo estranho. Não mais tão forte, mas surgia a sensação de solidão atroz, de pular do mundo, eu olhava as pessoas festejando, de verde e amarelo, comemorando na copa, de quando eu saí da cadeia, e eu tinha o desejo de dizer que aquela não era a minha festa. Isto era um sentimento muito forte. Era um sentimento que a ditadura trouxe; antes mesmo de eu ir para a cadeia, já havia o sentimento de não fazer parte dessa

festa. E isso eu acho que passei um pouco para os meus filhos, acho que eles até hoje não fazem muito parte dessa festa. É uma mágoa que fica. Eu não queria uma indenização, eu queria que esse país tivesse um pouco mais de memória, que esse país se olhasse mais, que a nação se olhasse mais.

Que as pessoas que tiveram a coragem de lutar contra a ditadura, fossem consideradas como pessoas que prestaram grande serviço à nação. Não é problema de medalha, é problema de fazer parte da história. Por exemplo, eu gostaria que o meu amigo ,vendedor de livros, fosse um herói nacional, ele é um velhinho que foi um metalúrgico muito corajoso e está aí com setenta anos vendendo livro de porta em porta.

Daí eu tenho um pouco de inveja da Argentina, nesse sentido conseguiram botar mais isso na pauta, na pauta social, na consciência, não sei como chamaria isso.

Hoje eu te digo assim, que já não me incomoda mais, e talvez um pouco o meu envolvimento com a questão ambiental vai nessa direção, porque tem um caráter mais internacionalista, que me deixa mais confortável. Na verdade eu acho que ainda sou um pouco cabreira, é muito fácil eu romper qualquer identificação que eventualmente construa com esse país.

3.3. JUDITE

Pelo fato de eu ser historiadora acho que complica um pouco dar entrevista, porque eu posso misturar a história, a metodologia da história com a militância, isto é para pensar . (Fez referência ao Ensaio de Ego-história) Nesse livro Michelle Perrot levanta uma dificuldade de falar de si, porque você pode esquecer que está criando fonte, mas eu acho que há importância de você falar de si.

Para mim o ponto importante foi 1967, 1968. Minha militância é estritamente no movimento estudantil, eu era secundarista em Maringá. Na época Maringá era bem interior e tinha um movimento secundarista bastante forte, levávamos muitas Campanhas, como a de solidariedade ao Vietnã, contra o acordo MEC-USAID, sobre o qual realizamos um seminário de discussões que na época estava em pauta. Recebíamos muitas pessoas de fora, que vinham fazer o trabalho político conosco, que também eram secundaristas, militavam na União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES.

Anteriormente esse grupo de secundaristas militava na JEC - Juventude Estudantil Católica, na área da doutrina social da igreja, fazíamos um trabalho nos bairros, isso até final de 67, então eu vim para Curitiba. Terminei o colegial, fiz o vestibular e em 68 estou entrando na Universidade.

Ao mesmo tempo em que estou entrando numa grande universidade pública, que é a Universidade Federal do Paraná, estou também entrando em outro meio, que é Curitiba, fazendo novos amigos, encontrando conhecidos que faziam trabalho político em Maringá junto com a gente. Naquele momento o Movimento Estudantil colocava-se como o grande celeiro de quadros para a revolução, então várias organizações estavam de olho no potencial dos militantes estudantis. Hoje dá para falar isso. Entro pra valer nessa militância em 1968, o ano da derrubada do ensino pago. Há lutas memoráveis no movimento estudantil. Em dezembro eu fui presa. Minha história então é um pouco diferente, porque eu estava entrando na militância, já pensando em futuramente ir para uma outra militância, quando fui presa.

Não cheguei a entrar em nenhuma organização, eu era o que se dizia na época “ampliação” da dissidência da Guanabara. Com certeza entraria na organização, mas não deu tempo. Quando vejo o que companheiros passaram em função de terem entrado na luta armada, na militância fora do movimento estudantil, eu costumo dizer que fui salva pela prisão. Pois todo o final de 68 e

69 foi momento de acirramento das contradições com a Ditadura, e a resistência foi feita da única forma que sobrou, ou a luta armada ou o exílio. Algumas pessoas se exilaram entre 69 e 70, e um grande número caiu na luta armada mesmo, caiu na clandestinidade. Esse era o perfil do estudante que estava no Movimento Estudantil. Então vejo o meu perfil no movimento estudantil de uma liderança intermediária, com potencial, ampliação e que certamente entraria em alguma das organizações que se punham naquele momento.

Aí veio a prisão. Fomos presos num grupo grande no dia 17 de dezembro de 1968, num bairro em Curitiba, onde estávamos realizando uma reunião dos estudantes, que seria uma continuidade ao Congresso de Ibiúna, logo depois do Ato Institucional nº 5. Fomos presos, levados para o Quartel de Tarumã, onde foram feitas as fotografias, e depois levados para a Prisão Provisória de Curitiba, no bairro de Ahú, onde fomos ouvidos. Éramos 42 pessoas e dentre essas, aleatoriamente, fomos selecionados 13 ou 15, não sei ao certo, os outros foram liberados. Correu processo e fomos condenados. Após trinta dias tivemos a primeira audiência de qualificação dos réus, em que perguntavam idade, endereço, tudo o que já sabiam... Estávamos na prisão provisória do Ahú onde já tínhamos respondido ao Inquérito Policial Militar - IPM - que era imediato à prisão. Foram dois dias e duas noites incomunicáveis. A partir daí a incomunicabilidade foi relaxada, pudemos receber visitas, comunicação de fora e ficamos naquele compasso de espera, em que você nunca sabe o que vai acontecer. Éramos a maioria mal-informados sobre a tramitação do processo e dependíamos dos advogados, dos familiares e amigos; ficamos sabendo que logo após nossa prisão fora criado um comitê de solidariedade.

Havia uma circulação muito grande, o nosso grupo ficou junto o tempo todo, mas chegavam constantemente presos, alguns ficavam algum tempo, saíam, outros eram transferidos. Chegavam presos de Santa Catarina, Rio Grande do Sul. A 5ª Região Militar pega Santa Catarina também, por isso

vinham de lá, mas a gente nunca conseguia ter um quadro daquelas permanências, mas enfim o nosso grupo permaneceu.

Na primeira audiência os advogados pediram o relaxamento da prisão preventiva de todos, que foi a primeira providência dos policiais. Foi concedido o relaxamento da minha prisão e de outra colega, as duas mulheres presas entre os 15 presos. Como tal decisão foi dada de madrugada, os parentes e amigos foram buscar o diretor em casa para que ele cumprisse o mandato e nós fomos soltas, saímos de lá a uma hora da madrugada, mais ou menos, e fomos dormir em casa. Pensando que íamos responder em liberdade, demos uma certa relaxada, mas parece que houve um desentendimento entre a Polícia Federal, a Polícia Militar e o DOPS, ou seja, um desentendimento entre civis e militares, na polícia, não sei, nunca ficou muito claro quem nos soltou. Quem relaxou nossa prisão foi a auditoria militar.

No outro dia, bem cedo, fomos acordadas e convocadas, com a polícia na porta, para irmos até o DOPS prestar esclarecimentos. Minha amiga foi presa antes de mim. Fomos conduzidas num carro da polícia. Chegando lá fomos, novamente, de volta para o presídio. De lá não saímos mais porque o esclarecimento era uma Ordem de Prisão. Só que a ordem de prisão nos foi dada na Delegacia de Ordem Política e Social, no DOPS, mas o policial que foi nos buscar disse que era para prestarmos esclarecimentos, tanto que meu marido foi junto, eu era casada na época, e a irmã da minha colega também foi, pensaram que íamos e voltávamos. Mas deixaram os acompanhantes em outra sala e de lá nos levaram de volta para a prisão.

Isso foi um negócio muito complicado, do ponto de vista da pessoa, de como ela se estrutura e se desestrutura, porque acreditávamos que íamos responder em liberdade, no entanto fomos levadas de volta e ficamos direto até o fim do julgamento, que foi mais ou menos em abril. Ficamos esperando e

nesse meio tempo houve toda uma reformulação da Lei de Segurança Nacional - LSN-, então sempre mudavam os artigos nos quais estávamos incursos.

Fomos condenados. O julgamento, foi uma pantomima, uma palhaçada, uma encenação, eu nunca esqueço. O Conselho era formado por três militares e dois civis. Os civis nada apitavam, ninguém abria a boca, ficavam ali ouvindo, o Conselho da Justiça militar ficava ouvindo. Tinha um indivíduo militar asqueroso, um sujeito nojento, uma figura grotesca, na frente, que dormia enquanto os advogados falavam. Os outros brincavam, olhavam pela janela, bocejavam, sentavam esparramados, depois ficavam nos encarando. Aquela postura de verdugo. Mas aquela figura nós nunca esquecemos, sempre que nos encontramos nos lembramos, porque ele dormia, era ridículo. Pura encenação. O juiz que vai dar a sentença, dorme. Como se você tivesse um júri popular em que os jurados dormissem, rissem da sua cara, o olhassem torto, era uma palhaçada, um faz-de- conta, porque não era para absolver ninguém, estava evidente.

As coisas ficam um pouco nebulosas porque foram muito rápidas para mim, que tinha um pouco de militância. O juiz auditor era uma figura horrível, o nome dele era Darcy, se não me engano, mas a figura mais grotesca de tudo isso era a do promotor. Era um sujeito raivoso, só se interessava em condenar à pena máxima. A impressão que se tinha é que ele ficava lendo as leis , tratados, tudo o que fosse possível para encontrar uma pena maior.

Na primeira condenação foram dois anos para alguns e três ou quatro para outros. O promotor achou pouco e recorreu. Mas estávamos sempre de moral alta, fazíamos muitas gozações sobre ele, dizíamos que ele tinha medo de macumba, que íamos fazer uma macumba para ele. Enfim ele queria aumentar a pena mínima, ele queria dobrar todas as penas, então seriam seis ou oito anos , uma coisa assim, recorreu e perdeu. No julgamento do recurso pelo Supremo Tribunal Militar, as penas caíram. A pena mínima foi para um ano e a pena

máxima foi para um ano e meio. Eu peguei um ano. Parece, eu não consigo agora ver, que cinco pessoas pegamos a pena mínima, porque o único critério que apareceu em toda a farsa, é que quem foi para Ibiúna pegou pena máxima; como eu não estive em Ibiúna, peguei pena mínima. Eles tinham as fichas de todos. Ma o interessante é que um que não esteve em Ibiúna também pegou pena máxima, então tentaram argumentar que o critério era pelos antecedentes, e essa pessoa tinha antecedentes, era um estudante que foi preso em Santa Catarina ou Rio Grande do Sul. Enfim, a pena mínima ficou em um ano e a máxima em dois anos, que todos cumpriram, porque os advogados apelaram ao STF para cancelar as penas, mas não conseguiram.

Então eu cumpri um ano. Dentro da prisão aconteciam coisas interessantes e estranhas. Era um presídio que tinha cerca de 500 a 600 presos comuns e de repente começam a chegar os presos políticos - os subversivos. Além do nosso grupo começam a chegar outros, teve um grupo de camponeses vindos do Oeste. Uma sala de aula que tinha na prisão foi transformada numa sala coletiva grande onde ficavam os rapazes, e numa galeria foi reservada uma cela para mim e minha colega. Éramos as únicas mulheres num presídio cheio de homens, a maioria presos comuns.

Algumas coisas eram muito marcantes, uma delas eram os gritos à noite... é como aquela história que o Henfil fala no livro Diário de um Cucaracha, que na minha cidade tinha uma montanha enorme e uma igreja enorme em cima da montanha, e quando voltei lá tinha um morrinho e uma igrejinha. Então talvez os gritos fossem gritinhos, mas no meu imaginário eram gritos horríveis e eu tenho um sono muito leve, eu durmo muito pouco e muito tarde.

Mas há uma lembrança gostosa, essa minha amiga (a quem eu amo de paixão, embora nos encontremos pouco, mas a gente se ama muito), nós nos contamos todos os filmes a que havíamos assistido. Nós ficávamos a noite toda, porque não se tem o que fazer, líamos muito, mas depois foi relaxando ,

entrando livros, desde que não tivessem a capa vermelha; depois até os de capa vermelha podiam entrar, porque o pessoal da carceragem gostava muito de nós. Com exceção de um carcereiro que trabalhava lá, o Sr Francisco, ele e a mulher dele, que eu não lembro o nome, ela era doente, invocavam com a gente. Os outros nos tratavam muito bem, tratavam muito mal os presos comuns, mas por nós eles tinham um respeito muito grande .

Então entravam livros e tínhamos um radinho, mas não tínhamos muito o que fazer, porque você sabe que no outro dia você vai ter que passar o dia, e isso 365 vezes. Então a gente conversava muito à noite e eu não falo baixo, como você vê, às vezes vinha o guardião que tava de serviço, batia na cela e pedia pra falar mais baixo. A luz permanecia sempre acesa, ela era apagada pelo lado de fora e era horrível dormir, se bem que era uma luzinha tão fraca que para ler também incomodava. Uma lampadinha comum que eles deviam comprar das piores. Mas isso eu lembro, que nós nos contávamos, acho, que todos os filmes a que tínhamos assistido, eu contei para ela e ela contou para mim. Lemos muito , dormimos muito, fumamos muito (nós fumávamos na época, parei faz pouco tempo e ela também parou), passamos muito frio, passamos fome...

A lógica da prisão é interessante . Parece que o Foucault esteve preso, porque ele pega tão bem como funciona essa instituição. Qualquer coisa que acontecia lá fora interferia na vida do presidiário e ele não sabia por quê. Quando houve o afastamento do Costa e Silva , nós ficamos defasados na informação porque não tínhamos rádio na nossa cela; os meninos tinham (eu os chamo até hoje de meninos), os rapazes , os nossos adoráveis, nos emprestavam o rádio de vez em quando, conseguimos bem mais tarde um bem pequenininho. Mas na noite em que houve o afastamento nós não ficamos sabendo; alguma coisa estava acontecendo, porque nós não ganhamos a janta. O horário era horrível, levantávamos, tomávamos café às seis horas, às dez e meia o almoço, depois a janta, e depois ganhávamos uma canequinha de café com um pãozinho

- canequinha de alumínio, uma coisa que me marcou, quando eu saí trouxe a minha e ela ainda está aí. Mas nesse dia eu me lembro, foi a janta que falhou... ah! mas que fome que deu, como a comida era intragável! Eu e a companheira de cela pegávamos a comida e tínhamos um fogareiro elétrico que ficava conosco, então trazíamos o restante do almoço e misturávamos para fazer a janta. Não, foi o café que faltou mesmo, não foi a janta... não tínhamos nada para comer, porque a gente sempre tinha uma reserva de comida e não veio o pãozinho tão horroroso... ai que delícia que era, aqui a gente chama de pão bunda porque ele é partidinho... vinha aquele pão com uma margarina horrorosa, uma banha, sei lá o que eles passavam dentro, mas quando se está com fome ... Nós geralmente fritávamos um ovo ou uma cebola para pôr dentro do pão, porque tínhamos esse fogareirinho.

Nesse dia não veio o pãozinho , então nós percebemos, (quando você está lá, você começa a ver chifre em cabeça de cavalo). Estava havendo uma movimentação estranha; tarde da noite, um dos presos de confiança, que trabalhava na burocracia, na administração, um deles veio nos falar que o Presidente teve um enfarto e nós já interpretamos como se tivesse havido um golpe.

Então veio a vontade de encontrar os meninos para trocar impressões. De vez em quando, dependendo do carcereiro que estivesse de plantão, os rapazes podiam sair da galeria deles e vir até nós bater um papinho, tinha também essas possibilidades, mas não apareceu ninguém, já era muito tarde. Depois ficamos sabendo, veio uma ordem de reforço militar, a polícia cercou o presídio porque estava havendo alguma coisa em Brasília, que era o afastamento do Costa e Silva.

Outro momento também foi o seqüestro do embaixador, não lembro qual, mas no final de 1969, quando nos proibiram de descer para almoçar com os meninos. Eu e minha amiga descíamos para almoçar e jantar com os rapazes

porque era um refeitório comum, nós éramos os “subversivos”, os “presos especiais”, mas éramos presos mesmo. O carcereiro abria a nossa cela e nos levava, era a hora em que todos nos paqueravam, aquele monte de homens e nós, duas mocinhas dos seus 25, 26 anos. Nessa hora a gente tomava banho e se preparava para ir jantar, para andar cem metros até o refeitório, descia uma escada e andava um corredor, nos preparávamos, penteávamos o cabelo, colocávamos roupas limpas, dentro do possível nos embelezávamos para ir encontrar nossos amigos e jantar com eles.

Então nos momentos em que alguma coisa estava acontecendo, as coisas mudavam lá dentro. Nesse ano em que fiquei presa, de 17 de dezembro de 1968 a 17 de dezembro de 1969, muitas coisas aconteceram. Quando vejo a história daquele período é que vejo quantas coisas aconteceram enquanto a gente estava lá; passou muito rápido, foi um furacão e toda vez que lá fora acontecia alguma coisa, mudava a lógica da prisão.

Houve um momento muito complicado, nós acordamos com muito tumulto, ouvindo gritos, rajadas, foi uma tentativa de fuga dos presos comuns, mas eles apanharam tanto, que da nossa cela, que ficava no terceiro andar, a gente ouvia os gritos daqueles homens. Um deles ficou um tempo sem poder andar. Consta que um dos carcereiros, que era uma pessoa terrível, bateu com uma barra de ferro nas pernas e nos rins dos presos, de todos eles. Depois outro que conversava mais com a gente disse que corria sangue como água, de tanto que eles sangraram. Essa foi uma noite horrível. Você ouve toda a movimentação, mas não sabe o que é porque você está no seu cubículo, então você só pode imaginar e imagina tudo. Um amigo nosso pensou que tinham vindo libertá-lo, até hoje ainda tiro sarro da cara dele, mas depois ele foi libertado, trocado através de um seqüestro e saiu do Brasil, voltando mais tarde. Era só sonhar... Havia fatos desse tipo que eram bem desagradáveis.

Depois quando você sai, percebe o outro lado . Aí eu fico imaginando como é que uma pessoa, um preso comum que ficou três ou quatro anos naquelas condições, que são os presídios, horríveis todos eles, como vai ser depois a adaptação. Porque eu lembro que na minha família, inclusive, que mal entendia o que estava acontecendo, falava que ainda bem que minha prisão havia sido por motivo político. Não havia matado ou roubado, não era assassina, nem ladra. Isso eu ouvi de parentes. Eu fico pensando que esses presos, quando saem, eles estão destruídos. O caminho mais fácil é a reincidência, sem dúvida. É uma instituição que não tem a preocupação de recuperar. Acho que teve um momento, na virada do século, que isso foi possível , até a década de 20, porque a educação lá dentro ainda era voltada para o trabalho, e ainda encontrava correspondência na sociedade, naquele momento. Mas com o grande desenvolvimento do capitalismo, com a modernização acelerada, tudo o que se faça lá, as oficinas, as ocupações que se cansa de ver na mídia, não resolve mais nada. Hoje em dia não tem mais correspondência, está descolada da realidade. Um indivíduo não vai ganhar a vida consertando cadeiras. A adaptação aqui fora acontece excepcionalmente, e então aparece no Fantástico, de ex-presos etc, etc. A mesma coisa acontece nas Instituições para crianças.

Então para nós também, que éramos a classe média, estudantes, de esquerda, com toda uma sistematização diferente daquela realidade, a saída foi dolorosa, ela não foi tranquila, você encontra amigos que mudam de calçada quando você vai passando. Depois eu soube que quase todos que saíram da prisão nesse período tiveram essa dificuldade. Não é que a pessoa esteja te evitando, mas pensa que pode complicar ainda mais as coisas para nós e nós pensamos o mesmo. Então é um tal de evitar quando você tem vontade de abraçar. Isto foi muito doloroso, um negócio muito complicado.

Eu voltei a estudar, não tinha muita opção; Quando você saía, ou estava numa organização e caía na clandestinidade e não era o meu caso, eu era

ampliação de algo que desapareceu ... Enquanto eu estava lá foram acontecendo quedas das organizações , a radicalização da luta; quando saí não tive mais o referencial da militância. Continuei com o referencial da amizade, de amar demais as pessoas com quem eu militara, discutira, fizera política, mas eu já não me relacionava mais com elas porque já estavam em outras organizações. Militantes que eram da Dissidência agora estavam no PCBR ou no POC; em 69 houve esta atomização das organizações, então eu perdi o referencial porque nós éramos um tanto quanto sectários, cada um na sua organização, quanto mais jovens, mais inexperientes, mais sectários, sem dúvida que éramos. Por exemplo, quando eu fui presa, Maria era da AP, quando eu saí Maria era do POC; João era do Dissidência, quando saí já era do POC, ou POLOP, ou ALN, ou VPR, que nem existia quando eu fui presa. Depois já não eram mais referência, “ela” ou “ele” já não eram mais dessa ou daquela, então algumas amizades foram possíveis manter, algumas relações afetivas, outras não. Pessoas caíram na clandestinidade, outras, eu vou recuperar depois.

Para mim a militância no movimento estudantil ficou apagada pela militância que vem depois na década de 70; primeiro a procura pelas pessoas, encontro escondido, fazer de conta que não está encontrando as pessoas. Havia uma pessoa cujo pai tinha uma loja, e hoje eu acho que ele não trabalhava lá, mas ficava lá e de vez em quando eu passava para ele a referência de outra pessoa que queria encontrá-lo. Eu entrava em circuito de novo, isso era o oxigênio.

Depois que saí da prisão, veio o carnaval em fevereiro, algumas pessoas que foram da esquerda apareceram lá em casa batendo panela e fizemos um bloco de sujos. Foi o melhor carnaval da minha vida e eu nem gosto de carnaval, mas nós saímos pra rua , andamos tanto, fomos de onde eu morava até pras Mercês, para praças, e passamos pela avenida, cantamos, na verdade nós nos amamos naquela noite. Eu nunca vou esquecer porque eu não gostava de

carnaval , meu ex-marido também não , mas nós fizemos o carnaval naquela noite de maneira muito gostosa, então eu tenho essas pessoas na minha referência com muito amor . Os anos de 1971, 1972 foram negros mesmo, terríveis, a copa de 70 não vou esquecer nunca. Dificuldade de encontrar trabalho, dificuldade de encontrar as pessoas. Na faculdade foi um negócio incrível, mágico, como eu me dei bem na faculdade. Eu voltei desperiodizada e entrei num segundo ano em 70, perguntavam-me se havia vindo de Ponta Grossa, alguém deveria ter vindo de lá, eu nunca soube. Mas ficavam me sondando e eu dizia que era mesmo daqui, só havia parado no ano anterior. Era ainda o regime seriado em que se ficava quatro anos com a mesma turma, então devagar eu fui abrindo para alguns até que toda a turma ficou sabendo e eu tive uma respeitabilidade muito grande, não tive nenhuma rejeição dentro da turma, a gente sempre desconfiava que um ou outro podia ser policial, mas da turma eu não tive nenhuma rejeição.

Tinha o problema do emprego, era preciso arrumar um emprego, mas não se conseguia. Para se ter uma idéia, em 10 anos, só de emprego com carteira assinada eu tive 12. Enchi uma carteira de trabalho. Arrumava-se um trabalho e de repente se perdia o emprego. Fiz coisas absurdas, perfurar cartão, fazer pesquisa de rua , tentar vender livro, eu dei umas aulas suplementares quando fui presa, mas apenas durante dois meses. Eu já recebera as aulas de uma pessoa que entrara na clandestinidade, e quando eu saí outras pessoas pegaram as minhas aulas. Essa escola foi maravilhosa e infelizmente hoje já não é mais o mesmo dono , que depois foi meu colega de escola, fazíamos faculdade juntos. De vez em quando eu ainda o encontro. Mas pagava uma miséria, pagava atrasado, era uma escola sem muita infra-estrutura. Fiquei fazendo alguns bicos e em 1971 um colega me informou que onde ele dava aulas estavam precisando de professor, então fui dar aulas de história num colégio supletivo, chamado Madureza, pagavam uma miséria também, mas eu estava trabalhando com carteira assinada. Eu me sentia muito bem.

Voltei a ser cidadã, porque você perde completamente a cidadania, é como não ter carteira de identidade, CPF, título de eleitor, se bem que este não valia pra nada porque não tinha eleição mesmo. Tinha as batidas e a carteira de trabalho passou a ser mais importante que tudo, que qualquer documento, naquele momento. Então era importante ter um emprego, além de precisar para sobreviver e ajudar outras pessoas que precisavam se mandar, mas não tinha como fazer finanças naquele momento.

Eu terminei a faculdade assim, na corda bamba, sempre um companheiro avisando ao outro quando havia um “bico”. Uma coisa que marcou muito essa nossa geração, a solidariedade. O que se criou de rede de solidariedade foi muito bonito, que ditadura nenhuma conseguiu acabar.

Depois, em 1973, há o golpe no Chile e as pessoas começam a voltar, a fugir da Argentina, e o Movimento da Anistia estava aí e eu começo a reencontrar as pessoas, começo a saber onde estava fulano, de fulano que fala que outro está preso não sei onde, começa a ser remontada aquela trajetória que era o referencial, o quebra-cabeça começa a ser remontado. Eu entrei de cabeça na militância, na Anistia, no CBA - Comitê Brasileiro pela Anistia.

Nosso comitê era muito bom, tivemos dois bons congressos estaduais, estávamos ainda na ditadura mas já tínhamos refeito os nossos circuitos. O círculo de amizades, de bem querer, era muito interessante. Em toda a turma eu era uma das poucas pessoas casadas, então nós tínhamos uma casa, um endereço certo e sabido, tinha almoço todo dia, jantar todos os dias; depois com o nascimento do meu primeiro filho, em 1971, e em 1976, com a segunda, nós tínhamos uma estrutura. Quando não dava pra fazer nada, íamos lá pra casa beber pinga e bater papo. Quando compramos uma televisãozinha preto e branco, as pessoas iam lá em casa, a gente arrumava a sala, pegávamos os cobertores pra ver filme e beber. Meus filhos têm essa referência. Hoje meus filhos chegam e dizem que encontraram fulano que me conhece e mandou um

beijo. Eles vibram quando encontram os amigos daquela época, que são mais ou menos da minha idade.

Sempre você tira algo de positivo, de tudo que você sofre sempre dá para tirar, não é querer ser Polyana, mas é como dizia Mao Tsé Tung, você tira algo positivo dos reveses da vida, tudo é lucro. A nossa geração, a positividade que nós tiramos, a maior delas, mas não é a única, foi essa solidariedade. Essa coisa de um estar sempre se preocupando com o outro. Fizemos uma vez um reencontro das pessoas que estiveram presas no Ahú, veio gente de todos os lugares, de Santa Catarina, e minha filha foi a única filha presente, ela gostou muito, combinou até em fazer um vídeo junto com uma pessoa do Rio Grande do Sul, acho que delirou um pouco.

Daí fomos remontando outro referencial e você vai percebendo que existem outras possibilidades de militância, as pessoas vão procurar. Alguns criaram creches, outros criaram escolinhas. Todos os que se envolveram contra a ditadura ou a favor de uma revolução socialista, ou a favor do proletariado, não importa a justificativa, o tipo de discurso que usaram, se foi Maoista, Leninista, ou Debreysta, não importa, todos permaneceram no campo da esquerda, e num determinado momento no campo da oposição, na oposição à ditadura, sem dúvida. Aí vão aparecendo brechas, vão procurando, criando brechas. Muitas criadas na marra. Outras foram estapafúrdias, eu achava estapafúrdias. Um grupo se recusava a dar Educação Moral e Cívica, outro dizia “eu vou dar Moral e Cívica e vou fazer a subversão”. Em 1973 eu tinha grandes discussões com um amigo meu, eu dizia que estava com a igreja, meu partido era a igreja, porque naquele momento ela realmente mostrou um grande serviço, o que hoje não ocorre, mas até o movimento pela anistia foi amparado pela igreja, as militâncias vão aparecendo e você vai conseguindo fazer.

Acho também que foi aparecendo um desgaste, o regime conseguiu impor uma derrota a uma determinada forma de organização e foi preciso buscar outras. Não podemos achar que o regime não teve vitória nenhuma.

Lembrar a militância de 68 é muito gostoso, porque pra mim era uma festa. Um dia falei para um amigo e ele disse que a gente poderia escrever juntos sobre o lúdico que foi. Aquela minha militância foi uma alegria muito grande, olhando hoje, até de uma certa irresponsabilidade, porque eu ia para as passeatas na maior alegria; antes da última prisão, eu tinha sido presa duas vezes fazendo panfletagem, então era assim, era presa e era solta, dava a impressão que ia ser sempre assim ... mas não foi..

3.4. DERLEI

Que palavras usarias para classificar os anos de 1964 a 1979? Poderia ser em poucas palavras, mas que dessem conta daquele mundo na época.

1964 foi o corte, a ruptura de um sonho de uma população que dirigia seu próprio destino, que acreditava no seu país e na própria capacidade. O pior crime da ditadura foi matar a esperança de 70 milhões de brasileiros. Ho Chi

Min, líder Vietnamita, lutava e escrevia poesias de amor. Era o ideal da maioria dos universitários.

Como militante naquele período, havia algum ídolo, alguma pessoa ou movimento que te inspirava ou eram apenas as razões políticas que te motivaram à militância?

ÍDOLO NACIONAL - Luís Travassos, presidente da UNE. Era um cara magrelo, despenteado, que dormia toda noite numa casa diferente para não ser preso. O pequeno e heróico Vietnã era o exemplo de resistência, de que era possível lutar de sandália, sem sapatos e derrotar o maior exército da terra. Os estudantes liam Ho Chi Min e acompanhavam a guerra do Vietnã. Quando os Beatles assumiram a luta contra a guerra, foi a loucura total, nós estávamos certos. Eles embarcaram na onda dos jovens e se deram bem. Quem racionalizava, caía fora. Não conseguia acompanhar nem segurar a barra. Era mais paixão do que razão.

Antes de militar politicamente, participavas de algum grupo organizado, seja artístico, cultural, social ou religioso?

Juventude Universitária Católica - JUC. A gente rezava, fazia teatro, recolhia sabonete e pasta de dente para doar aos pobres, participava da campanha de alfabetização. Cada estudante tinha a obrigação moral de alfabetizar dois brasileiros. Eu levava isso muito a sério.

Como tu vias ou te posicionavas em relação às transformações que ocorriam na época, dentro do mundo feminino, tais como independência profissional, a liberação sexual, a participação política?

Nós é que fazíamos as mudanças. As transformações dentro do mundo feminino nós é que fizemos. A gente namorava muito, fazia amor, não havia AIDS, ninguém usava camisinha, tiramos a aliança do dedo e penduramos num cordão no pescoço, cortamos a saia e usamos mini-saia. A gente não mentia para os pais, só não contávamos tudo. Omitíamos. E mesmo que a gente contasse, eles não acreditavam que nós estivéssemos levando a sério e fazendo as mudanças.

Em 1968 as meninas mais certinhas iam para o Serviço Social, dirigido por freiras (funcionava na Mauro Ramos). As ricas iam para a Medicina. Nós íamos para a UFSC. Eu junto. Foi a primeira geração de mulher catarinense a ir para a UFSC. Morávamos no PARAÍSO - uma casa de estudantes, tomávamos banho à noite na beira-mar norte (não era poluída).

Íamos a baile, no Lira, no Doze e todo domingo no Paineiras. Os agentes do DOPS freqüentavam os bailes para ver quem namorava quem.

Fazíamos acampamento na Joaquina nos fins de semana, os rapazes pescavam com arpão, nós cantávamos e todos participavam das tarefas. O ônibus só ia até o centro da Lagoa, que tinha duas casas, o resto do caminho era feito a pé. Todo mundo trabalhava e estudava e ninguém se queixava da vida. Fazíamos muito comício relâmpago, para não sermos presos. Distribuíamos folhetos pela cidade e passávamos as madrugadas pichando muro: VIETNÃ VENCERÁ NA LUTA - ABAIXO A DITADURA - ASSALTO AOS BANCOS PÚBLICOS ESTÃO ROUBANDO A UFSC.

Como poderias descrever a tua vida nessa época junto da tua família?

Eu morava em Florianópolis, a mãe morava na Içara. Eu trabalhava desde os quatorze anos. O pai tinha morrido. Com ela era normal. Os atritos eram com minha irmã. Eu gastava todo meu dinheiro com estêncil, papel, tinta spray. Outra irmã na me emprestava roupas.

Como começaste tua participação política? E a tua entrada nos grupos clandestinos?

Em Içara, com os mineiros do carvão. Eu comecei a trabalhar com 14 anos dando aula no Barracão - uma Vila operária. Os pais dos meus alunos eram mineiros, muitos eram militantes. Eu ensinava eles a ler e eles me ensinavam a lutar.

Como a tua Organização se colocava em relação às mulheres do seu próprio grupo? e as outras mulheres? (tarefas definidas? quais? socialização? hierarquia? igualdade? como te vias como mulher militante?)

Era considerada igual ao homem em direitos, tarefas e deveres. As tarefas internas eram tanto para o homem quanto para a mulher. Na política de integração na produção, a partir de 1969, os militantes foram deslocados para o campo e para a fábrica. Para o campo só podiam ir os casais e rapazes solteiros, porque era assim que a sociedade fazia. As mulheres sozinhas, isto é, solteiras, foram para as fábricas. Como, em tese, a classe operária é a vanguarda da revolução, nós dizíamos que a revolução brasileira ia ser dirigida pelas mulheres.

Na guerrilha do Araguaia participaram homens e mulheres, de maneira igual. Nos G.T.A. - Grupos de Trabalho Armado - todos participaram igual.

O brasileiro não praticava muito o “cavalheirismo proletário”, hora da guarda era igual para todos, cozinhar etc.

Com que palavras definirias tua prisão? E o período em que ficaste presa, é possível defini-lo com algumas palavras? Como teu imaginário trabalhou nesse período, seja em relação às questões políticas ou à tua subjetividade?

Não sei o que você quer saber. Nós tratávamos de derrubar o regime e o regime tratava de nos derrubar. Para a militância é uma “queda” e assim era tratado. Uma ruptura com as tarefas que vinham sendo desenvolvidas.

Para o militante é um momento de definição rápida entre a vida e a morte, no contato direto com o inimigo. Para muitos foi o período de grandeza, de superação dos limites de suas forças. Para outros foi a constatação da fraqueza, de entregar companheiros. Para mim foi um período enriquecedor, pois fui capaz de resistir além da minha própria imaginação.

Não falar, esquecer o que sabia, apagar pessoas, nomes, telefones da memória.

Depois das primeiras torturas eu me lembrava das lições de história da 7 série, dos assírios e dos caldeus. Ficava comparando os métodos. Não havia mudado muito.

O que tu chamarias de resistência individual e grupal, no período da prisão?

RESISTÊNCIA INDIVIDUAL - não falar, não entregar ninguém, superar os limites da dor, podia chorar à vontade, não precisava apanhar sem chorar, mas não deixar-se dominar pelo medo. Colocar o amor pelos companheiros acima do medo da morte.

GRUPAL - a greve de fome, reunir o coletivo, não deixar a repressão dividir a união do grupo. Nós estávamos em várias moças na cela, numa ocasião. Uma delas recebia boa comida, de restaurante, leite, roupas limpas, era bem tratada, pois estava entregando os companheiros. As outras, nós, recebíamos feijão com salitre, uma vez por dia, em lata de azeite. A traidora dizia que a revolução precisava de heróis vivos e não de heróis mortos. Dizia-nos que tínhamos de seguir o exemplo de Galileu, que se retratou.

Tu te sentias poderosa? Afinal, tu tinhas informações que o regime militar queria de qualquer maneira. Isto, em algum momento, te trouxe lampejos de superioridade, ou certeza de que fazias parte de um jogo de poder bem demarcado?

Tão poderosa quanto uma formiga querendo derrubar um elefante. Eu acreditava no trabalho de formiga, ainda acredito, na resistência delas. Não, não me sentia poderosa. Eu só tinha a certeza de que a razão estava do meu lado. Ainda tenho. E o tempo provou que eu estava certa. Cadê os torturadores? Onde estão? Por que não se defendem? Por que não usam as medalhas que ganharam durante a ditadura?

Esta certeza eu tinha, o jogo era bem demarcado. Eles de um lado e eu do outro.

Ainda hoje é assim, pois o princípio a gente não pode trair. Métodos se modificam, princípios não.

Como definirias teus torturadores emocionalmente, racionalmente? Pensavas em virar o jogo? Sentias diferença de tratamento pelo fato de ser mulher?

Major Valdir, Capitão Dalmo - eram frios, racionais, metódicos, acreditavam no que faziam e acreditavam que lutavam para defender o país do comunismo.

Capitão Homero, Capitão Albernaz - eram desequilibrados emocionalmente. Eram sádicos. Gostavam de ver a pessoa sofrer, berravam feito loucos, se desestruturavam facilmente.

Capitão Maurício Lopes Lima - era doente. Sentia prazer em torturar. Sentia mais prazer em torturar do que na relação sexual, ele mesmo falava. Era o mais perigoso e responsável por mais mortes.

Eles torturavam tanto os homens como as mulheres. Não tinha diferença.

Havia luz no final do túnel?

Havia. O mais bonito daqueles tempos é que a gente acreditava, sonhava, não havia este desânimo de agora. A morte não era o fim de tudo. Tiradentes morreu, mas a independência foi feita, não foi?

Nós líamos muito Júlio Fuck, e sua carta antes de morrer. A Alemanha e o Nazismo foram derrotados, não foram?

Os cristãos foram comidos pelos leões, mas a vitória final foi do cristianismo, não foi?

Era assim que a gente pensava. Era por isso que a gente não desistia. A repressão não mata os sonhos. A repressão só quebrou quem não sonhava ou queria a vitória rápida.

Eu fiquei em conflito na copa de 1970. A vitória da copa de 1970 fortaleceu a ditadura, foi um anestésico para o povo e o Pelé foi o instrumento do Médici. Eu chorei. Eu queria que o Brasil ganhasse e queria que ele perdesse.

Seria possível com poucas palavras definir as conseqüências da tortura sobre ti?

É permanente. Tenho horror de ficar sozinha, não durmo de luz apagada, sinto dor ao falar do assunto. As marcas ficam. Você leu a carta que eu mandei para o Jarbas Passarinho? Lá eu respondi.

Dá para descrever o que sentiste ao sair da prisão em relação à luta política, aos que te recebiam, à tua subjetividade?

Alegria por estar viva e não ter traído. Em relação à luta, mais firme, sentia mais medo também. Agora eu sabia como era a tortura. Tinha muito pesadelo. Sonhava acordada que andava numa estrada lisa como folha de papel e um trator vinha e enrugava tudo. Era um peso. Ia andando pela rua e uma enorme impressão digital vinha descendo, pesada, a ponto de me esmagar.

Uns tinham pena, outros tratavam-me como herói. Fiquei com raiva de um companheiro, o Freitas. Na OBAN, uma noite, o guarda perguntou se a gente não ia até a cozinha fazer um cafezinho. Estava tudo calmo. Eu e outra menina fomos fazer café. Ela levou café para os presos e eu fiquei lavando as xícaras. Nisso chegou o capitão Maurício com presos novos. Sem pensar peguei uma bandeja e levei café até a sala do interrogatório.

Precisamos lembrar que eles não deixavam um preso ver o outro.

Quando entrei na sala com o café , o capitão Dalmo quase teve um ataque.

Gritou: “Tira esta mulher daqui”. Eu realmente não sei o que me deu, nem como tive coragem, não analisei nada, nem foi planejado. Ofereci café para o preso e para o capitão. Ou seja, cortei o impacto da prisão, o melhor momento para eles no interrogatório, quando ninguém viu o preso. Era o “armeiro” da ALN, do grupo Marighella. Dois meses depois ele me viu e beijou minha mão, dizendo que eu tinha salvado a vida dele. O Freitas disse que eu não devia fazer o cafezinho. Eu perguntei se fazer ou não café de madrugada era questão de princípio .

Ele disse que era conciliar com a repressão.

Seria possível dizer que ali estava um outro sujeito? Por quê?

Sim. Às vezes eu acho que era outra pessoa. Aguentar a dor daquele jeito, não perder a fé nos homens. Era como se eu estivesse petrificada. A agilidade de raciocinar para responder.

A paciência de ficar dias e dias sozinha, numa cela sem enlouquecer.

Eu me sentia leve porque não tinha de tomar decisões. A decisão a gente toma na hora de ser presa. Eu já tinha tomado a minha.

Só quem já foi torturado sabe o que é.

Houve resgate da militância anterior? Paraste? Passaste para uma outra forma de militância?

Sim, não e sim

Houve análise de militância e do comportamento na prisão em São Paulo e fui deslocada para a Bahia - para a construção das bases móveis da Guerra Popular e Prolongada, preparada na China.

Era uma “promoção” , não houve uma parada para ver as consequências psicológicas da tortura.

Saí da cadeia na semana da Páscoa de 1970 e militei no Nordeste até dezembro de 1971, quando fui deslocada para Londrina.

Em 1973, eu já tinha deixado o Zé no hospital em Londrina, queriam me mandar para morrer “heroicamente” no Araguaia. Daí eu disse que queria reencontrar primeiro o meu filho.

Como defines, hoje, com poucas palavras, a tua identidade?

Fiz o que eu tinha de fazer na hora necessária. A minha geração tinha sonhos grandiosos de fazer um país melhor para viver, de derrubar uma ditadura. Não é nada parecido com a luta de hoje. Tudo era arriscado. A gente arriscava a vida para imprimir o Jornal LIBERTAÇÃO e distribuí-lo clandestinamente. Sou fruto dessa geração que lutou sem pensar nos riscos e nos perigos, sem pretensão de enriquecer, graduar-se, ter uma vida confortável.

A nossa não era uma luta econômica ou eleitoral. Era política e ideológica.

Sou uma pessoa que acredita no socialismo, distingo a luta de classes da luta econômica, aprendi a romper tabus, enfrentei a vida sozinha.

Estes dois sujeitos, aquela que foi presa e a de hoje, como se relacionam? Algo de novo apareceu? Como classificarias este algo novo?

Acho que se relacionam bem, e aquela que foi presa passa por cima da de hoje muitas vezes. Eu preciso fazer móveis para o quarto, mas preciso ir a Belo Horizonte numa reunião. Vou para Belo Horizonte. Como não há dinheiro para as duas coisas, os móveis do quarto estão esperando até hoje. Nas férias eu posso ir para a Lagoa da Conceição. Me enterro nos arquivos do DOPS, em Curitiba e São Paulo, lendo milhares de pastas empoeiradas buscando informações sobre meus companheiros.

O Nilmário telefona pedindo para eu fazer uma pesquisa. Falto ao serviço e cumpro primeiro a tarefa.

Hoje estou mais amadurecida, tenho mais informações, sou capaz de analisar uma questão mais profundamente. Não sei se há algo novo. Só que às vezes aqui em Santa Catarina eu me sinto um ET, parece que tem gente que nunca ouviu falar nisto. Outras pessoas não gostam porque a consciência pesa.

O Zé, meu filho, gostaria que eu vivesse mais hoje e não tanto no passado.

Mas se eu não falar nos meus amigos que morreram, quem vai fazer?

3.5. MÁRCIA

Pelo Presídio Tiradentes eu tive duas passagens. A perspectiva de ir para o Tiradentes iluminava com certa alegria o meu espírito. Talvez fosse o fim da violência física. Minha saúde não ia bem e eu temia não aguentar mais.

Para transportarem-me do Largo General Osório (endereço do DEOPS) ao Presídio Tiradentes (a um quilômetro e meio de distância), foi montado um forte e espalhafatoso esquema, havia algo de paradoxal e muito de ridículo: todo aquele aparato de homens armados até os dentes, homens grandes, fortes, de

ombros largos, de capacetes, cassetetes, revólveres, pistolas, fuzis, metralhadoras - e a ajuda de alguns cães pastores - cercando a entrada do DEOPS, aguardando a saída da “terrorista”. A porta se abre e, de repente, sai aquele fiapo de gente, quase apenas pele e osso, pálida pelos meses sem sol, e com os braços algemados para trás. Era eu.

Menos de 24 horas durou minha primeira passagem pelo Tiradentes. Sem saber qual seria meu novo destino, fui jogada numa caminhonete fechada tipo furgão. Ia ali, sentada de lado, jogada para frente e para trás em consequência da alta velocidade. Chegamos, por fim, no Quartel da Sétima Companhia da Guarda, onde me esperavam o juiz auditor, o oficial de justiça e militares da Auditoria de Guerra. Informaram-me, então, que seria levada no dia seguinte, pela primeira vez, ao Tribunal Militar, o que significava o fim, de fato e de direito, da minha incomunicabilidade.

Já quase meio ano havia passado, desde a minha prisão, e só então eu pude ver a minha família e ter contato com meu advogado. Isso foi maravilhoso.

Nem sei dizer quanto tempo eu passei naquele quartel, talvez mesmo pela solidão e pelo distanciamento dos anos, eu não consiga precisar exata ou aproximadamente a passagem do tempo. Pequenos momentos poderiam me parecer eternidades e algumas semanas ou meses, de repente, se esfumavam. Acredito que também meu estado de debilitação física e a constante mudança de local de prisão ajudaram a embaralhar o tempo em minha memória. Mas esquecer eu nunca quis. E não quero.

.....

Eu tive uma crença incrível. Fui torturada com prazer interno, interior de estar tendo aquele comportamento, e era minha obrigação. Eu senti que tinha um poder enorme e eles me odiavam por isso, porque eu dizia muito isso, eu desmontava o torturador, eu tinha uma moral impressionante. Eu dei neles, eu

lhes falava com desprezo. Tanto é que eles diziam que eu era “macho”. Falavam com respeito de mim. No fim eles me respeitavam.

Tinha outra história que é mais incrível, eles achavam que eu tinha um professor de Yoga, que eu era valente, que não tinha dor física. Eu convivo muito bem com a dor. Posso estar morrendo de dor, mas saio para a rua e faço minha vida normal.

Nas sessões de tortura, eu até urrava de dor, não é assim também, mas só que eu tinha aquela satisfação íntima de não estar entregando ninguém. Era uma coisa assim de saber que a gente ia vencer. E eu ainda acredito nisso.

Eu disse pro meu irmão, quando ele estava no hospital, no ano passado, quando ele estava muito mal, foi operado e foi pra UTI, que nós continuamos vivendo , porque temos esperança, a gente não está com medo da realidade. Tem uma frase do T.S.Elliot que diz que a humanidade não está preparada para o excesso de realidade.

.....

Essa coisa de avanços da revolução, do humanismo, era isso que me norteava. Na cadeia houve mulheres que me rechaçaram, porque elas eram militantes de “dentro de cela”, eu achava um absurdo, usar camiseta de “time”, coisa que eu não era. Quando voltei, comecei a trabalhar com a comissão de familiares dos desaparecidos, muito trabalho com a América Latina. Mesmo muito mal eu me integrei e não via muitas dessas mulheres.

Isso acontecia muito dentro da cela e eu sofri muito. Era um teoricismo e eu não fazia parte disso, eu não aceitava. Queriam que eu fosse pra auditoria, batendo no peito e dizendo que era uma militante socialista ou comunista. Eu dizia não, que o papel do revolucionário era na rua.

.....

Foi muito traumatizante a volta, coisas desta natureza. Muita gente não quis me ver, porque tinham sido cooptados pelo sistema, gente que era simpatizante, enfim, teve tanta coisa. Mas na cadeia foi mais terrível ainda. Disputa entre grupos, elas faziam proselitismo político dentro da cela, coisa de movimento estudantil, eu não aceitava isso, então me olhavam de uma forma... Tanto é que quando eu saí no seqüestro, essas pessoas não me cumprimentaram, não se despediram. Achavam que eu devia ter o comportamento que elas achavam que eu devia ter. Eu achava que eu devia ter o meu comportamento.

.....

Mas a tendências dessas mulheres era manter a disputa política do seu grupo de origem dentro da cela. Não era lendo documento dentro de cela que eu optaria. Então pra elas eu tinha uma falha de comportamento, eu era, digamos, uma simpatizante, talvez, eu não era uma militante e elas, pelas simpatizantes, não tinham nenhum respeito. Nunca fui sectária e eu fui pra cela das simpatizantes. Uma vez veio uma militante da OBAN dizendo que lá sabiam que eu estava na cela de “apoio”, e eu dizia que o triste não era saberem na OBAN que eu estava na cela de apoio, mas sim que havia “cela de apoio”, essa divisão.

Mas na prisão do Tiradentes acabei estabelecendo alguns laços com os presos comuns, que me facilitavam o contato com meus companheiros na ala masculina. Aprendi o alfabeto dos surdos-mudos e a usar a “teresa” - um fio com um peso numa das extremidades que servia para transportar bilhetes, chamado na gíria carcerária de “papagaio”. Em qualquer situação de ameaça, pela chegada de alguma autoridade carcerária, usávamos a expressão “pintou sujeira” ou simplesmente “sujeira”.

Até apelido os presos comuns me deram, como “Bonifácio”. Era assim que me chamavam das suas celas, para evitar que descobrissem que era a mim a quem se dirigiam, caso alguma autoridade estivesse me visitando na hora em

que tentavam falar comigo, pois do local onde estavam alojados, não dava para ver ou saber se eu estava sozinha ou não

Nessa época o meu grupo estava esfacelado, mas dentro da nossa Organização havia uma coisa que era muito bonita, uma coisa de que íamos militar no movimento revolucionário. A gente tinha fé, tesão, era paixão. E isso era no mundo todo; teve o maio de 68, se não houvesse nada no Brasil seria muito estranho; tinha Argentina, Colômbia, Guatemala, tinha movimentos por todo o lado, tinha o Chê na Bolívia, que tinha morrido já nesse período de 68. A Morte do Chê nos deu mais ódio, um ódio do Imperialismo, nos deu ânimo. Hoje em dia ninguém mais fala, nem sabem que existe, não há mais nacionalismo. E a globalização não é nada mais que o sistema capitalista que está num outro processo, nos seus estertores, e esta é a saída. Os grandes empresários e as grandes multinacionais estão sendo eliminados. No fim é como se fosse um escorpião que se suicida.

.....

Mas esses choques que haviam dentro da cela, eu via que aquelas mulheres estavam equivocadas, e elas deviam me ver não sei de que forma. Cada um vê a revolução à sua maneira, a minha maneira de ver a revolução é esta que eu vejo até hoje. Todo mundo muito mais unido e fazendo a revolução de uma forma bonita. Porque pra mim a revolução social é a revolução pelos pobres, é pelo povo, não é uma coisa de elite.

.....

Mas havia os pseudo-intelectuais, muitos militantes que eu não suportava, desse tipo que não lê, mas cita. Então eu tinha um horror porque entrávamos em choque de concepções. Mas eu tinha mais amor pela verdadeira luta que eu considerava e na qual estou até hoje, de uma certa forma, lutando, acho que eu tenho uma coerência. Agora aos 57 anos eu vou criar crianças, o homem novo,

talvez seja uma pretensão minha, mas nesta crise de valores e conceitos que nós vivemos é necessário dar novos valores, até trazer alguns antigos valores.

.....

Trabalhei com muitos artistas plásticos. Houve um momento em 68 que foi fantástico. Tudo acontecia, o teatro foi uma exuberância, tudo era diferente. Houve o movimento da Tropicália, houve tanta coisa, foi tão criativo.

Quando o pessoal começou a ser preso, eu tinha certeza de que nós libertaríamos os companheiros. Tanto é que quando eu fui presa - eu fui a primeira mulher a ser presa e a 5ª pessoa da luta armada, eu estava tranqüila - eu dizia para os que nos prenderam, que eles iriam apodrecer, que eles faziam parte de uma engrenagem que estava fadada a morrer, que eles eram apenas um parafuso. Eu acreditava no processo e isso dava satisfação. Eles nos perguntavam por que não ficávamos com o dinheiro, para eles era assim, e eu dizia que aquilo não era para nós.

Então esse orgulho, essa satisfação, eu tinha, sabia que ia sair, ia ser libertada. No primeiro seqüestro, meu nome estava na lista dada pela polícia aos jornais, mas eu não saí ; no segundo eu não saí mas o meu nome novamente saiu nos jornais como uma das prováveis. Eu saí no terceiro seqüestro, do embaixador alemão. Então havia toda essa certeza, essa confiança. Se eu acreditava que eu ia sair, por que ia fazer pose na auditoria?

É isso, a minha participação veio com a minha militância dos 3, 4 anos de idade contra a Ditadura de Vargas. Não foi do movimento universitário, nem porque meu namoradinho era militante, não foi por uma série de razões. Foi uma coisa muito anti-ditadura mesmo, anti-fascista, por um Brasil grande e bonito, antes de tudo.

.....

De uma certa maneira eu nunca fui amarga após o período da prisão. Por causa disso, talvez, hoje eu seja mais agitada, mas vivi aqui sozinha, eu brigo por causa dessas coisas, mas não sou assim...

.....

Agora eu acho que tem uma coisa que é muito saborosa, muito boa, muito bonita, que eu gosto, é que eu digo que tudo valeu a pena. O Pessoa que utiliza num poema dele, que é um dito popular português, “que tudo vale a pena se a alma não é pequena”. Bem, acho que nesse caso a minha alma não foi pequena, eu acho que tudo valeu a pena, eu não seria, eu estou escrevendo sobre isso, eu não seria a mesma pessoa, mas uma outra qualquer. Eu acho que eu teria que ter essa história, que é o que enriquece qualquer um.

.....

Então não tenho nada em relação ao passado que não seja de orgulho desse passado, orgulho no bom sentido, não orgulho de vaidade, mas de satisfação de ter vivido tudo isso. De repente eu estou tentando me burilar. É o exemplo da minha mãe, do meu pai.

.....

Agora eu não soube trabalhar a perda dos meus companheiros, isso não, confesso que eu não soube. É muito doloroso, é muito doloroso e revoltante. É mais sofrido ver alguém ser torturado do que ser torturado. É terrível alguém ter sido morto pela repressão. Isso me dói. Eu fui muito sofrida, me traumatizei muito. Acho que a seqüela maior tenha ficado aí, por essa razão, foi muito no emocional, foi muito, muito vibrante, muito sofrido.

Eles diziam, eles queriam mostrar que eles eram vitoriosos, eles estavam matando, eles diziam isso por perceberem como me atingiam e como eu estava, na época, nas mãos deles...

.....

Na verdade, eles (os torturadores) falavam horrores para mim e eu não respondia. Quando eles diziam que tinham matado alguém, com satisfação, eu lhes dizia que eles eram infelizes, que eles não iriam nos exterminar, eu tinha essa vontade de enfrentá-los. .. e isso foi muito doloroso... as perdas... a gente não estava preparado para o excesso de violência, eu estava preparada para o excesso de realidade...

Mas o sonho ainda não acabou... são passagens... porque a história tá aí...

.....

Mas o interessante é que numa madrugada eles me chamaram para torturar - eu passei por três fuzilamentos simulados, uma vez na estrada, duas vezes dentro da PM. Nessa ocasião, eu falei pro general que naquele momento ele era meu carcereiro, mas que, no entanto, na família dele tinha gente que pensava igual a mim, isso na presença dos tiras e de todo mundo.

Eu usava “você” para os juízes, generais, eu queria estar superior a eles, queria ser a pessoa firme, disposta, porque eu queria mostrar a eles que eu estava bem, embora me encontrasse naquela situação. Agora, com isso eu sofria muito mais, mas em compensação eu me preservava. Sofria muito sim, eu os provoquei muito, mas era uma coisa muito importante para mim, que eu estivesse inteira na presença deles, preservava a minha integridade.

Depois quando saí e relaxei, depois veio à tona... a gente é forte e fraca ao mesmo tempo, não apenas as mulheres, o ser humano...

Mas sabe que a minha fragilidade me dá a essência da vida, ela me mostra como eu ainda sou sensível, que ainda sou humana, que eu não deixei me endurecer, “no perder la ternura jamás”.

.....

Mas havia, no momento da tortura, no porão do DOPS, havia também muito amor, muito amor, uma coisa muito bonita. Não havia uma coisa partidária. A gente estava junto, sofrendo igualmente. Havia coisas muito bonitas também.

Na madrugada em que saiu a lista dos presos que seriam libertados em troca do embaixador alemão, foram abraços, choros e risos incontidos. Meu nome e o da “tia”, uma pernambucana presa no Vale do Ribeira, com seus três netos e um filho adotivo, acusada de ser “costureira do Lamarca”, faziam parte dela. Os companheiros mais próximos comunicavam-se conosco para as despedidas. Os presos comuns também. Carcereiras e funcionárias vinham a todo instante demonstrar sua satisfação, e algumas nos abraçavam sinceramente emocionadas. Quando vieram nos chamar, é um só grito de alegria. Homens e mulheres dos pavilhões I e II iniciam “A Internacional”, depois seguiu-se o que se tornara nosso hino: a “Suíte dos Pescadores” de Dorival Caymmi. Minha emoção era enorme. A homenagem ou cerimônia de despedida começara na ala feminina e quando passamos sob as janelas do pavilhão masculino, fomos saudadas por orquídeas, jogadas através das grades. Recolhíamos as flores e acenávamos. Jamais, jamais enquanto estiver viva, apagarei da memória esta bela lembrança, experiência muito difícil de transmitir. A emoção é muito mais forte. A imagem permanece com todas as cores. Nada esmaeceu. Era a vida posta à prova.

.....

Na militância muita gente caiu de pára-quedas, achou bonito, estava deslumbrado, mas teve muita gente conseqüente.

Eu vinha do MNR, junto com o pessoal que saiu do Grupo dos 11 e formamos o MNR, depois fomos formar a VPR - Vanguarda Popular Revolucionária.

.....

Buscávamos formas de fazer as “ações”, algumas a gente fazia procurando o respaldo da população, outras não. As de banco não, e era unicamente pra nossa estratégia, para montar os aparelhos, manter o pessoal, montar o campo, enfim .

Tínhamos uma determinação, a gente acreditava muito, nós éramos quase infalíveis, nós éramos incapazes de imaginar, não tínhamos idéia do que eles seriam em relação a nós. Fazíamos treinamento de tiros, eu fui treinada pelo Lamarca.

Mas acho que valeu a pena, se a gente não tivesse feito nada ontem... tínhamos que responder, marcar.

.....

A Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos está trabalhando em cima dos relatórios. As famílias montam relatórios que vão investigar como é que a pessoa morreu, as verdadeiras causas das mortes de cada um, buscando todas as informações e montando os dossiês, que vai ser a verdadeira história desse período.

As coisas agora começam a aparecer. O filho de um casal amigo está aprendendo no livro de história, na escola, tudo das ações, da VPR, e ela falou para ele sobre mim...

Capítulo 4

UM OLHAR PARA AS NARRATIVAS

“Consideramos o fato de que o dizer é aberto. É só por ilusão que se pensa poder dar a palavra final ! O dizer também não tem um começo verificável: o sentido está (sempre) em curso”¹.

Neste capítulo pretendo localizar rapidamente essas mulheres no seu contexto histórico e focalizar, nas suas narrativas, alguns temas recorrentes ou não, articulando-os com as questões teórico-metodológicas propostas neste trabalho.

No período da ditadura militar no Brasil, encontram-se na disputa do cenário político a “legalidade”, praticada e difundida pelo grupo então dominante no poder, e o “terrorismo” ou a subversão, praticados pelos grupos clandestinos da esquerda organizada. Ao divergir da ordem autoritária da ideologia oficial, a esquerda disputa a legitimidade do seu projeto. Para o regime, tal disputa representa um desafio e uma ameaça à sociedade, à ordem. Nesse confronto, permeado pela violência e arbítrio, à esquerda não resta alternativa a não ser entrar para a clandestinidade. Com esse procedimento, está já estigmatizando para a sociedade a posição de transgressores da ordem política

e social do país - propaganda veiculada pelo novo governo de todas as maneiras possíveis.

O que fazia com que parte de uma geração abrisse mão das possibilidades de liberdade, das oportunidades culturais que se colocavam nos anos 60 e 70, e partisse para uma militância profundamente disciplinada, militarizada, quase toda baseada no centralismo democrático, negando de forma veemente o “comodismo burguês”?

Remontar aos anos 60 é mergulhar nas águas revoltas e exuberantes da mudança, da liberdade, do querer transformar o mundo. O Brasil juntava-se a outros países, sejam capitalistas ou socialistas, que não se acomodavam calmamente à nova ordem estabelecida pela política da Guerra Fria. Era necessário que se acomodassem os movimentos contestatórios que punham em risco essa nova ordem - contestatória do novo, da democracia, da participação, do diferente, da sexualidade, da liberação dos costumes, da arte e da cultura engajadas.

Vejamos o que nos diz o sociólogo Betinho:

“... em 1964 a nação recebeu um tiro no peito. Um tiro que matou a alma nacional. Os personagens que pareciam fazer parte da história natural brasileira ou da história do Brasil, como nós imaginávamos, estes personagens, de repente, sumiram. Ou fora do poder, ou presas, ou mortas. E em seu lugar surgiram outras, que eu nunca sequer percebera existir. Atores bárbaros que eu nunca tinha visto. Idiotas que nem mereciam ser notados. De repente eles eram mais que donos do poder, eram donos da realidade ! Aí me veio a percepção clara de que o Brasil havia mudado para sempre (...) havia sido cometido um assassinato político. Ali morreu um país, morreu uma liderança política de um período histórico do qual jamais você vai se recuperar nos mesmos termos (...)

¹ ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação* : autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis : Vozes, 1996.

não se matam somente as pessoas, também se matam os países, os processos históricos”².

Essa visão expressa pelo Sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, traduz um anseio de uma parte da população; no entanto, outras visões também refletem outros anseios, como a do General Gustavo Moraes Rego:

“... a Revolução pensava em deter o comunismo desse pessoal, a característica comum era o anticomunismo, era a posição exacerbada deles, ideológica também. Isso realmente deu coesão às Forças Armadas quando nós sentimos o processo subversivo atingir o sargento, as nossas unidades, as nossas organizações”.³

Poderíamos refletir nesse contexto quem seriam essas mulheres, presas-políticas, que ousaram desafiar junto com seus companheiros militantes a ótica política e moral dos anos 60 e 70 ? Que contexto foi esse em que se inseriram, optando por uma nova filosofia de vida, uma nova política de organização social?

Voltemos nossos olhares para o Maio de 68 na França, não apenas para os estudantes, com palavras de ordem que tiveram eco entre toda a juventude do mundo: “A imaginação no poder!”, mas também para os milhares de operários, que num movimento grevista paralisaram todo o sistema produtivo francês; olhemos para a resistência vietnamita aos ataques norte-americanos; para a Primavera de Praga, que apontava medidas democratizantes na ortodoxia do Partido Comunista; para os Panteras Negras nos Estados Unidos; para a Revolução Cultural na China; para a Revolução Cubana em plena América Central. Eram movimentos que despertavam dissidências e esperanças na esquerda brasileira.

² BARROS, Edgard Luiz de. **Os governos militares**. São Paulo : Contexto, 1991. (Repensando a história)

³ Depoimento do General Gustavo Moraes Rego Reis, ver: D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso (orgs.) **Visões do golpe : a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1994. P. 60

No Brasil, o Estado militarizado, planejado através da Escola Superior de Guerra, forjou a sua formação teórico-metodológica e iniciou sua estratégia de tomada e manutenção do poder.

O ano de 1964 é para os militares um momento ímpar para a construção do seu projeto de um Estado de Segurança Nacional, engenhosamente arquitetado para combater fundamentalmente o que era classificado pelo novo regime como o perigo interno, representado pela ameaça comunista. Assim, o tripé formado pelas idéias de DESENVOLVIMENTO, SEGURANÇA NACIONAL E REPRESSÃO POLÍTICA passou a ser parte integrante da nossa história política recente. No embate com as forças da chamada “esquerda revolucionária”, a Escola Superior de Guerra usou de todo o seu conhecimento adquirido em anos anteriores e que foram se ajustando à medida que esse confronto se radicalizava.

Com uma estrutura extremamente forte e orgânica, o sistema envolvia as grandes redes de comunicação escrita e falada, embrenhando-se nos ramos de publicações, debates, filmes, peças teatrais, desenhos animados e em projetos de alfabetização⁴.

Ainda na concretização desse projeto, os militares se utilizaram da censura, da prisão e da tortura e aniquilaram o potencial “inimigo” que resistia ao projeto desenvolvimentista brasileiro associado ao capital internacional.

Ao longo do período 1964/1968, o sistema de informação e repressão assumiu um caráter determinante, especializando-se, sofisticando-se e espalhando os seus tentáculos por todos os órgãos e instituições ao nível macro e micro da sociedade. No topo dessa estrutura estava o SNI – Serviço Nacional de Informação, que espalhava sua rede por diversos centros de informações, como o CIE – Centro de Informações do Exército; CENIMAR – Centro de

⁴ DREYFUSS, René Armand. 1964, *a conquista do Estado : ação política, poder e golpe de classes*. Petrópolis : Vozes, 1981.

Informações da Marinha; CISA – Centro de Informação Social da Aeronáutica; a Polícia Federal ; as Polícias Militares. Em 1969 é lançada em São Paulo a OBAN – Operação Bandeirantes, financiada por setores do empresariado paulista para centralizar toda a operação repressiva naquele Estado. Em 1970 são criadas as Delegacias de Ordem Política e Social, os DOI – CODIS

Com a reação dos grupos da esquerda organizada, a cada revide o regime militar também aprimorava as suas leis e técnicas de enfrentamento, institucionalizando a tortura como método científico. Ela foi incluída em currículo de formação de militares, com aulas práticas, tendo presos políticos ou mendigos como modelos⁵.

Apresentam-se para os militantes de esquerda situações de clandestinidade, de tortura e prisão. Conscientes dessa perspectiva, as organizações se orientam dentro de um quadro ético que norteia o comportamento dos militantes nessas situações extremas.

Era o momento da ousadia, da coragem, da audácia, onde, como dizia Derlei: “Quem racionalizava caía fora. Não conseguia acompanhar nem segurar a barra. Era mais paixão do que razão”. “... uma população que dirigia seu próprio destino, que acreditava no seu país e na própria capacidade”⁶.

No campo das esquerdas organizadas, a quantidade de grupos existentes ultrapassavam a casa das quatro dezenas, constatados através de 707 processos reunidos na íntegra para o estudo da pesquisa “Brasil Nunca Mais”, da Arquidiocese de São Paulo⁷.

Na confusão que se instala no mundo nessa década, o que está claro para as esquerdas é que existiam muitos socialismos, mas isso não significava, para uma grande maioria, a possibilidade de soma; ao contrário, significava a

⁵ **Brasil nunca mais** : um relato para a história. São Paulo : Arquidiocese de São Paulo ; Petrópolis : Vozes, 1985.

⁶ Depoimento de DERLEI, ex-presa política entrevistada nessa pesquisa.

⁷ **Brasil nunca mais**, idem

exacerbação das divergências, e elas residiam, principalmente, em três questões: no caminho estratégico proposto pelos partidos marxistas para a consecução das transformações apontadas como necessárias para a sociedade brasileira; na tática a ser aplicada em cada momento histórico, e no programa propriamente dito, de cada agrupamento.

Assim, proliferavam-se as organizações de esquerda: PCB – Partido Comunista do Brasil; PCdoB – Partido Comunista do Brasil; AP – Ação Popular; Organização Revolucionária Marxista Política Operária – POLOP; ALN – Aliança Libertadora Nacional; PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário; MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro; VPR – Vanguarda Popular Revolucionária; Ala Vermelha; MNR – Movimento Nacional Revolucionário; Var-Palmares. Organizações ligadas à Igreja: JUC – Juventude Universitária Católica; JAC – Juventude Agrária Católica; JEC – Juventude Estudantil Católica; JOC – Juventude Operária Católica.

No meio estudantil essas forças políticas têm forte espaço de penetração, demonstrando o clima mobilizante da época. Era uma juventude que pensava que a revolução estava ao alcance das mãos, mas não estava. Segundo Perroni: “...em 68 esperávamos um parto e houve um emprenhamento. Aguardávamos uma colheita e tivemos uma sementeira; pretendíamos explodir o mundo, virá-lo pelo avesso. Nada disso aconteceu, mas algo teve início”⁸.

Era assim o momento, quando discutir o uso do anticoncepcional era, para essa juventude, uma questão nacional. A profunda liberação sexual facilitada pelo uso da pílula e o movimento feminista levantando bandeiras de participação feminina e igualdade entre os gêneros batiam de frente com preceitos moralistas da sociedade.

“Proibido proibir” e “A imaginação no poder” eram frases levadas da França para a juventude de todo o mundo, pregando o máximo do prazer de ser

livre e autônomo, ser dono da sua vontade, a valorização do corpo, da sensibilidade, da sexualidade, da intuição, rasgando o tradicionalismo. Mas essas iniciativas liberalizantes da juventude confrontavam-se no âmbito das próprias organizações de esquerda que, na sua grande maioria, ainda mantinham um padrão de preceito moral bastante estreito⁹.

Era uma juventude que vivia e respirava política, e por isso separava o que era política do que não era, o que era engajado do que era alienado. Os primeiros, os bons; os segundos, os desprezíveis. Predominava assim o comportamento doutrinador, o discurso feroz contra a ditadura, aquele que conscientizava na “porrada”. Criavam-se os “rótulos” sob os quais praticamente todos podiam ser enquadrados: “revolucionários”, “simpatizantes”, “revisionistas”, “reformistas”, “basistas”, “engajados”, “alienados”.

A perspectiva militarizada e doutrinadora da maioria das organizações de esquerda criava um clima de divisão entre a juventude militante engajada e os inimigos – os alienados. Em geral, a “organização” era a família do militante, por onde até passavam muitos dos casamentos, das festas, dos grandes amigos, sendo que, em muitos casos, a ruptura com a “organização” era muito dolorida.

Em 1967 inicia-se o trabalho de guerrilha urbana. A decisão de assumir o compromisso prático com a luta armada dá-se em face ao total fechamento da ditadura militar. A esquerda organizada intensifica o processo de ações “expropriatórias” para a formação de fundos que iriam manter as ações armadas, fosse através de assaltos a bancos, confisco de dinamites, expropriações de máquinas gráficas, assalto a arsenais de armas do Exército, ou de lojas revendedoras de armamentos. O objetivo era intensificar a luta armada e a propaganda revolucionária.

⁸ PERRONE, Fernando. *Relato de guerras* : Praga, São Paulo, Paris. São Paulo : Busca Vida, 1988. P.18

⁹ PERRONE, Fernando, *idem*

A repressão fechava o cerco, era o tempo do terror, quando cada olhar na rua era sentido como um possível sinal de reconhecimento e delação. A tortura institucionalizada era mantida em silêncio pela censura total aos meios de comunicação. Os porões do SNI fervilhavam de prisões arbitrárias.

Uma pessoa que nunca tenha vivido essa situação jamais vai conseguir sentir o que essas mulheres, que viveram esse período da história como militantes e presas políticas, carregam, hoje, dentro de si. O historiador que entra em contato com essa dor, que a razão não consegue controlar, fica contaminado por ela e precisa começar a elaborar essas histórias. Mas o indizível é dito e constitui-se de construções culturais de palavras e idéias; o esforço para contar o incontável constitui-se em narrativas interpretáveis¹⁰.

¹⁰ PORTELLI, Alessandro, op. cit.

O ESPAÇO DA MILITÂNCIA

Ao falarem sobre sua militância, as mulheres entrevistadas também mostraram as suas especificidades, construções que foram se elaborando com o passar dos anos, depois que essas ações ocorreram. Suas representações foram construídas tendo como referência sua história de vida, o seu equilíbrio psicológico, a forma como posteriormente processaram a experiência vivida na prisão.

O relato feito por Clair sobre a sua militância é marcado por dois momentos distintos: o primeiro, quando inicia sua fala, localizando-se no mundo da militância nos anos 60, re-ambientando-se no seu grupo de pertencimento, retomando os princípios políticos do seu grupo, suas regras de organização interna, suas exigências, que criavam uma relação corporativa entre os militantes.

Ao fazer esses relatos, Clair destaca as investidas dos representantes da ordem política dominante sobre os grupos de esquerda, com objetivo de neutralizar e dismantlar a organização, a disciplina e a obediência coletiva aos princípios dos grupos da esquerda. Há momentos, no seu relato, em que ocorre uma transposição temporal, como se a narradora vivenciasse naquele exato momento a presença dos companheiros de militância, o significado profundo daquele relacionamento, e isso ela manifesta com expressão grave: “aqueles companheiros realmente eram companheiros e permanecem companheiros.”

Sua narrativa deixa transparecer a solidificação da memória no tempo, num esforço contínuo de reconstrução de sua identidade, que mantém parte de suas referências mais firmes naquela história vivida no passado. É como se se opusesse à construção de uma história oficial, dentro de uma situação de confronto.

O segundo momento da fala de Clair sobre sua militância surge quando, aparentemente, ela está concluindo as suas colocações, dizendo que é complicado falar sobre essa experiência, que faz parte da história. Questiona-se, então, sobre que outros aspectos seriam mais importantes ressaltar, como se agora, depois de estarmos mais ambientadas, pudesse voltar seu olhar para alguns pontos mais doloridos da memória, que é o olhar para dentro da sua própria Organização. Agora, é o olhar voltado para o seu grupo de identidade, de suas referências, em que os confrontos aparecerão entre os interesses e projetos de vida desses companheiros, desses iguais.

Puxa pelo fio da memória o momento em que a decisão do seu grupo foi a de venda de todos os bens possuídos pelos militantes, com objetivo de levantar recursos financeiros que facilitariam os deslocamentos dos membros da organização para o interior do país. Também procuravam, através dessa decisão, manter a coerência com seus princípios de despojamento, porque a propriedade, a posse de bens materiais, era um atributo burguês, profundamente renegado pelos militantes da esquerda. Além do mais, tais privilégios depunham contra o seu compromisso com os camponeses e operários, as duas classes que, prioritariamente, fariam a revolução.

Clair relembra a “situação drástica” que viveram esses “pequenos burgueses” ao optarem pela política de venda dos seus bens, abrindo mão das suas comodidades, e passando a viver no mesmo nível de vida dos operário. Esse fator levou muitos militantes a se desestruturarem.

Outro fator que provocou desestruturação entre seus companheiros foi a separação dos casais, com filhos ou não, que eram distribuídos pelas diversas regiões do país, segundo as necessidades do processo revolucionário avaliado pelas organizações. Essas decisões eram tomadas através de um princípio básico das organizações clandestinas, o centralismo democrático, quer dizer, discutia-se nas bases, passava na direção, a maioria decidia e executava-se...

Aqui vale a pena reproduzir um trecho da sua fala: “Era uma mentira, a vida era uma mentira enorme... depois como é que a pessoa vai construir a sua identidade ?

Em nome da causa, o nosso pessoal ... acho que era religioso até, era religioso, quer dizer Jovens, tinham essa esperança, acreditavam nisso...”

... Acho que foi importante também , teve esse lado negativo que foi toda a desestruturação das pessoas ... Tiravam um cara que era uma liderança num lugar, punham num outro que não era nem conhecido, e daí tinha que começar tudo do zero ... mas tinha o outro lado, as pessoas não iam conseguir ficar no seu local porque a repressão ia prender.”

Nessa situação antagônica, Clair ressalta um aspecto central para esse militante: a manutenção da sua identidade equilibrada, o que lhe conferia saúde emocional e psicológica. Aqui me reporto a Pollak, quando aborda a questão da construção da identidade, recorrendo à psicologia social. Salienta três elementos nesse processo:

- 1 - sentimento de ter fronteiras físicas (corpo da pessoa ou pertencimento ao grupo - no caso de um coletivo);
- 2 - continuidade dentro do tempo (física, moral e psicológica);
- 3 - Sentimento de coerência - os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados.

Mas essas situações reproduzidas acima colocavam em xeque o equilíbrio dos militantes, e nem todos resistiam, o que atesta os casos de longos tratamentos psicológicos e psiquiátricos a que foram ou continuam sendo submetidos os ex-presos políticos, e os casos de suicídio ou loucura.

Clair encerra sua fala com a seguinte frase: “ Quem lutava naquele momento só podia ser apaixonado por uma causa, e o pessoal era apaixonado, porque era a própria vida que estava em jogo”. Essa situação-limite antecede, para o militante, uma situação que se repetiria, mais tarde, nas sessões de tortura- a de encontrar-se frente a frente com a perspectiva da morte. No entanto, na condição de militante ele ainda mantém a sua autonomia, a sua vontade, valores que ele perde imediatamente após a prisão.

Nas falas de Teresa, Judite, Márcia e Derlei, muitos desses aspectos são recorrentes, embora na maneira de exporem a sua memória (através da narração das suas representações) revele-se como processaram as histórias vividas, de acordo com as suas subjetividades.

A paixão parece ser o elo que une todas as narrativas, a paixão pela mudança, pela luta, por um Brasil mais justo e socialista. A certeza de que seriam vitoriosas foi o que, até um certo momento, deu o chão necessário para que a paixão se transformasse em ação.

Como diz Derlei: “Quem racionalizava, caía fora. Não conseguia acompanhar, nem segurar a barra. Era mais paixão do que razão.”

Teresa olha sua militância através de uma visão muito crítica das discrepâncias entre a realidade e as condições objetivas da esquerda, de derrubarem a ditadura, acreditando firmemente na sua capacidade de revolucionar, mas sem base social adequada. Inspirados no cenário internacional de revoluções e revoltas, faziam uma transposição quase mecânica das pré-disposições revolucionárias internacionais para o Brasil.

Procurando definir esse comportamento militante, Teresa usa expressões, como : “voluntarismo, convicção de juventude, e uma coisa meio cristã, de ir para o matadouro.”

Essas expressões nos remetem à uma avaliação feita por alguns analistas sobre a época da ditadura, de que grande parte da prática militante de esquerda era permeada por uma postura “salvacionista”, seja em nome da ideologia cristã, marxista, maoista, Debreysta e outras, que deram sustentação teórico-ideológica para as organizações de esquerda. Por seu lado, essa postura de “salvar algo” suscita de imediato a existência e necessidade de mitos, mártires, heróis e sacrifícios.

Teresa encerra uma parte da sua fala com a seguinte frase: “O cordeiro é vítima... você tem que ter algum tipo de compensação. Aí esse raciocínio fecha com o raciocínio da indenização, hoje. Isto é o que nós éramos.”

Até que ponto as ações daquela esquerda procuravam revolucionar? ou até que ponto procuravam salvar um projeto em andamento? Essa reflexão não será feita aqui, mas é algo que procuro apontar, porque está presente em algumas falas, de maneira velada ou muito clara.

Ao expor sua memória sobre o espaço da militância, Judite deixa transparecer a construção lúdica da história vivida estritamente na militância estudantil, coincidindo com sua entrada no curso universitário, na capital, num outro meio, encontrando conhecidos e fazendo muitas amizades. A construção dessas referências se fundamenta na experiência vivida por Judite. Presa no Paraná numa reunião de estudantes, uma espécie de continuidade do Congresso de Ibiúna, que ocorrera em São Paulo, não teve participação em qualquer organização clandestina, apenas como quadro de ampliação. Judite diz que foi “salva pela prisão” quando vê a situação de seus companheiros presos por terem ingressado na luta armada, na militância fora do movimento estudantil.

Apesar de ter permanecido presa por um ano, não passou por torturas físicas, o que lhe parece ter garantido uma relação mais afável com o passado, que surge em sua memória através de um processo seletivo mais “prazeroso”, de menos dor e menos danos psicológicos; diferentemente das situações vividas por Márcia e Derlei, que relembram suas militâncias mantendo uma forte coerência com os seus projetos de hoje, como se houvesse uma continuidade no compromisso de militante.

Para Márcia a “militância veio dos 3,4 anos de idade contra a Ditadura de Vargas, não foi do movimento universitário, mas uma coisa muito anti-ditadura mesmo, anti-fascista, por um Brasil grande e bonito, antes de tudo. Da beleza do ser humano, de ser protegido, de ser respeitado, e não dessa coisa sórdida que nós vivemos hoje de um senador ganhar milhões e o salário mínimo ser isso que é.”

Derlei começou com os mineiros de carvão: “Eu comecei a trabalhar com 14 anos, dando aula no Barracão- uma vida operária. Os pais dos meus alunos eram mineiros, muitos eram militantes. Eu ensinava eles a ler e eles me ensinavam a lutar.”

Essas duas mulheres reconstruíram-se no período pós-prisão, procurando manter sua integridade e identidade num nexo muito firme com os projetos que nortearam, desde cedo, suas opções de vida e as suas formas de relacionamento com o mundo.

Seus espaços de militância não surgiram com o movimento estudantil, mas foram acontecendo e se delimitando à medida que elas foram se construindo como sujeitos de suas histórias. Portanto, no período pós-prisão, para se manterem íntegras e em equilíbrio psicológico, foi fundamental manterem os laços com as suas identidades, contruídas na vida anterior à prisão. A maneira como se viam, como eram vistas pelos outros e como queriam que os

outros as vissem , era fundamental que fosse preservada, porque era o fio que mantinha suas identidades.

Massacradas na prisão, que primou pela “destruição”, o não deixar-se destruir era reafirmar, com vigor, a sua militância, era manter unido firmemente o fio que tecia o seu processo de reconstrução identitária.

Essas duas mulheres não negam problemas, ou críticas, em relação às suas histórias específicas de militância, mas eles não negam, por si, a validade das ações militantes.

ESPAÇO DA PRISÃO, TEMPO DA MEMÓRIA

“Eu ficava presa no hospital, numa ala que era muito alta, com um pé direito enorme, que só tinha uma gradezinha ... era uma sala para loucos, só com uma cama ... a porta só podia ser fechada pelo lado de fora ... até tinha vontade de voltar para lá para ver se era tão alto quanto eu achava”¹¹.

“Dentro da prisão aconteciam coisas interessantes e estranhas. Era um presídio que tinha cerca de 500 a 600 presos comuns e, de repente, começam a chegar os presos políticos - os subversivos... Uma sala de aula que tinha na prisão foi transformada numa sala coletiva, grande, onde ficavam os rapazes, e, numa galeria, foi reservada uma cela para mim e minha amiga. Éramos as únicas mulheres num presídio cheio de homens, a maioria presos comuns. Algumas

¹¹ Fragmento da fala de Teresa - entrevistada nesta pesquisa.

coisas eram mais marcantes, eram os gritos à noite ... talvez fossem gritinhos, mas no meu imaginário eram gritos horríveis ...”¹²

“Mas veja, um dia de madrugada eles me chamaram para me torturar (saí com o esquadrão da morte), passei por três fuzilamentos simulados, uma vez na estrada, duas vezes dentro da PM. Nessa ocasião eu falei pro general que naquele momento ele era meu carcereiro, no entanto, na família dele tinha gente que pensava igual a mim...”¹³

“A gente sofreu todos os tipos de tortura, choque elétrico, pau de arara, manipulação da repressão nos órgãos sexuais, espancamento, enfim, todos os tipos de tortura. Eu fiquei, na oportunidade, quarenta dias na cela isolada, no que eles chamavam lá no DOPS de “fundão”, só depois de 40 dias é que eu passei para outra cela”¹⁴.

“Às vezes eu acho que era outra pessoa. Agüentar a dor daquele jeito, não perder a fé nos homens. Era como se eu estivesse petrificada. A agilidade de raciocinar para responder. A paciência de ficar dias e dias sozinha numa cela, sem enlouquecer. Eu me sentia leve porque não tinha que tomar decisões. A decisão a gente toma na hora de ser presa. Só quem já foi torturado sabe o que é”¹⁵.

A vivência dessas mulheres, no período que antecede à prisão, é permeada pela liberdade de existir politicamente e de fazer opção por uma militância,

¹² Fragmento da fala de Judith - entrevistada nesta pesquisa

¹³ Fragmentos da fala de Márcia – entrevistada nesta pesquisa.

¹⁴ Fragmentos da fala de Clair – entrevistada nesta pesquisa.

¹⁵ Fragmentos da fala de Derlei – entrevistada nesta pesquisa.

neste ou naquele movimento ou partido. Assim, a prática dessa militância apenas se concretizava na perspectiva de uma liberdade possível, conquistada nos desafios colocados quotidianamente.

Ao iniciarem seus relatos, essas mulheres rememoram seus espaços de militância e fazem dessa lembrança um reaprendizado do sentido da palavra liberdade que, no embate com as forças repressivas, será castrada de uma forma não imaginada, segundo as palavras de Márcia: “eu não estava preparada para o excesso de violência, eu estava preparada para o excesso de realidade.” No entanto, a realidade tornou-se muito mais violenta.

A memória guarda os espaços vividos, esquadrinha-os e ordena-os de acordo com o processo seletivo ao qual se impõe. Assim, a lembrança desses espaços adquire uma durabilidade, e uma espessura, que foge ao controle do tempo e perpetua-se indefinidamente, tomando proporções que podem fugir às dimensões históricas concretas. Os espaços passam a assumir um significado quase personificado e são repletos de símbolos.

Para cada uma dessas mulheres, é quase impossível descrever o espaço da prisão sem associá-lo às vivências que lhes dão aquele sentido específico e não outro qualquer. Quanto mais profunda a relação de desmantelamento nas mãos dos torturadores, maior o significado dessas lembranças nas suas vidas.

Mesmo sendo construídas coletivamente, essas lembranças processam-se através de especificidades próprias de cada uma dessas mulheres, dentro dos seus quadros referenciais de vivências anteriores de equilíbrio emocional, de definição ideológica militante. Nessa perspectiva, é compreensível que Clair, em toda a sua fala, pouco tenha se detido a falar da prisão, deixando transparecer uma rígida disciplina e uma construção de representações mais voltadas para o caráter disciplinador e político da militância; por outro lado, Teresa descreve seus espaços de permanência como prisioneira em três situações diferentes, extraindo de cada uma delas, e das vivências aí ocorridas, as suas

“sensações” (e não a elaboração de “interpretações”). Sensações de que tudo aquilo, todo o aparato de repressão montado, era um grande espetáculo, uma encenação para desmoralizar, que precedia à violência, conforme palavras suas. No entanto, para Judite, a única que não passou por torturas físicas, e foi presa como membro do movimento estudantil, e não de alguma organização clandestina, a descrição dos espaços da prisão é acompanhada por relatos de vivências que beiram ao lúdico. Como ela diz, quase como uma brincadeira, que alguns momentos eram cortados por gritos (que no seu imaginário eram horríveis), mas ela mesma não tem certeza desta lembrança, não sabe se ela é uma representação construída com o tempo.

Para Márcia, a lembrança dos espaços do cárcere é entrecortada pela dor e pelo aprendizado e assume, para ela, um significado de grande peso. Com o objetivo de minar sua resistência e equilíbrio, a repressão primou por tirar-lhe a “segurança”, mudando seu local de prisão diversas vezes, confundindo a sua relação com o tempo e impedindo a construção de laços mais duradouros e estreitos com companheiros de cela, de uma cumplicidade que é vital nessa situação de isolamento carcerário.

Derlei fala sobre a experiência no espaço da prisão como um momento de forte provação da sua resistência humana, oportunidade em que se reconstruía sobre qualidades que não imaginava possuir.

Nessas falas, as lembranças do espaço da prisão remontam a momentos de dor, de instabilidade, de descoberta, de morte, limite ao qual está exposto todo o preso político que vive essas condições. A sensação de perder o poder sobre si mesma, e estar nas mãos de um poder desconhecido, iguala a todas numa solidão exacerbada, na qual só se pode contar com a própria resistência para poder manter o equilíbrio, e em que é fundamental o “estar inteiro.”

No primeiro momento, após a prisão, os órgãos de repressão procuravam manter o isolamento dos presos como tática para desmontar o equilíbrio, e

deixar surgir as fragilidades psicológicas. Era o momento em que os medos mais íntimos e primários poderiam assomar, e para isso era montado um ritual - as condições dos espaços de isolamento alternando frio e calor, silêncio absoluto e barulho ensurdecedor, claridade total e escuridão absoluta, a sujeição das presas à presença de insetos, roedores e a toda sorte de pequenos animais que se criam nos ambientes onde imperam a falta de higiene, a umidade, a escuridão e o abandono.

Essas situações mexem com as sensações humanas, sendo que muitas delas remontam a experiências e medos vividos na infância, conforme nos coloca Naffah Netto.

No entanto, o espaço da prisão também foi palco de experiências riquíssimas, de relações de cumplicidade estabelecidas na troca de carinho, de proteção, de partilha. Tomemos os exemplos contrastantes de Teresa e Márcia.

Teresa, durante todo o tempo em que ficou presa, esteve só, na primeira prisão, quando se revezava entre o Hospital militar e um quartel em Curitiba, ou no segundo momento, quando esteve num presídio feminino e depois num convento. Esses espaços de confinamento primam pela hierarquia e pela norma, e, segundo Foucault, incumbiram-se historicamente de trabalhar o “corpo dócil”, mantendo o controle do corpo, dispondo sobre este corpo de maneira que este faça o que se quer dele.

No segundo período da reclusão, Teresa foi transferida do presídio feminino para um convento de freiras. Deixa um espaço de conflitos exacerbados onde, segundo ela, todas as mulheres presas eram interlocutoras de todas, para um outro ambiente, profundamente branco, com a condição de manter-se incógnita. Sua identidade deveria não só ser mantida em sigilo como, principalmente, deveria assumir outra identidade, “de alguém que veio do interior para fazer tratamento de saúde”. E estava a apenas seis quadras da casa de sua mãe.

Márcia, apesar de ter trocado diversas vezes os espaços de prisão, teve, principalmente no presídio Tiradentes, uma convivência muito rica com as “Donzelas da Torre”, como se chamavam as presas políticas que ficavam presas numa torre do Presídio Tiradentes, em São Paulo. No momento em que novamente seria levada para outra prisão, as mulheres juntaram-se num círculo em torno dela e protegeram-na com seus corpos, formando uma barreira de resistência para impedir a sua saída. Quando foi trocada, no seqüestro do embaixador alemão, a despedida organizada pelos presos políticos e presos comuns incluía, além do canto da “Internacional” e a “Suíte dos Pescadores” de Dorival Caymmi, uma despedida com orquídeas, jogadas através das grades do pavilhão masculino. Segundo Márcia; a “imagem permanece com todas as suas cores. Nada esmaeceu.”

Para percebermos mais claramente as especificidades das experiências com a reclusão, é importante ler a narrativa de Judite, quando ela relata as trocas com a companheira de cela, as noites passadas contando os filmes assistidos, os arranjos no cardápio do jantar, fritando cebolas, para acompanhar o pãozinho que recebiam, até o “embelezamento” possível para se encontrarem com os companheiros para um jantar coletivo. Sua forma de narrativa imprime um olhar bastante diferente sobre esta vivência, de quem tem outros referenciais que não aqueles moldados pela estética da dor.

Entretanto, cabe aqui uma observação em relação às reflexões feitas: os momentos em que foram realizadas as entrevistas, em que emergiram essas lembranças, podem ter levado essas mulheres a enfatizarem mais este ou aquele ponto. Coerente com a reflexão feita no início deste capítulo, é importante ressaltar “que o esforço para contar o incontável constitui-se em narrativas interpretáveis”¹⁶, não no tocante à concretude das torturas, mas ao significado e à dimensão que elas tiveram na reconstrução dessas identidades sociais.

¹⁶ PORTELLI, Alessandro, op. cit.

Citando Pollak, o “sujeito entrevistado procura a todo o momento, num esforço psicológico, controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado, e suas lembranças pessoais, ao mesmo tempo que contando suas histórias de vida ele está num processo de reconstrução da sua identidade e não apenas fazendo um relato factual”¹⁷.

Nessa condição específica, a tortura é quem fixa indelevelmente as suas marcas. Tendo que conviver, posteriormente, com declarações de militares e civis que participaram diretamente nos órgãos de repressão da ditadura, os quais negavam veementemente a existência das torturas aos presos políticos, estes viam-se na situação crítica da credibilidade histórica. Criando uma realidade paralela à real, a ditadura propagandeou o “Brasil grande”, “ordeiro”, em “desenvolvimento”, ameaçado por um inimigo externo, de exóticos princípios, o qual tinha aqui dentro os seus representantes baderneiros, que nada tinham a ver com a índole pacífica do povo brasileiro. Associando essa propaganda ufanista do país à censura feroz sobre a imprensa, terminantemente proibida de veicular qualquer informação que denegrisse a imagem do poder, criou-se uma pré-disposição para acreditar nas versões apresentadas pela oficialidade no poder, e maior pré-disposição para se rechaçar qualquer ato taxado de “vândalo e terrorista” feito pelas organizações de esquerda. Era uma guerra na qual a imagem que se conhecia dos dois lados, era construída por um único lado, por aquele que dava as cartas, tal o nível da censura, principalmente sobre o que se passava dentro dos órgãos de informação e repressão.

¹⁷ POLLAK, Michel, op. cit.

A TORTURA

“A tortura não é desumana, é simplesmente um crime ignóbil, crapuloso, cometido por homens e que os demais homens podem e devem reprimir. O desumano não existe em nenhuma parte, exceto nos pesadelos que o medo engendra”¹⁸.

(Jean Paul Sartre)

Apesar de constantemente negada pelos militares, que argumentavam que a denúncia da existência da tortura nos órgãos repressivos era fruto de acordo entre os presos e seus advogados, com objetivo de desmoralizá-los, o general Adyr Fiuza de Castro, um dos criadores do Centro de Informações do Exército (CIE) e ex-chefe do CODI - Centro de Operações de Defesa Interna – expressa o ponto de vista: “ ... não me considero um homem mau, mas não sou contra a tortura. Acho que ela é válida em certas circunstâncias - para adquirir informações. Agora por sadismo ou por puro divertimento, é até mórbida, não concordo”¹⁹.

Quebrando todos os pactos sociais, a tortura, sem o valor corretivo atribuído à pena por prisão, nem o valor preventivo e ameaçador da pena em praça pública, fere todos os princípios éticos e morais da sociedade, principalmente quando assumida pelo Estado.

Usando técnicas as mais sofisticadas, os órgãos de repressão no Brasil chegaram a exportar Know-How. Os especialistas na tortura basearam-se em

¹⁸ NAFFAH NETO, Alfredo, op. cit.

¹⁹ D'ARAÚJO, Celina, op. cit., p. 73

princípios profundamente racionalizados, com base em ensinamentos médicos, no que diz respeito à resistência física, aos maus tratos, e mesmo na psicologia, de onde extraíram o conhecimento humano para atingir os pontos frágeis da psiquê do torturado, de forma que ele ficasse mais vulnerável.

O corpo da mulher apresentava as condições mais favoráveis à manipulação dos torturadores; primeiro, por representar o diferente; depois, por ela estar infringindo uma moral social que a ligava ao mundo privado da casa, e por ela estar fazendo política, espaço exclusivamente compreendido como do masculino.

Das cinco mulheres entrevistadas, quatro passaram pela tortura física e se portaram, perante essa situação, de acordo com as suas subjetividades, os seus equilíbrios e desequilíbrios, os seus medos, ousadias, seguranças ou inseguranças.

Clair, como membro da direção da sua organização, sofreu espancamento já no ato da prisão, e se considera como uma das mais violentadas. Conviveu na situação da tortura com a realidade de terem sido “dedurados,” ela e seus companheiros, por um ex-companheiro de partido que na ocasião estava tendo sua expulsão discutida.

Esteve mantida presa no “fundão” - uma cela isolada no DOPS, por 40 dias, onde sofreu todos os tipos de tortura, como choque elétrico, pau de arara, manipulação nos órgãos sexuais, espancamento. Ela pode perceber duas formas claras de a repressão obter informações dos presos políticos: através da tortura física, ou do isolamento, e da pressão psicológica, que era feita pelo CENIMAR, órgão que ela caracteriza como sendo a inteligência da repressão.

Nas sessões, o interrogador se mostrava conhecedor profundo da organização à qual pertencia o preso. A sensação que sentia era que, se alguma mentira fosse falada, ela sabia que ele sabia que ela estava mentindo. Desafio maior para essas mulheres que, como todo o preso político, mantinham-se na

obrigação de não “abrir” as informações sobre os companheiros ou sobre a própria organização.

Numa sessão de tortura, quando estava pendurada no pau de arara, inventou o nome de uma rua, um bairro, como referência de um militante que a polícia procurava, mas antes mesmo que os homens saíssem para procurar o endereço, Clair confessou que era mentira, pois seu medo era que encontrassem alguma referência semelhante ao que ela havia passado, e prendessem e torturassem gente inocente, porque “eles prendiam sem que as pessoas pudessem fazer alguma coisa pra se defender, até matavam e torturavam.”

Um sentimento comum a todas essas mulheres era o de estarem sós, e, mantidas em isolamento na prisão, eram o testemunho vivo da submissão ao arbítrio. Nenhuma satisfação era dada aos familiares ou advogados; o partido, esfacelado, nada podia fazer. Clair não consegue explicar como não morreu nas sessões de tortura; levanta a hipótese de que resistiu por ter uma boa estrutura física, destino ao qual não escaparam muitos de seus companheiros.

A expectativa da morte está presente na situação de tortura a todo preso político, e essa situação dá aos torturadores e a todo o esquema da segurança a sua identidade máxima: o poder de “dispor” do seu igual numa condição de profunda desigualdade.

É possível refletir sobre a tortura, quando infligida por alguns homens a outros homens, como um ritual no qual o torturado não é transformado numa “coisa”, pois coisa não sente, e sendo assim, não provoca sensação de poder ou prazer em quem a pratica, e compreender esse momento como um espaço de manifestação das mais variadas distorções de comportamentos e sentimentos humanos. Vêm à tona situações que parecem irreais, devido a sua excentricidade e ferocidade.

Teresa, que tivera um filho 3 meses antes de ser presa, guardou até pouco tempo um trauma profundo, que ela julga ser a sua maior lesão: um dos seus

torturadores aparecia todas as noites, em forma de pesadelo, ameaçando trazer seu filho para as sessões de tortura, e apertando a moleira do menino com o polegar.

Passando também no interrogatório pelo torturador “Mau” e pelo torturador “Bonzinho”, Teresa vê na tortura, e em todo o arsenal que a rodeava, algo que lembra um grande espetáculo. Segundo suas palavras, “tortura pode chegar a um grande grau de violência, que destrua a vontade do interrogado, mas ela é um grande espetáculo, uma encenação”. A imagem que lhe vem hoje é a de que “era uma grande bobagem o que eles faziam, a palavra que mais pesa aqui é de espanto, porque era um aparato de violência tão despropositado com as nossas forças, eu me lembro de ter tido essa sensação de espanto, de ridículo, espalhafato, palavras desse tipo”.

Teresa pertencia a um grupo que optara pela organização popular de base, e não pela luta armada. Seu pai, espantado com a sua prisão e com a dos seus companheiros, perguntou a um militar o que havia feito aquela gurizada para ser presa. Ele respondeu que aquela era uma ação de prevenção, eles nada haviam feito, mas poderiam fazer.

O nível do desespero vivido e o enfrentamento dos presos políticos com as muitas situações características da prisão, efetuadas pelos órgãos de repressão, variava; o marido de Teresa, que também fora preso, tentou suicidar-se, fato do qual ela teve conhecimento, mas sem poder estar com o companheiro. Outros vivenciaram a experiência da prisão das mais variadas maneiras.

Márcia reelaborou a sua vivência, como torturada, de forma mais tranqüila. Sua relação com a dor, conforme ela mesma expressa, é suportável. Sendo uma das primeiras mulheres da guerrilha urbana a ser presa, foi também profundamente torturada, passando, dentre as muitas formas de tortura, por três fuzilamentos simulados. Enfrentava as autoridades militares e os torturadores com desafio, devolvendo-lhes os insultos com desprezo, o que fez com que a

chamassem de “macho”. É constante esse tratamento com as mulheres presas, desacreditando-as como mulheres militantes, pois no imaginário dos homens presentes nas sessões de tortura, só uma mulher macho poderia estar fazendo aquilo, que era papel de homem. Tal comportamento rendeu à Márcia um “tratamento muito especial”; no entanto, mesmo urrando de dor, ela diz que mantinha “aquela satisfação íntima, de não estar entregando ninguém.”

A questão da não traição aos companheiros, aos princípios, era de elevado reconhecimento entre os membros das organizações de esquerda, sendo reservado aos “traidores” um tratamento de desqualificação e negação, como alguém merecedor de confiança. Esse princípio de disciplina e lealdade levou muitos que abriram informações nas sessões de tortura a um desequilíbrio emocional profundo e, em muitos casos, a sérios transtornos psíquicos, implicando em tratamentos prolongados. Segundo depoimento de Clair: “ A tortura praticamente obriga você a falar, mas se você cair do outro lado e ser uma traidora, a sua personalidade acaba. O que é melhor ? Isso também passa pela cabeça dos presos, passou pela minha, o que é melhor, você morrer ou ser uma traidora ?”

Márcia guarda seqüelas de saúde seríssimas, principalmente problemas neurológicos, como uma acentuada perda da memória, segundo ela, pelo excesso de Pentanol – ou soro da verdade, que era injetado nas veias, e fazia com que a pessoa perdesse o controle sobre o que falava.

Ao fazer referência aos amigos assassinados, nas sessões de tortura, Márcia expõe uma lembrança sobre a qual não conseguiu ainda trabalhar, a “perda dos meus companheiros”. Diz ser muito mais doloroso e revoltante ver alguém ser torturado do que ser torturado. É o momento ápice do sentimento de impotência. Foi algo que a traumatizou muito. Percebendo que isso a abalava, seus torturadores não lhe escondiam as atrocidades praticadas contra seus

amigos e outros presos políticos; falavam-lhe que estavam matando, como sinal de vitória.

Derlei vê-se como alguém que pôde resistir além da sua própria imaginação; para muitos, o momento foi também de grandeza, de superação dos limites das suas forças. Apagar as informações da memória - não falar, era o que a norteava como mecanismo de fuga; depois das primeiras torturas, lembrava-se das lições de história da 7ª série, dos assírios e dos caldeus.

A resistência individual, para ela, passava pela não entrega de ninguém, por superar os limites da dor. Poderia chorar, mas sem deixar se dominar pelo medo. Colocava, dessa forma, o amor pelos companheiros acima do medo da morte. Isso lhe deixou até hoje um bloqueio que lhe impossibilita gravar números, endereços e até nomes.

Na situação de tortura, as presas se viam obrigadas a uma vigilância contínua, a um raciocínio rápido e a um pensamento firme; qualquer deslize poderia significar a prisão, tortura ou até a morte de outros companheiros ou mesmo de familiares. Esse dispositivo de pressão sobre os presos políticos, a repressão soube usar com maestria. Tem-se conhecimento de casos de tortura de crianças, para fazer os pais confessarem, ou mesmo de filhos que assistiram aos pais serem torturados²⁰.

Ao relatar as torturas pelas quais passou, Derlei ainda não consegue conter o choro e a repulsa pelos torturadores, que misturavam a frieza com sadismo, com prazer sexual, com métodos sofisticados e racionais.

Judite, das cinco entrevistadas, é a única que não passou por torturas físicas; no entanto, relata a convivência constante com os gritos dos presos comuns, durante a madrugada; relembra as surras que eles levavam com barras de ferro, o que os fazia sangrar e perder os sentidos.

²⁰ Conforme depoimento de presos políticos no livro de OLIVEIRA, Albertina Costa de *et al.* **Memórias de mulheres do exílio**

Por esse quadro, é possível perceber a que tratamento estavam submetidas as presas políticas nos órgãos de repressão, como os DOI - CODIS, OBAN e outros. É possível constatar também que, ao serem reconstituídas, essas histórias de vida, estão sujeitas às elaborações subjetivas que essas mulheres repassam através das suas representações sobre essas vivências, elaboradas após a prisão.

A História precisa pegar em suas mãos essas subjetividades, as especificidades, olhá-las como outras fontes possíveis. Colocar a público este lado da história, é re-escrevê-la através de uma outra ótica.

Das questões abordadas pelas ex-presas, seria importante enfatizar algumas, pelo significado que assumem.

A forma como se mantinha a prisioneira, isolada ou em grupo, apontava para uma estratégia da repressão. Isolar a prisioneira, no período em que ela está sendo submetida a interrogatório e tortura, fragiliza sua resistência, minando sua certeza em relação aos companheiros e a si própria. Seu contato com o mundo externo, e com o tempo, se dá de forma precária, perdendo, muitas vezes, a noção do tempo real, o que torna sua experiência mais ou menos longa em função do significado que isto assume. Nesse sentido, as mudanças de local de prisão, de forma continuada, a que foram submetidas algumas ex-presas, vêm também alterar a percepção não só do tempo, mas do espaço e dos hábitos que podem ser adquiridos e construídos através de uma permanência mais prolongada em determinada situação de rotina.

Outra questão importante, recorrente em todas as falas sobre a experiência de aprisionamento, diz respeito às adversidades vividas no ambiente da prisão. Suas culpas agravavam-se por serem mulheres, e por serem mulheres militantes, significava estarem assumindo um papel masculino ou o de uma mulher vulgar.

A expressão lembrada por Teresa, com a qual o torturador se dirigia a ela, de “Putá comunista”, mostrava-lhe a maneira como eram vistas, ou a imagem

que a repressão procurava construir sobre elas. Isso está evidente na maneira como os soldados a empurraram e a fizeram cair no chão, no primeiro período de prisão, quando era transportada do hospital para o quartel. Era dessa maneira que a polícia reprimia as prostitutas, recolhidas nas rondas noturnas, açoitando-as com água, como Teresa presenciou numa cadeia no centro de Curitiba, sem qualquer vislumbre de respeito.

Além dessas situações às quais estavam expostas, o corpo da mulher oferece melhores condições para a prática da humilhação, seja através da possibilidade da manipulação sexual, da gravidez, da menstruação que ocorria com frequência entre as presas, principalmente nas sessões de tortura²¹. Apesar de que ser homem jamais livrou qualquer preso de passar pelas torturas mais humilhantes, o mundo de representações sobre as mulheres, no entanto, colocava-as em condições mais propícias para satisfazer determinadas fantasias masculinas.

Por essas razões, a vivência na prisão, quando era em grupo, poderia apresentar facetas distintas. Propiciava a troca da afetividade, da atenção, do socorro, das confidências.

Por outro lado, a convivência forçada entre membros de diferentes organizações políticas, muitas sequer se conheciam, levou também as disputas político-ideológicas para dentro da cela. A hierarquização rígida das organizações também perpassou as grades das celas, fazendo com que grupos se dividissem entre celas de apoio, das simpatizantes e das militantes. Embora houvesse um grau forte de homogeneidade entre as presas políticas, em função de seu objetivo comum, de enfrentamento com a ditadura, na busca de um Brasil livre e socialista, era no cotidiano que se esbarravam as diferenças, que se

²¹ Depoimento do General Adyr Fiúza de Castro: "Quando o preso entrava, a primeira coisa que se fazia era identificá-lo... E depois eles não podiam ficar com a roupa que estavam, porque podia esconder qualquer coisa. Então, eram mandados se despir, e era oferecida uma roupa especial... Para as moças, para o sexo feminino, também era dado imediatamente um modess, porque a primeira coisa que acontece com a mulher quando ela é

manifestavam as individualidades, a maneira como cada uma organizava sua vida, suas atividades e elegia suas prioridades.

Ao mesmo tempo, a prisão foi um espaço fundamental de resistência coletiva e individual, onde práticas de solidariedade, de socorro e de troca das mais variadas experiências e afetos também couberam.

Essa questão é extremamente rica para, sozinha, ser objeto de análise, o que não é meu objetivo aqui, mas não poderia deixar de ser referida em função de ter marcado profundamente as representações construídas por essas mulheres no seu processo de rememoração.

O TEMPO DO “DEPOIS” - A SAÍDA DA PRISÃO

Ao conversar com uma professora, em 1995, sobre a idéia de fazer um trabalho de pesquisa que falasse das mulheres ex-presas políticas dos anos 60 e 70, ela narrou-me uma história sobre uma amiga sua, também ex-presa política que, ao sair dos portões da prisão, quando atravessava a rua para encontrar sua filha, sua pequena mala caiu, abriu, e o vento espalhou parte dos seus pertences.

Essa imagem ficou gravada na minha memória como se eu a tivesse vivido, em função do seu significado simbólico, forte e emotivo.

Para muitos dos ex-presos políticos, ao saírem da prisão, a reconstrução das suas vidas, dos seus projetos, da sua história se deu assim, recolhendo o que foi espalhado, o que foi levado, e nesse caminho entre o “abaixar” e o “levantar” para juntar o que foi espalhado, cada um plantou e colheu dores e prazeres.

Uma das dificuldades do primeiro momento para as ex-presas foi reencontrarem-se com um país que passava por grandes mudanças políticas, econômicas e sociais, carregando consigo o estigma de ex-presas políticas que, até por questão de estratégia de reinserção na vida cotidiana, foi necessário calar.

Clair passou 6 meses no DOPS e fugiu antes de sua prisão ser decretada; o primeiro momento foi o da clandestinidade dentro do país. Fugindo para Porto Alegre, onde um amigo lhe deu emprego numa fábrica, trabalhou um ano, com medo de sair à rua e ser reconhecida. Considera esses anos piores que aqueles que antecederam à prisão. A maior dificuldade era encontrar emprego. A militância não pôde ser retomada, pois significava ir em busca da morte.

Na luta pela reconstrução da vida, Clair passou pela Bahia e voltou para Curitiba. Apenas 9 anos mais tarde pôde retornar à profissão como advogada; enquanto isso fez cursos e deu aulas. O concurso público que fez para o Ministério Público, em Curitiba, e no qual foi aprovada, ficou inviabilizado em função da impossibilidade de conseguir a documentação necessária.

Clair considera-se uma vítima desse período, pois poderia ter participado de todo o movimento sem os dramas que ocorreram, sem as torturas. “Mas acho que foi todo um processo de aprendizagem que hoje nos faz ter uma visão melhor do mundo ... que fuja um pouco do senso comum dos outros cidadãos.”

Para Teresa, na saída da prisão, a realidade apresentou-se outra. Segundo ela, “quando você sai é que a proporção das coisas começa a ser real.” O período de prisão - exílio - prisão não deixou que se formasse qualquer parâmetro com nada, as surpresas se sucediam. Ao retornar, a procura do emprego foi obstruída pela dificuldade de conseguir o registro profissional, concedido pelo Ministério do Trabalho, que exigia atestado de Boa Conduta. Após muita briga é que consegue o registro.

Mesmo assim, Teresa sempre conseguiu um espaço para o trabalho profissional, onde procurou sempre evitar questões partidárias. Nas redações da grande imprensa, trabalhou na Revista Veja, no Jornal do Brasil e no Estado de São Paulo, onde ficou até 1991; começou a sentir a diferença de idade em relação aos colegas, muito mais jovens que ela e que agora ocupavam as redações, o que dificultava bastante as trocas.

Ao sair da prisão, seu pai levou-a a uma joalheria e comprou-lhe um relógio de presente. Para Teresa, este gesto teve um simbolismo bastante grande de colocá-la na realidade, de mostrar-lhe que, fora da prisão, o tempo se movia por horas.

Casada há pouco tempo antes de ser presa, seu casamento não durou muito; sem dinheiro, sem casa para morar, com dois filhos, vivia alternadamente entre a casa da mãe e da sogra; logo depois veio a separação. Dos amigos ficaram poucos, ela diz "... sobrou muito pouca coisa, como se tivesse voltado depois de uma guerra, era muito solitária... amigos ficam poucos, grande parte das pessoas evitam o contato. Tinha uma discriminação grande, era a comunista, a presa, etc, fica marcado, fica pesado. Eu tenho vizinhos que até hoje não me cumprimentam, tem gente que guardou distância." No entanto, a reconstrução da sua vida foi ocupando os espaços da solidão.

Para Judite, o primeiro contato com os antigos amigos foi doloroso, muitos mudavam de calçada para evitar o encontro. Mas ela não avalia este gesto como negação, e sim como uma preocupação das pessoas em não complicar mais a situação.

Sem muita opção ao sair da prisão, não querendo entrar numa organização clandestina, ou cair na clandestinidade - afinal fora presa como estudante e quadro de ampliação de algo que desapareceu, voltou para o curso de história. Relacionou-se muito bem com a turma que só paulatinamente vai conhecendo seu passado.

Seu referencial da militância se perdeu em vista das mudanças que ocorriam no quadro das organizações e partidos de esquerda. Sua referência de amizade com quem militara e fizera política se perdeu, pois esses amigos já estavam em organizações que nem existiam quando ela foi presa.

Os anos 70 foram terríveis em relação à procura de emprego. Em 10 anos Judite preencheu 12 carteiras de trabalho, tal o número de empregos provisórios, “bicos”, de entra-e-sai (hoje isso está lhe trazendo grandes dificuldades para computar o tempo de serviço para a aposentadoria).

Com o Golpe Militar no Chile, em 1973, e o retorno de muitos amigos, sua militância retoma fôlego com o projeto de Anistia aos Presos Políticos, luta do Comitê Brasileiro pela Anistia-CBA.

Márcia saiu da prisão entre o grupo de presos políticos que foi trocado pelo embaixador alemão. Deixou o país em 1971 e voltou com a anistia em 1979. Percorreu diversos países da América do Sul, Europa, África e América Central.

Saiu profundamente debilitada da prisão, quando apareceram alguns problemas de saúde, alguns dos quais a acompanham até hoje. Viveu a inconsistência do exílio. Márcia não falou sobre essa vivência, deixando-a suspensa entre o momento em que saiu do Brasil e o desejo e a certeza de que voltaria, e em breve; por isso se dirigiu a Portugal, meses antes da anistia. Há zonas de sombra na sua fala, o que é bastante compreensível, nessa situação de quem teve de calar muito tempo, até por sobrevivência.

Derlei, quando saiu da prisão, foi avaliada por seu comportamento na prisão, em São Paulo, e então foi deslocada para um outro projeto, de preparação das bases móveis da Guerra Popular Prolongada, na Bahia. Sem parar para fazer qualquer tipo de avaliação pessoal, seu deslocamento assumiu status de “promoção”. Ficou no Nordeste até dezembro de 1971, quando foi novamente deslocada, agora para Londrina/Paraná. Em 1973, foi novamente

cotada para a região do Araguaia. Essa missão Derlei recusou, optando por procurar seu filho, que havia deixado quando fugiu de Londrina, antes de ser presa. Sua permanência na militância se dá até hoje.

Nas falas sobre a saída da prisão fica claro que nem todas as mulheres passaram pelas mesmas dificuldades, ou sentiram-na com a mesma intensidade.

A clandestinidade posterior, vivida por Clair e Derlei dentro do próprio país, impôs-lhes condições distintas. Marcadas pelo estigma de ex-presas políticas - pelo menos para Clair, que não voltou à militância, viram-se obrigadas a mudar de Estado e identidade, mantendo-se em constante alerta para não serem reconhecidas. Apesar disso, Clair deixa com certa tranquilidade essa experiência no passado, do qual ela diz não ter muitas seqüelas, e o encara com normalidade, como parte da sua história de vida.

Derlei voltou em seguida para o projeto de militância, mesmo conhecendo os riscos que corria; apenas quando lhe é proposto partir para a Região do Araguaia, que já estava em franco desgaste, é que ela se recusa.

Nessas diferentes vivências da clandestinidade, que implicaram em buscar alternativas de sobrevivência, essas mulheres abriram mão, em princípio, dos projetos pessoais. Uma, para poder retomá-los mais tarde, e a outra para voltar a engajar-se no processo revolucionário.

A experiência de exílio e o retorno posteriormente ao país, vividos por Teresa e Márcia, também se dão por caminhos muito distintos. O primeiro país de exílio para as duas foi o Chile, sendo que para Teresa foi o único.

Teresa vivenciou a experiência revolucionária chilena de forma muito particular. Era uma revolução em andamento e, para ela, se diferenciava de tudo o que vivera no Brasil. Era o compromisso de consolidação da Unidade Popular. Se ficasse lá, a luta armada seria inevitável, e não era esta a sua proposta. Por

isso, ela e o companheiro decidiram voltar para o Brasil, ocasião em que já tinham os dois filhos.

Márcia deixou o Chile com o Golpe que derrubou Allende, e só retorna ao Brasil com a Anistia, em 1979.

Teresa volta para o Brasil antes do Golpe no Chile, e volta para ser presa, pela segunda vez, cumprindo, agora, dois anos de prisão.

Márcia volta com ansiedade, apesar de qualificar de traumatizante a volta, pois muitas pessoas não quiseram vê-la, outras tinham sido cooptadas pelo sistema. Em alguns momentos ela usa a expressão “... teve tanta coisa”, mas sem detalhar, o que segundo ela, reflete uma dificuldade de falar ou escrever sobre esta experiência, em função dos sérios problemas neurológicos adquiridos. Apenas a sua memória visual permaneceu intacta. Hoje não olha com amargor o seu período pós-prisão, apesar de ter vivido por momentos muito difíceis; tem por seu passado um grande orgulho. Segundo ela, é um processo de burilamento pessoal constante; diz que a sua fragilidade lhe dá a essência, a vida, lhe mostra que ainda é sensível, humana, que não se deixou endurecer, “no perder la ternura jamás”.

No entanto, quando voltou, sentiu em relação às pessoas aqui no Brasil um oba-oba muito individualista, mas mesmo assim manteve a esperança e a crença na possibilidade de construção de um país mais justo, socialista.

Teresa relembra seu retorno do exílio, e o período pós-prisão, com outros olhos. Observa a diferença profunda entre o seu retorno e o dos exilados que voltaram com a Anistia. Relembra que estes foram acolhidos com festa, voltaram como “heróis”, e isso fez a diferença. Voltaram com uma visão idealizada do Brasil, construíram uma outra história, com muita dificuldade de se relacionar com o real, mas voltaram se sentindo abrigados.

Ela diz não ter se arrependido de ter voltado antes, mas para quem enfrentou, aqui dentro, a sanha da ditadura, viveu muitos momentos pesados: a convivência com a discriminação, a imensa dificuldade de conseguir emprego, a perseguição do Comando de Caça aos Comunistas - CCC.

Teresa comenta que nunca sentiu a sensação de abrigo com relação ao país, o que perdura até hoje: “Ainda tenho muita dificuldade de sentir que aqui é minha pátria, aqui é meu lugar, meu lar social, coletivo. Ainda Hoje, apesar de tudo, tenho um pouco a sensação de ser um corpo estranho.”

Teresa viveu anos de isolamento, sempre esteve só, nos dois momentos de prisão; e no segundo momento, além da solidão, teve que esconder a sua verdadeira identidade.

A vivência dessas realidades colore as representações que essas mulheres construíram sobre suas histórias de militâncias.

Hoje, cada uma delas deu direção à sua vida, superando obstáculos e imprimindo no seu caminho as histórias que aprenderam a viver.

Clair, que permaneceu nas atividades de militância política, ampliando seu leque de participação, se expressa dizendo que “hoje a luta é muito maior contra a globalização perversa da economia, contra o neoliberalismo, contra o entreguismo nacional.” Atuando como advogada trabalhista, divide com outros colegas de profissão um escritório no centro de Curitiba.

Participou ativamente como coordenadora da campanha contra a Privatização da Vale do Rio Doce, e avalia esses momentos de suma importância para o agrupamento de pessoas.

Embora vendo com clareza que a nossa legislação continua protegendo muito a propriedade, seja urbana ou rural, sem valorizar o social, Clair acredita que nesse momento estamos assistindo a uma quebra desses valores. Tudo está

sendo questionado, “as alterações na legislação começam assim”, apesar de pensar que hoje a luta é mais difícil, é uma tarefa gigantesca.

No entanto, acredita que temos condições de sair desse sistema, desde que não compactuemos com ele, e vê que os povos, internacionalmente, vão ter que se unir contra esse inimigo comum.

Essas ex-presas, cada uma a seu modo, engajaram-se em determinado tipo de trabalho ou movimento, onde imprimiram suas convicções políticas, ideológicas, de uma certa maneira, não abrindo mão dos sonhos, apesar de eles já não serem mais olhados com aquele romantismo do passado.

Outras fizeram em suas vidas rupturas bem mais pesadas, por onde deixam fluir um sentimento e uma maneira de agir em relação ao mundo ao qual pertencem.

É o caso de Teresa, que hoje trabalha sozinha, distribuindo um Boletim semanal por fax para rádios, jornais, televisões, contendo informações sobre meio-ambiente, e desenvolvendo também outros projetos relacionados ao mesmo tema.

Sua inserção como militante deu-se no movimento sindical da sua categoria, a dos jornalistas, pois segundo ela, nada mais havia que a seduzisse, ficando um certo ceticismo em relação ao que é possível ou não ser mudado. Segundo suas reflexões, este sentimento pode ser fruto de uma domesticação das paixões, sem a qual não se faz militância política.

A sensação de “não fazer parte desta festa”, que a acompanha desde antes de ir para a prisão, remonta ao período da ditadura, e ela sente que passou esse sentimento para os seus filhos.

Teresa revela uma mágoa, que para ela não poderia ser paga por nenhuma indenização, quando diz que gostaria que “as pessoas que lutaram contra a ditadura, fossem consideradas como pessoas que prestaram um grande serviço à

nação. Não é problema de ‘medalha’, é problema de fazer parte da história”. Mas ao mesmo tempo ela minimiza essa mágoa, e explicita que é possível que o seu envolvimento com a questão ambiental tenha surgido, em parte, por lhe trazer um conforto maior, devido ao seu caráter internacionalista .

Judite é hoje doutoranda em História e Professora na Universidade Federal do Paraná. Guarda na memória boas lembranças do período de militância estudantil em 1968, porque, para ela, isso se traduzia numa festa. Confessa o desejo de escrever em parceria com um amigo sobre o lado lúdico daquela militância.

Hoje, aos 58 anos de idade, Márcia encontra-se envolvida com um Projeto para criar crianças, o “homem novo”, segundo sua interpretação, um projeto que busca resgatar e criar valores e conceitos envolvendo as crianças e o meio-ambiente. Com este objetivo, mudou-se para o interior, onde comprou um sítio com a venda de sua casa na cidade. “Vendi aqui, comprei lá, é tudo o que eu quero, construir... e as coisas vão acontecendo. Eu tenho uma satisfação muito grande, prazerosa, minha vida na liberdade...”

Hoje se confessa mais emotiva, mas sem ser amarga. Para Márcia, cada um vê a revolução à sua maneira, e a dela se conserva a mesma, até hoje: “Todo mundo muito mais unido e fazendo a revolução de uma forma bonita, porque pra mim, a revolução social é a revolução pelos pobres, é pelo povo, não é uma coisa de elite.” Vê no seu Projeto atual uma coerência com o que sempre considerou a verdadeira luta.

Apesar da experiência com situações-limite, essas mulheres mantiveram-se ligadas a projetos de vida que extrapolam os limites individuais. Todas vêm na sua vida atual ligações, se não diretas, porém, bastante profundas, com seus sonhos de luta por um Brasil mais democrático e livre.

É o caso de Derlei que, apesar de sentir dor ao falar sobre esse assunto, diz que fez o que tinha que fazer, na hora necessária ; não existe arrependimento.

Hoje é professora de segundo grau e em cursos pré-vestibulares.

Derlei se confessa uma pessoa que acredita no socialismo; sua experiência a ajudou a distinguir, hoje, a luta de classes da luta econômica; ela rompeu tabus e enfrentou a vida sozinha.

Para ela, a Derlei de ontem e a de hoje relacionam-se bem, e a que foi presa ultrapassa a de hoje em muitos sentidos, quando o que está em jogo são os seus interesses, ou os interesses ligados à luta do Comitê dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos, no qual milita com dedicação. Conserva o hábito de nas férias freqüentar os arquivos do DOPS em Curitiba e São Paulo, “lendo milhares de pastas empoeiradas, buscando informações sobre seus companheiros.” Derlei reclama que em seu Estado muitas vezes se sente um “ET, parece que tem gente que nunca ouviu falar nisso .”

Seu filho reclama que gostaria que ela vivesse mais o hoje e não tanto o passado, ao que Derlei responde: “mas se eu não fizer, nem falar nos meus amigos que morreram, quem vai fazer?”

Muitas vezes as histórias são guardadas, ao que Pollak chama de “memórias subterrâneas”, esperando o momento possível de aparecerem, serem exteriorizadas e enfrentarem a memória oficial. A memória coletiva nacional, nesse contexto histórico específico, privilegiou a imagem estigmatizada, composta pela ditadura, a respeito das organizações da esquerda clandestina e da luta armada. E a esquerda, ao escrever a sua versão dessa história, procurou olhá-la através das suas perspectivas, não trazendo, no entanto, as especificidades das representações subjetivas que compõe essa memória.

O que procurei trazer, através da História Oral, foi o lado multifacetado dessa história estigmatizada, procurando abrir perspectivas para o múltiplo, para o outro, e esse outro me mostrou o quanto a história perde quando não consegue ouvir.

CONSIDERAÇÕES

Ao iniciar este projeto de pesquisa, meu objetivo era, através da História Oral, abrir espaço para que outras vozes fossem ouvidas sobre o momento da história do Brasil aqui relatado. Essas vozes não foram escolhidas de maneira aleatória; são vozes de mulheres que se envolveram no processo de enfrentamento com a ditadura de maneira muito direta, e que foram excluídas dos relatos oficiais sobre esta história.

A exclusão dessas mulheres se deu, primeiramente, por fazerem parte de grupos da esquerda organizada que desafiaram publicamente, através de enfrentamento armado, o poderio da ditadura que se instaurou a partir de 1964, defendendo os seus projetos político-ideológicos; em segundo lugar, por serem mulheres que, além de estarem incluídas na situação política “desviante”, ousaram desafiar os princípios da moral, do comportamento, da imagem que a sociedade moldara até então sobre o seu “papel”.

Permanecendo por muito tempo numa situação de clandestinidade imposta pelas mesmas forças políticas que deram o golpe e se mantiveram no poder por vinte e um anos, a história vivida pelas ex-militantes, que se tornaram presas políticas, foi jogada nos subterrâneos. A Anistia Ampla ,

Geral e Irrestrita estendeu-se aos torturados e torturadores como um mata-borrão que chupou a tinta da história, apagou os rascunhos, as rasuras, deixando uma folha “limpa”, saneada.

Somente a partir da década de 90, é que se torna possível um enfrentamento maior com os fatos ocorridos no período da ditadura. As décadas de 70 e 80 ainda foram permeadas por atividades atentatórias à liberdade, pelo pleno funcionamento dos órgãos de segurança e informação e pelo medo introjetado nas pessoas, seja em relação à arbitrariedade da lei como pela insegurança em relação aos projetos da esquerda.

O esquecimento histórico fez parte do projeto político-pedagógico dos governantes, do chamado período de “Abertura, lenta e gradual”. No entanto, a memória subterrânea, ou aquela que se tornou clandestina e escondida em função do momento político do país, não se apagou; antes, resistiu, esperando o momento oportuno para aparecer e disputar o seu espaço com a versão oficial da história.

No seu espaço de resistência, ela vai sendo passada adiante, contada, através de relatos de experiência, nas muitas possibilidades criadas pelo mesmo setor excluído, ou nas manifestações, as mais variadas, que na situação de clandestinidade assumem muitas roupagens possíveis: no teatro, na literatura, na música, no cinema. Assim, mesmo que oficialmente a repressão tenha sabido escondê-la de formas variadas, as narrativas sobre as histórias

desses setores excluídos burlam a repressão também das formas mais variadas.

Hoje, no final dos anos 90, é mais fácil falar sobre as atrocidades acontecidas no período da ditadura no país. No entanto, percebe-se, principalmente quem está envolvido com o ensino de História, como foi profícua a rede de propaganda montada para o enquadramento da história dentro dos parâmetros permitidos pelos órgãos oficiais, e como esse enquadramento alijou dos referenciais históricos a memória dos ex-presos e dos grupos da esquerda clandestina. Não é sem razão que Teresa confessa a sua mágoa: “Eu não queria uma indenização, eu queria que esse país tivesse um pouco mais de memória, que esse país se olhasse mais, que a nação se olhasse mais.”

Na situação de clandestinidade, a esquerda também procedeu ao enquadramento da sua história, organizando a sua memória coletiva, apesar das especificidades das memórias individuais, como ficou atestado neste pequeno contingente de cinco ex-presas que aceitaram participar deste projeto. E nessa elaboração também selecionou, também construiu seus mitos e heróis.

Nesta elaboração, esbarramos nos espaços em branco, nas reticências, naquilo que permanece no terreno da subjetividade, sem ainda ser possível de ser exteriorizado, pois são lembranças muito traumatizantes. É nesse contexto

que incluo o receio de Márcia em ver sua fala fragilizada aparecendo em público.

Hoje, as redes de relações construídas pelas ex-presas levam-nas ainda ao silêncio a respeito de muitos aspectos da experiência vivida, por quererem resguardar as suas famílias, a si mesmas, ou mesmo por quererem resguardar novos projetos pessoais assumidos.

A credibilidade histórica ainda é uma preocupação que caminha junto com a recuperação da memória sobre aquele período.

A vivência entre as diversas militantes dentro das celas das prisões levou a momentos de muita tensão, como nos relata Márcia, entre as próprias ex-presas. Em momentos explícitos, elas assumiram práticas hierarquizadas e autoritárias entre si, devido à imaturidade política e ao momento histórico marcado pela disputa político-ideológica entre as diversas organizações clandestinas.

As lembranças fazem emergir para a própria ex-presa um conflito bastante intenso ao serem exteriorizadas, porque podem se transformar em pequenas cunhas que se fincam na elaboração da memória coletiva possível, que procura fazer frente à descaracterização promovida pela história oficial. Ao mesmo tempo, desafiam as interpretações construídas pela própria esquerda e podem levar a reações diversas, tensões, ou mesmo a cisões dentro dos grupos.

Levantam também a necessidade de lançar à esta história outros olhares, levando em conta que ela é contada através de representações construídas pelas pessoas que a vivenciaram, e mostraram, ao narrarem as suas memórias, que o acontecimento histórico não é monolítico, não pode ser encarado como verdade única, seja sob qual ótica for analisado.

A pequena distância no tempo, entre o acontecimento desses fatos e os dias de hoje, impossibilita uma solidificação dessa memória, visto que muito ainda resta ser revolido.

No entanto, ao assumir, através do sancionamento da Lei n 9.140 (04/12/95), que reconhece como mortas pessoas que desapareceram em razão de participação política no período de 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, o Estado brasileiro, apesar de não atender totalmente às reivindicações dos familiares dos mortos e desaparecidos, colocou em pauta a existência da arbitrariedade, da tortura, da perseguição política. A história subterrânea das esquerdas encontra mais uma brecha, agora propiciada pela oficialidade, para poder emergir, disputar o seu espaço e trabalhar as suas interpretações.

Mas essa lei não comporta aqueles ex-militantes que sobreviveram e carregam consigo as mais diversificadas seqüelas, resultantes das torturas a que foram submetidos. Sem mencionarmos aqueles que desapareceram, ou foram mortos, e sobre os quais ninguém reclama a memória, permanecem no esquecimento da história. Ainda há muito o que fazer.

Meu contato com este trabalho, com estas mulheres que se colocaram com carinho, apesar das dores e das lembranças, foi de um significado muito intenso. Foi uma experiência que vivenciei muitas vezes só, às vezes dividindo com alguns amigos. Partilho com elas a co-autoria destas reflexões ao contar aqui as suas narrativas. Partilho também a emoção de colocar um pretense ponto final, pois sinto que o que se abriu na minha experiência pessoal e profissional, não há mais trancas que fechem.

FONTES

1 LIVROS E PERIÓDICOS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia : ética e história oral. **Projeto História** : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 15, p. 145-155, abr. 1997.

ANTONACCI, Maria Antonieta e PERELMUTTER, Daisy (orgs.). **Ética e história oral**. São Paulo : EDUC : Editora da PUC-SP, 1981.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1993.

ARQUIVO PROJETO BRASIL NUNCA MAIS. **Documentos**. [S.l]: Arquivo Projeto Brasil Nunca Mais, [19—].

BAFFA, Ayrton . **Nos porões do SNI**. Rio de Janeiro : Objetiva, 1989.

BARROS, Edgar Luiz de. **Os governos militares**. São Paulo : Contexto, 1991.
(Repensando a história)

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política** : ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo : Brasiliense, 1994.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **Canto de morte Kaiowá**. São Paulo : Loyola, 1981.

-----, **Manual de história oral**. São Paulo : Loyola, 1996.

----- (org.). **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo : Xamã, 1996.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade** : lembranças de velhos. São Paulo : T.A. Queiroz : Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BOURDIER, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1989.

Brasil nunca mais : um relato para a história. São Paulo : Arquidiocese de São Paulo ; Petrópolis : Vozes, 1985.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história** : novas perspectivas. São Paulo : UNESP, 1992.

COLLINGS, Ana Maria. **Choram Marias e Clarices** : uma questão de gênero no regime militar brasileiro. Porto Alegre, 1994. Dissertação (Mestrado em História) UFRGS, Porto Alegre, 1994.

COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GENEBRA. **Como combater a tortura** : relatório. Tradução de Eglê Malheiros. Florianópolis : Editora da UFSC : OAB/SC, 1986.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional** : o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS DESAPARECIDOS POLÍTICOS, INSTITUTO DE ESTUDO DA VIOLÊNCIA DO ESTADO, GRUPO TORTURA NUNCA MAIS. **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife : Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

COMISSÃO NACIONAL SOBRE O DESAPARECIMENTO DE PESSOAS NA ARGENTINA. **Nunca mais** : Relatório Sabato : informe. Porto Alegre : L& PM, 1984.

D'ÁRAÚJO, Maria Celina *et al.* (orgs.). **Os anos de chumbo** : a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1994.

D'ÁRAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso (orgs.). **Visões do golpe** : a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1994.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado** : ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis : Vozes, 1981.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro : Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro : Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FON, Antônio Carlos. **Tortura** : a história da repressão política no Brasil. São Paulo : Global, 1981.

FONSECA, Selva Guimarães. **Ser professor de história** : vidas de mestres brasileiros. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em História) USP, São Paulo, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro : Graal, 1979.

-----, **Vigiar e punir** : história da violência nas prisões. Petrópolis : Vozes, 1987.

FREIRE, Alípio, ALMADA, Izaías, PONCE, J.A. de Granville, (orgs.). **Tiradentes, um presídio da ditadura**. São Paulo : Scipione, 1997.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas, a esquerda brasileira** : das ilusões perdidas à luta armada . São Paulo : Ática, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo : Vértice : Revista dos Tribunais, 1990.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos A. **Cultura e Participação nos anos 60**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

JORDÃO, Fernando. **Dossiê Herzog** : prisão, tortura e morte no Brasil. São Paulo: Global, 1979.

KRAMER, Heirich, SPRENGER, James. **Malleus Maleficarum** : o martelo das feiticeiras. Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos, 1991.

MALTA, Maria Helena. **Brasil, um sonho intenso**. Rio de Janeiro : Espaço e Tempo, 1987.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo : Siciliano, 1995.

MENEZES, Ulpiano Bezerra. **A história cativa da memória? Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-23, 1992.

MOORE JR, BARRINGTON. **Injustiça – As bases sociais da obediência e da revolta**. São Paulo; Editora Brasiliense, 1987.

NAFFAH NETO, Alfredo. **Poder, vida e morte na situação de tortura**. São Paulo : HUCITEC, 1985.

NORA, Pierre. Entre memória e história : a problemática dos lugares. **Projeto História** : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n.10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Albertina Costa de *et al.*. **Memórias das mulheres no exílio**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação** : autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis : Vozes, 1996.

“Pau de Arara” : la violencia militar en el Brasil. Espania : Siglo Veintiuni Editores, 1971.

PERRONE, Fernando. **Relato de guerras** : Praga, São Paulo, Paris. São Paulo : Busca Vida, 1988.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história** : operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

----- **Práticas da memória feminina**. In: BRESCIANI, Maria Stella Martins (org.) . **A Mulher no espaço público**. São Paulo: Marco Zero, 1989

PETERS, Edward. **Tortura**. São Paulo : Ática, 1989.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história diferente. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 14, p. 33, 1997.

------. Tentando aprender um pouquinho : algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História** : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 15, p. 13-49, abr. 1997.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo : Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. **Confidencial** : documento. [S. l.] : SNI, 1971.

SILVA, Áurea Oliveira. **Aprender a calar e aprender a resistir** : a pedagogia do silêncio em Santa Catarina. Florianópolis, 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) UFSC, Florianópolis, 1993.

TOLEDO, Caio Navarro de. **1964, visões críticas do golpe**. Campinas : Editora da UNICAMP, 1997.

THOMSON, Alistair. Recompondo a memória : questões sobre a relação entre história oral e as memórias. **Projeto História** : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado** : história oral. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992.

VENTURA, Zuenir. 1968. **O ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato**. São Paulo : HUCITEC, 1997.

WHITE, Hayden, A questão da narrativa na teoria contemporânea da história
Revista de História, São Paulo, n. 2/3, p. 47-89, 1991.

2 ORAIS: Entrevistas

Clair, concedida a Marise da Silveira Veríssimo

Derlei, concedida a Marise da Silveira Veríssimo (depoimento oral e relatório
enviado por escrito)

Judith, concedida a Marise da Silveira Veríssimo

Márcia, concedida a Marise da Silveira Veríssimo

Teresa, concedida a Marise da Silveira Veríssimo